

Lourdes Marcelina Machado

**ENSINO AGRÍCOLA NO
ESTADO DE SÃO PAULO:**
introdução ao estudo da relação
trabalho-educação

**VOLUME 2
ANEXOS**

MARÍLIA
Universidade Estadual Paulista
1992



SVE



reduc

CLASS: 630.7
M 1492
TOMBO: 135

SVE

Lourdes Marcelino Machado

ENSINO AGRÍCOLA NO ESTADO DE
SÃO PAULO:
introdução ao estudo da relação
trabalho-educação



Volume II
ANEXOS



UNESP/MARILIA
1992

1410000135



Anexo 1 - Apresentação

1.1 - Apresentação do trabalho
1.2 - Objetivos do trabalho

Anexo 2 - Metodologia
2.1 - Metodologia da pesquisa

Anexo 3 - Instrumentos de coleta de dados
3.1 - Questionário

3.2 - Entrevista
3.3 - Observação

Anexo 4 - Resultados e discussão
4.1 - Resultados
4.2 - Discussão

Anexo 5 - Conclusão
5.1 - Conclusão

Anexo 6 - Referências

Anexo 7 - Anexos
7.1 - Anexos

Anexo 8 - Anexos
8.1 - Anexos

Anexo 9 - Anexos
9.1 - Anexos

Anexo 10 - Anexos
10.1 - Anexos



Esta pesquisa teve o apoio financeiro do INEP, mediante o Convênio UNESP/INEP Nº 05/90

SUMÁRIO

Anexo 1	Propostas GEAGRI	
1.1	Proposta de criação do Departamento de Ensino Agrícola (DEA).....	06
1.2	Projeto Agro-olimpíada.....	10
Anexo 2	Programa de Treinamento de Diretores de Escolas Agrícolas.....	17
Anexo 3	Instrumentos de Planejamento e Controle	
3.1	Sistema Escola-Fazenda	
3.1.1	Exemplos de Formulários para elaboração de projetos.....	24
3.1.2	Documentos da Cooperativa Escolar	27
3.2	Modelo de Projetos Agropecuários	
3.2.1	Exemplos de Formulários para elaboração de projetos.....	35
3.2.2	Avaliação econômico-financeira.....	38
Anexo 4	Manifestação de Escolas da Região de Marília sobre a proposta de transferência das Escolas Técnicas da SE para a Secretaria de Ciência e Tecnologia.....	43
Anexo 5	Quadros e Tabelas	
Quadro 1	Escolas Agrícolas de 2º Grau. Estado de São Paulo. Denominação, localização e vínculo administrativo.....	46
Quadro 2	Escolas Agrícolas de 2º Grau. Estado de São Paulo, agrupadas em pequenas médias e grandes, segundo a área.....	47
Quadro 3	Escolas Agrícolas de 2º Grau, Estado de São Paulo, por porte e localização Urbana/Rural.....	48
Tabela 1	Brasil. Cursos e Número de Participantes. Acordo MA/CONTAP.....	49
Tabela 2	Estado de São Paulo. Distribuição da População. 1960-1991.....	49
Tabela 3	Distribuição percentual dos alunos das escolas pequenas médias e grandes, segundo o grau de "regionalização".....	50

Tabela 4 Distribuição percentual dos alunos "rurais"/ "urbanos" das escolas pequenas, médias e gran- des, segundo o regime internato/não internato e defasagem idade/série:"Fora da Faixa".....	50
--	----

Anexo 6 Textos e roteiros das entrevistas

Observações.....	52
6.1 Roteiros de Entrevista.....	54
6.2 Entrevistas com os Gestores	
6.2.1 José Bonifácio Coutinho Nogueira.....	67
6.2.2 Shigeo Mizoguchi.....	85
6.2.3 Luiz Ferreira Martins.....	100
6.2.4 João de Deus da Costa Gomes.....	112
6.2.5 Tomoko Matsui.....	131
6.3 Entrevistas com os Operadores	
6.3.1 Antúlio José de Azevedo.....	146
6.3.2 Antonio Carlos Otoboni de Oliveira.....	165
6.3.3 José Fernando Peloso.....	176
6.3.4 Leila Maria Nicolino.....	182
6.3.5 Antonio Bruno.....	189
6.3.6 Virgulina Gomes.....	192

Anexo 7 Relação de Dispositivos Legais (1892-1991).

Estado de São Paulo.....	197
--------------------------	-----

1.1 Proposta de criação do
DEPARTAMENTO DE ENSINO AGRÍCOLA

ANEXO 1

PROPOSTAS GEAGRI



São Paulo, 27 de abril de 1984.

Of. nº 52-A/784-GEAGRI

1.1 Proposta de criação do DEPARTAMENTO DE ENSINO AGRÍCOLA (DEA)

O Coordenador do GEAGRI tem a satisfação de submeter à apreciação de Vossa Excelência a Proposta de Constituição do Departamento de Ensino Agrícola-GEAGRI.

Sinverve da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de meu melhor apreço.

LEI2 FERREI DE CAMPOS
Coordenador do GEAGRI

A V. Exa.

DR. PAULO DE TARSO SALTO

DR. SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

SÃO PAULO-SP



GABINETE DO SECRETÁRIO

GRUPO EXECUTIVO DE TRABALHO - ENSINO AGRÍCOLA - GEAGRI

CASA CAETANO DE CAMPOS

Praça da República, 53 - 1º andar - S.116 - Fone 255-4077 - R 186/190

São Paulo, 27 de abril de 1984.

Of. Nº 52-A /84- GEAGRI

Sennor Secretário,

O Coordenador do GEAGRI tem a satisfação de submeter à apreciação de Vossa Excelência a Proposta de Constituição do Departamento do Ensino Agrícola-GEAGRI

Sirvo-me da oportunidade para reiterar à Vossa Excelência os protestos do meu melhor apreço.

LUIZ FERRI DE BARROS
Coordenador do GEAGRI

À V. EXA.

DR. PAULO DE TARSO SANTOS

DD. SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO

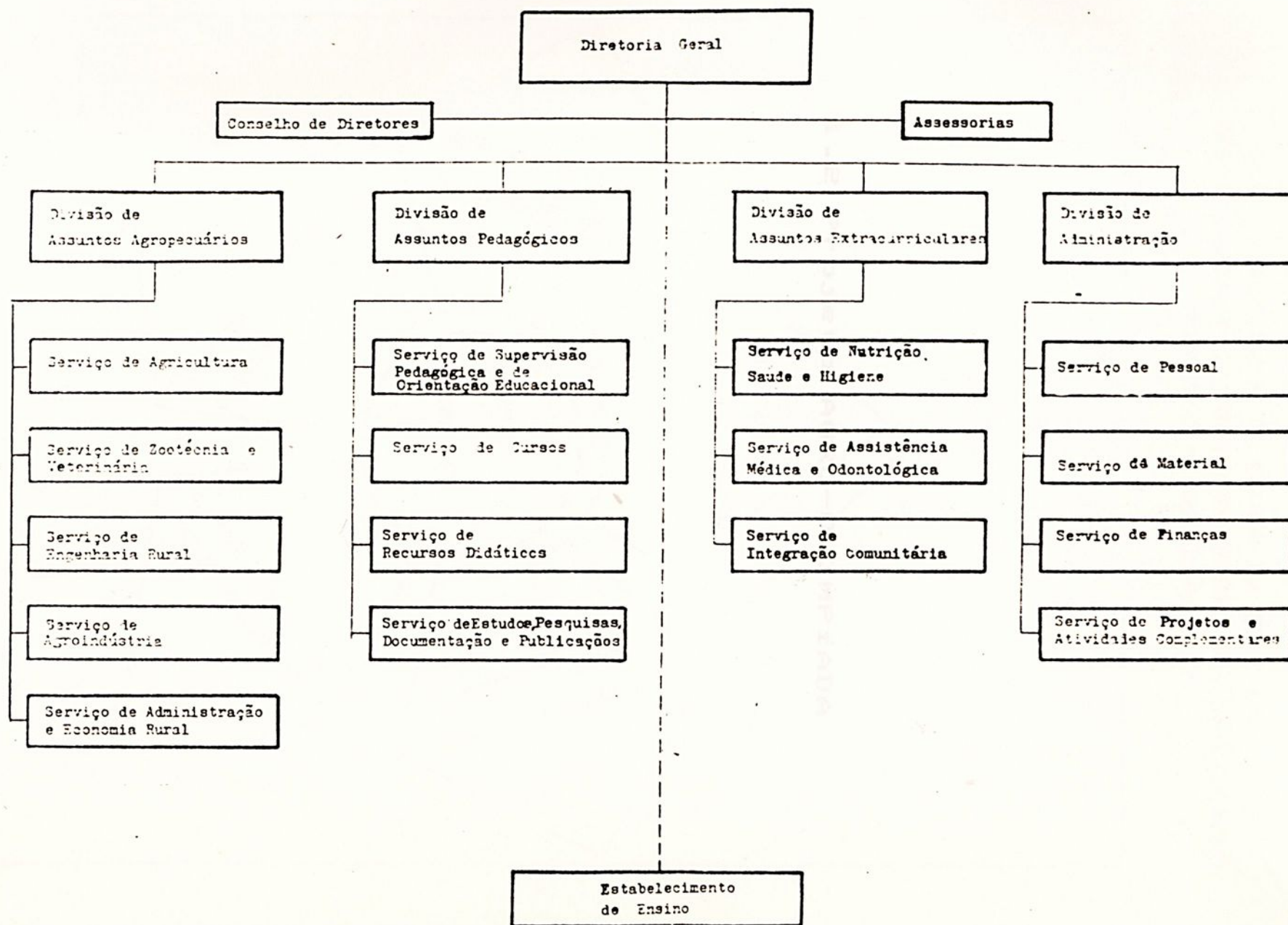
SÃO PAULO- SP

DEA

CAPÍTULO I

DAS ATRIBUIÇÕES GERAIS

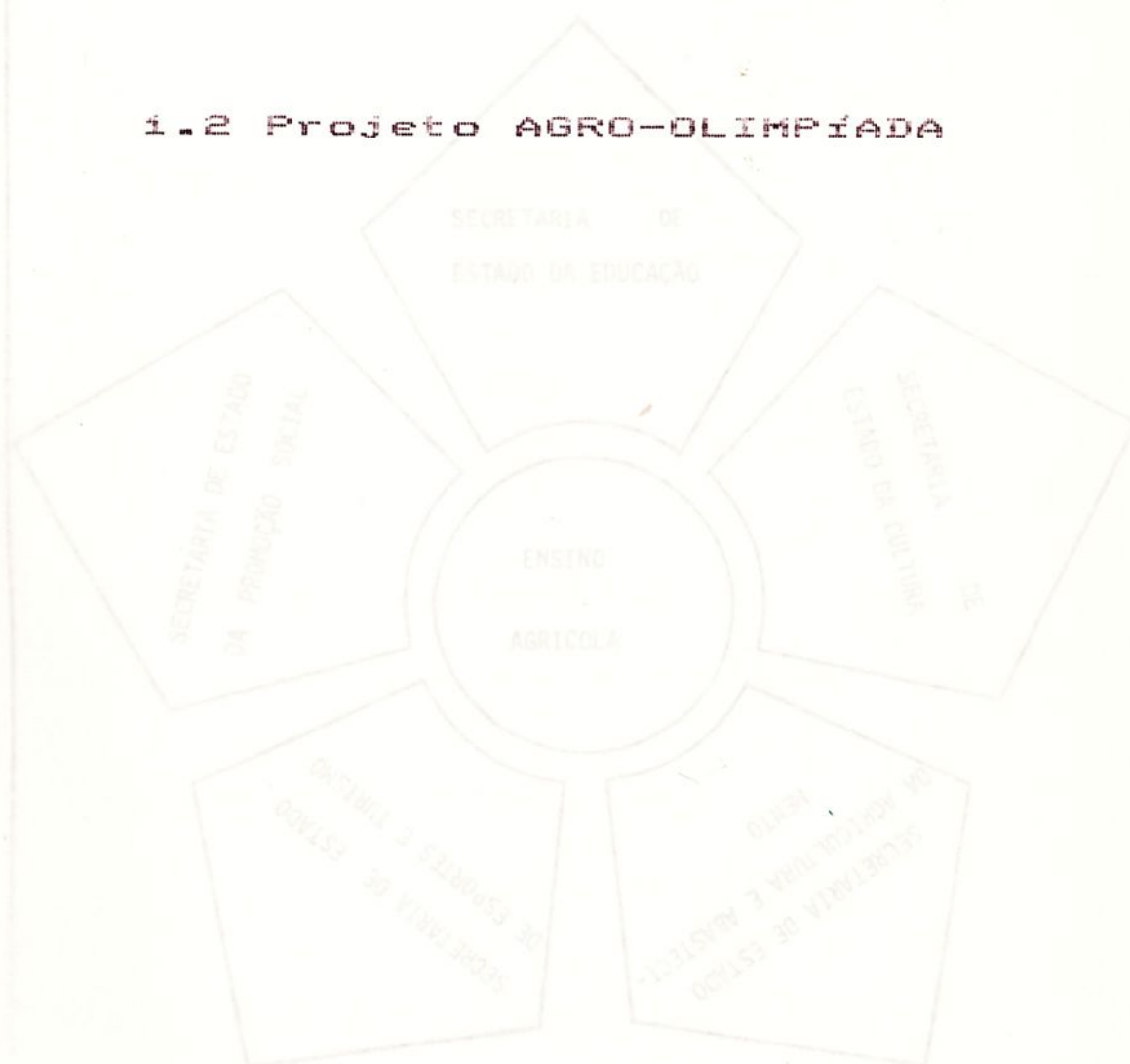
- Art. - O Departamento de Ensino Agrícola tem as seguintes atribuições:
- I - Implementar o plano de Educação Agrícola proposto pela Secretaria da Educação;
 - II - Coordenar, controlar e avaliar a execução das atividades de Ensino Agrícola;
 - III - Assegurar a execução dos programas de Supervisão e de orientação educacional de ensino agrícola;
 - IV - Assegurar a execução das normas e diretrizes relativas à Educação Agrícola (Ensino Agrícola ^{de 1.º e 2.º graus} Regular, Supletivo);
 - V - Analisar de forma contínua as necessidades de aperfeiçoamento e atualização do pessoal docente, técnico-pedagógico e administrativo das Escolas Agrícolas em articulação com o Departamento de Recursos Humanos;
 - VI - Diagnosticar permanentemente as necessidades e fornecer subsídios para o planejamento de recursos humanos, materiais e financeiros para as Escolas Agrícolas;
 - VII - Colaborar na determinação das especificações relativas às construções, aos equipamentos e aos mobiliários das Escolas Agrícolas;
 - VII - Detectar problemas particulares da Educação Agrícola que devam merecer estudos especiais em articulação com a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas.





SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GRUPO EXECUTIVO DE TRABALHO - ENSINO AGRÍCOLA (GEAGRI)
PROJETO: "AGRO-OLIMPIADA"

1.2 Projeto AGRO-OLIMPIADA





SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GRUPO EXECUTIVO DE TRABALHO - ENSINO AGRÍCOLA (GEAGRI)
PROJETO:- "AGRO-OLIMPIADA"

O presente Projeto é o resultado da integração das seguintes Secretarias de Estado:

- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Dr. Paulo de Tarso dos Santos

- SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Dr. Jorge Cunha Lima

- SECRETARIA DE ESTADO DA PROMOÇÃO SOCIAL

Dr. Carlos Alfredo de Souza Queiroz

- SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E TURISMO

Dr. Caio Sergio Pompeu de Toledo

- SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Dr. Nelson Mancini Nicolau



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GRUPO EXECUTIVO DE TRABALHO - ENSINO AGRÍCOLA (GEAGRI)
PROJETO:- "AGRO-OLIMPIADA"

A Secretaria de Estado da Educação, dentro dos princípios que regem a atividade pública do Estado de São Paulo, vem direcionando sua atuação no sentido de fortalecer os mecanismos participativos, a fim de tornar cada vez mais efetiva a integração do aluno com a realidade sócio-econômica-cultural de sua região.

A importância do ensino agrícola se impõe ao constataremos a crescente perda de identificação do homem com a terra, a desvalorização do seu trabalho e de suas vivências dentro da economia e da cultura nacional.

A educação não pode restringir-se, portanto, ao conhecimento técnico. Somente preocupando-se com a formação da pessoa como um todo poderá prepará-la para o papel social que irá desempenhar mais tarde.

Proporcionando ao aluno um conhecimento mais amplo da realidade cultural de sua região e estimulando sua participação na comunidade sob forma de debates, cremos firmemente que as primeiras Agro-Olimpíadas se constituirão num marco neste esforço conjunto de redefinir o ensino agrícola.

P. da Tarso S. ...
14. III. 84.

Paulo da Tarso S. ...
Secretário da Educação



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GRUPO EXECUTIVO DE TRABALHO - ENSINO AGRÍCOLA (GEAGRI)
PROJETO:- "AGRO-OLIMPIADA"

O Grupo Executivo de Trabalho - Ensino Agrícola (GEAGRI), - criado pelo Senhor Secretário de Estado da Educação, em publicação no D. O. de 21.01.84, Seção I, tem como meta a dinamização das Escolas Agrícolas bem como - planejar, dirigir, controlar e avaliar as atividades desenvolvidas pelas Escolas.

Houve integração com o Grupo Intersecretarial de Ação Comunitária (GIAC), cujo objetivo principal é levar a Rede Escolar e as populações locais a perceberem a necessidade urgente da integração Escola-Comunidade.

Mediante os fatos acima, o Senhor Secretário da Educação, - através do GEAGRI e do GIAC, resolveu promover a organização da 1ª. AGRO-OLIMPIADA DAS ESCOLAS AGRÍCOLAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

As propostas de atividades apresentadas pelas Secretarias da Agricultura e Abastecimento, Cultura, Educação e Esportes e Turismo, foram submetidas a apreciação do Grupo de Trabalho de Lazer Criativo na Escola da Secretaria da Educação, cujo objetivo vem a ser articular e oferecer infraestrutura - para eventos ligados às programações de lazer desta Pasta.

O Grupo de Trabalho apresentou sugestões no sentido de enfatizar o conteúdo dessas atividades extraclasse, tendo por meta o desenvolvimento e a formação dos alunos, respeitando o caráter recreativo e lúdico dos mesmos.

A primeira providência tomada foi a de contactar com os Senhores Secretários da Cultura, Agricultura e Abastecimento, Promoção Social e Esportes e Turismo, para a constituição de um grupo de trabalho que estudasse e viabilizasse a realização deste evento.

Cada Secretaria designou um elemento para compor o grupo de trabalho com as atribuições de estudar os questionários distribuídos aos Senhores Diretores de Escolas do Ensino Agrícola e, posteriormente, elaborar o presente Projeto considerando a realidade de cada Escola e região.

Deverão participar deste evento todas as Escolas Agrícolas - do Ensino Público Estadual. Esta participação será restrita aos alunos regularmente matriculados e com frequência escolar.

O Grupo procurou montar o calendário de atividades atendendo as Escolas de cada Região e, para tanto, pode-se notar que o referido calendário é bem flexível e adaptável às Escolas Agrícolas. O projeto deste ano é o primeiro. Todas as sugestões posteriores serão debatidas, uma vez que nossa intenção é a integração do agricolino à sociedade, que hoje, na maioria dos casos, o marginaliza.

Estão previstas inúmeras dificuldades, tais como: transporte



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GRUPO EXECUTIVO DE TRABALHO - ENSINO AGRÍCOLA (GEAGRI)
PROJETO:- "AGRO-OLIMPIADA"

de alunos, materiais esportivos, alimentação, etc..., porém esperamos contar com a boa vontade de todos os Senhores Diretores.

Para cada dificuldade, temos uma equipe trabalhando no sentido de encontrar soluções.

Apelamos para que seja dado total esclarecimento para Agremiações e Centros Cívicos das Escolas Agrícolas.

Toda a sua equipe de Professores deverá estar voltada para o Projeto, tendo apenas um único objetivo: Aluno.

Assim sendo, esta integração de disciplinas contribuirá para que o sucesso de sua Escola seja alcançado.

O calendário e as atividades a serem desenvolvidas estão anexadas ao presente Projeto e solicitamos que sejam estudados com carinho.

Dentre os objetivos desta Agro-Olimpíada, colocamos aqui alguns prioritários:

- 1.- Incentivar, amparar e impulsionar o esporte, promovendo práticas esportivas e educacionais nas praças de esportes dos estabelecimentos de ensino agrícola;
- 2.- Valorizar suas potencialidades artísticas e culturais;
- 3.- Desenvolver técnicas e métodos agropecuários de acordo com as condições ambientais e econômicas das diferentes regiões;
- 4.- Integrar o aluno à sociedade.

O Grupo de Trabalho instituirá as seguintes Comissões:

1.- COMITÊ DIRIGENTE:

- 1.1.- COMISSÃO TÉCNICA;
- 1.2.- COMISSÃO DE CONTROLE;
- 1.3.- COMISSÃO DO TRIBUNAL ESPECIAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA;

2.- COMITÊ ORGANIZADOR:

- 2.1.- COMISSÃO DE ALOJAMENTO;
- 2.2.- COMISSÃO DE ALIMENTAÇÃO;

3.- COMITÊ DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO.

A realização da 1ª. Agro-Olimpíada está com seu início previsto para 19 de Abril do corrente ano, com a realização das atividades propostas.

A parte sócio-cultural-desportiva está programada para o período de 02 a 08 de setembro p.f., tendo como sede a cidade de Presidente Prudente, dotada de uma ótima infra-estrutura no que diz respeito a materiais, praças de esportes, etc..., administradas pela Autarquia Municipal de Esportes de - -



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GRUPO EXECUTIVO DE TRABALHO - ENSINO AGRÍCOLA (GEAGRI)
PROJETO:- "AGRO-OLIMPIADA"

Presidente Prudente.

É nossa pretensão manter correspondência, através de boletins informando as Escolas Agrícolas das atividades a serem desenvolvidas e como serão desenvolvidas.

O Grupo de Trabalho que assumirá a organização da 1ª. Agro-Olimpíada está constituído pelos seguintes elementos:

COORDENADOR:

ADRIANO PAULO BONORA - Assistente de Assuntos Comunitários da Divisão Regional de Ensino de Presidente Prudente.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO:

LUIZ FERRI DE BARROS - Coordenador do GEAGRI.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO:

JOSE TERUMARO OSHIAI - Engenheiro Agrônomo Regional de Presidente Prudente.

SECRETARIA DA CULTURA:

MARIANGELA FERREIRA DA CUNHA MARCONDES - Orientadora Artística.

SECRETARIA DA PROMOÇÃO SOCIAL:

TIEKO SATO - Supervisora de Equipe de Ação Social.

SECRETARIA DE ESPORTES E TURISMO:

FRANCISCO DE ASSIS RICCO - Delegado Regional de Esportes.

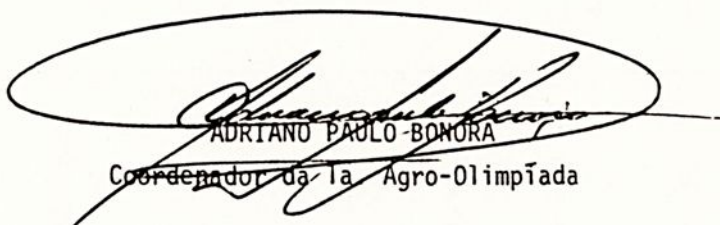
FERNANDO PERES SOLER FILHO - Técnico Desportivo.

AUTARQUIA MUNICIPAL DE ESPORTES DE PRESIDENTE PRUDENTE:

TADEU CAVALCANTE PEREIRA - Assessor de Imprensa.

Esperamos contar com a colaboração de todos, desde o mais humilde funcionário até os Senhores Diretores Regionais.

Presidente Prudente, 20 de março de 1.984.


ADRIANO PAULO BONORA
Coordenador da 1ª Agro-Olimpíada

ANEXO 2

Programa de Treinamento de Diretores de Escolas Agrícolas

Ord. e Hora	Atividades	Objeto	Recursos	Responsável
20/10/80 - 2ª Feira 8:00 às 9:30h.	Abertura	Expos.		Prof. Antônio R. A. - Diretor Geral - CEA
9:30 às 9:45h	Apresentação aos participantes da programação, pela coordenação do curso	Expos.	Projeto de Treinamento	João de Deus - CEA/CEPE
9:45 às 12:30h	Café	Expos.		
12:30 às 13:30h	Procedimentos necessários para o planejamento das atividades curriculares da escola	Expos.	Quadro Negro e giz	João de Deus - CEA/CEPE
13:30 às 14:00h	Almoço	Expos.		
14:00 às 14:30h	Críticas elaboradas para o planejamento da programação da Escola.	Expos.	Quadro Negro e giz	João de Deus - CEA/CEPE
14:30 às 16:15h.	Café	Expos.		
16:15 às 17:30h.	Estudo dos materiais de distribuição das atividades curriculares, gerais e especiais	Expos.	Quadro Negro e giz, folha mimeografada	Expedito - CEA/CEPE

Programa de Treinamento dos Diretores das EESG (Agricultores)

Local: E.E.S.G. Dr. Carolino da Mota e Silva (Agricultor)

Período: 20 a 24/10/80

Dia e Hora	Atividades	Estratégias	Recursos	Responsável
20/10/80 - <u>2ª feira</u>				
8:00 às 9:30h.	Abertura	_____	_____	Prof. Amílcar R. Po- tions - Coord. do GETEP/CENP
	Apresentação aos participantes da progra- mação, pela coordenação do curso	Exposição Oral	Projeto do Treinamento	João de Deus - CENP/ GETEP
9:30 às 9:45h	Café			
9:45 às 12:00h	Providências necessárias para o planeja- mento das atividades agropecuárias da Es- cola	Exposição dialogada	Quadro Negro e Giz	João de Deus - CENP/ GETEP
12:00 às 13:30h	Almoço			
13:30 às 16:00h	Critérios adotados para o planejamento a- gropecuário da Escola.	Exposição dialogada	Quadro Negro e Giz	João de Deus - CENP/ GETEP
16:00 às 16:15h.	Café			
16:15 às 17:30h.	Cálculo das necessidades dietéticas dos alunos: diárias, semanal e anual	Exposição Dialogada Trabalho Individual -	Quadro Negro Giz, folha mimeografada	Espósito - DRE/DP

Dia e Hora	Atividades	Estratégias	Recursos	Responsável
21/10/80 - <u>3ª feira</u> 8:00 às 9:30h. 9:30 às 9:45h. 9:45 às 12:00h. 12:00 às 13:30h. 13:30 às 16:00h. 16:00 às 16:15h. 16:15 às 17:30h.	Noções sobre custo de produção - Despesas de trabalho - Despesas de uso - Despesas de materiais - Despesas de distribuição - Lucro pessoal - Lucro líquido Café Extensão dos projetos agropecuários Recursos financeiros para os setores técnicos da Escola.- Almoço Distribuição semanal dos clunios para os diversos setores técnicos da Escola. Café Síntese do planejamento agropecuário da Escola.	Exposição Dialogada Exposição Dialogada Trabalho individual Exposição Dialogada	Quadro Negro Giz, folha - mimeografada Quadro Negro Giz e folha mimeografada Quadro Negro Giz	Espósito - DRE/PP João de Deus - CENP/GETEP João de Deus - CENP/GETEP

Dia e Hora	Atividades	Estratégias	Recursos	Responsável
22/10/80 - 4ª feira				
8:00 às 9:30h.	Avaliação de projetos agropecuários	Exposição dialogada Trabalho Individual	Folha mimeo- grafada	João de Deus - CENP/GETEP
9:30 às 9:45h.	Café			
9:45 às 12:00h.	Avaliação de projetos agropecuários	Exposição Dialogada Trabalho Individual	Quadro Negro Giz e folha mimeografada	João de Deus - CENP/GETEP
12:00 às 13:30h.	almoço			
13:30 às 16:00h.	Estudo do Guia Curricular a-) Apresentação b-) Justificativa c-) Objetivos;	Exposição Dialogada	Subsídios do Guia Curricu- lar	Celem - DRE/Bou- ru
16:00 às 16:15h.	Café			
16:15 às 17:30h.	Partes do guia/grade curricular Utilização - aulas teóricas aulas práticas	Estudo In- dividual Trabalho em Grupo	Subsídios do Guia Curricu- lar Folha Tarefa	Celem - DRE/Bou- ru

Dia e Hora	Atividades	Estratégias	Recursos	Responsável
23/10/80 - 5ª feira				
8:00 às 9:30h.	Plano Escolar Regimento das escolas estaduais de 2º Grau			Celem - DRE/BAURU
9:30 às 9:45h.	Café			
9:45 às 12:00h.	Código disciplinar	Exposição dialogada	Folha mimeogra- fada	Celem - DRE/BAURU
12:00 às 13:30h.	Almoço			
13:30 às 16:00h.	Distribuição da carga horária semanal en- tre os professores de formação especial	Exposição Dialogada	Transparências Retroprojeter	Celem - DRE/BAURU
16:00 às 16:15h.	Café			
16:15 às 17:30h.	Resol. SE 8/80 - acréscimo de 1/3 sobre o número de hora/aula. Resol. SE nº 107/79 - nº de alunos para a for- mação de classe	Trabalho Individual		Celem - DRE/BAU- RU Espósito - DRE/PP

Dia e Hora	Atividades	Estratégias	Recursos	Responsável
24/10/80 - <u>6ª feira</u>				
8:00 às 9:30h.	Administração do pessoal	Exposição Dialogada	Folha mimeogra- fada	Espósito - DRE/PP João de Deus - CENP/GETEP
9:30 às 9:45h.	Café			
9:45 às 12:00h.	Implementação do cardápio padrão para 1981			Eliane - DAE Iracilda - CEI
12:00 às 13:30h.	Almoço			
13:30 às 16:00h.	Fundo Especial de Despesa	Exposição Dialogada	Quadro Negro e Giz	Pompeu/CEI
16:00 às 16:15h.	Café			
16:15 às 17:00h.	Atualização do Curso	_____	_____	D.R.HU.
17:00 às 17:30h.	Encerramento	_____	_____	Prof. Jorge Montei- ro Jr. Coord. do Ensino - do Interior

3.1 Sistema Escola-Fazenda
3.1.1 Exemp ANEXO 3 Formulários
Instrumentos de Planejamento e
Controle

FONTE: CERAFOR. Escola-Fazenda. São Paulo: Ceraror, s.d. 2003.



3.1 Sistema Escola- Fazenda

3.1.1 Exemplos de Formulários para elaboração de Projetos

FONTE: CENAFOR. Escola-Fazenda. São Paulo: CENAFOR, s.d., 2vol.

Boletins, Documentos Internos, Fiscais e Legais

1-Boletins

- 1.1. Caixa
- 1.2. Extra-Caixa
- 1.3. Bancários

2. Documentos que acompanham o Boletim Caixa

- 2.1. Cópia de cheques

3.1.2 Documentos para a Cooperativa Escolar

- 2.2. Comprovantes de pagamento (Associados e
- 2.3. Recibos comprovantes de pagamento (Associados e

FONTE: CENAFOR. Divisão de Operações. Programas de Ensino. A sociedade cooperativista na legislação vigente. São Paulo : CENAFOR, 1979. Série Manuais Técnicos, 5 vol.

- 2.4. Comprovantes de pagamento (Terceiros)
- 2.5. Notas fiscais de compra
- 2.6. Notas fiscais de venda de produção e ou fornecimento no Bazar
- 2.7. Guias de recolhimento (pagamento) fiscais, previdenciárias e outras.

3. Documentos Internos Não Fiscais

- 3.1. Modelo de recibo - comprovante de recebimento
- 3.2. Modelo de recibo - comprovante de pagamento
- 3.3. Requisição de instalações, máquinas e implementos para as seções técnicas e os grupos do P.A.O. (modelo 1-A e 2-A)
- 3.4. Formulário de requisição ao almoxarifado da Escola (modelo 03)
- 3.5. Nota de entrega ao refeitório dos associados da Cooperativa, na Escola (modelo 11)
- 3.6. Modelo de Taxa de serviço (comercialização) (modelo 13)
- 3.7. Modelo que relaciona o número de quotas-partes subscritas pelos associados da cooperativa (modelo 14)
- 3.8. Ficha de controle interno, para pequenas importâncias em dinheiro - entrada ou saída de materiais e ou produtos (modelo 15)

Boletins, Documentos Internos, Fiscais e Legais

1. Boletins

- 1.1. Caixa
- 1.2. Extra-Caixa
- 1.3. Bancários

2. Documentos que acompanham o Boletim Caixa

- 2.1. Cópias de cheques
- 2.2. Comprovantes de depósitos bancários
- 2.3. Recibos comprovantes de pagamentos (Associados e Terceiros)
- 2.4. Recibos comprovantes de recebimentos (associados e Terceiros)
- 2.5. Notas fiscais de compra
- 2.6. Notas fiscais de venda da produção e ou fornecimento no Bazar
- 2.7. Guias de recolhimento (pagamento) fiscais, previdenciárias e outras.

3. Documentos Internos Não Fiscais

- 3.1. Modelo de recibo - comprovante de recebimento
- 3.2. Modelo de recibo - comprovante de pagamento
- 3.3. Requisição de instalações, máquinas e implementos para as secções técnicas e ou grupos do P.A.O. (modelo 1-A e 2-A)
- 3.4. Formulário de requisição ao almoxarifado da Escola (modelo 03)
- 3.5. Nota de entrega ao refeitório dos associados da Cooperativa, na Escola (modelo 11)
- 3.6. Modelo de Taxa de serviço (comercialização) (modelo 13)
- 3.7. Modelo que relaciona o número de quotas-partes subscritas pelos associados da cooperativa (modelo 14)
- 3.8. Ficha de controle interno, para pequenas importâncias em dinheiro - entrada ou saída de materiais e ou produtos (modelo 15)

4. Capital Social da Cooperativa

- 4.1. Proposta de admissão do associado
- 4.2. Livro ou ficha de matrícula do cooperado na Cooperativa

5. Documentos Fiscais Notas Fiscais

- 5.1. Nota Fiscal de ENTRADA - série E₁ (entrada de material do almoxarifado do Colégio, doações e ou compras com guias de recolhimento);
- 5.2. Nota Fiscal de ENTRADA - série E₂ (recebimento da produção dos cooperados do L.P.P. - Secções - modelo 0);
- 5.3. Nota Fiscal de ENTRADA - série E₃ (recebimento da produção dos cooperados do P.A.O. - Grupos - modelo 0);
- 5.4. Nota Fiscal de VENDA A CONSUMIDOR - série D₁ - produtos sem ICM;
- 5.5. Nota Fiscal de VENDA A CONSUMIDOR - série D₂ - produtos com ICM;
- 5.6. Nota Fiscal de VENDA A CONSUMIDOR - série D₃ - material Bazar com ICM;
- 5.7. Nota Fiscal de VENDA A CONSUMIDOR - série D₄ - fornecimento aos cooperados do LPP - Secções - modelo 02;
- 5.8. Nota Fiscal de VENDA A CONSUMIDOR - série D₅ - fornecimento aos cooperados do PAO - Grupos - modelo 01;
- 5.9. Nota Fiscal de VENDA A PESSOA JURÍDICA (COMERCIANTE, com CGC etc) e eventualmente pessoa física - série B₁ com ICM;
- 5.10. Nota Fiscal de VENDA A PESSOA JURÍDICA (COMERCIANTE, com CGC etc) e eventualmente pessoa física - série B₂ sem ICM
- 5.11. Nota Fiscal de VENDA A PESSOA JURÍDICA (COMERCIANTE, com CGC etc) série C₁ - sem ICM - venda fora do Estado.

6. Estoque

- 6.1. Fichas de controle de estoque de mercadorias (material de uso pessoal e didático) no Bazar;
- 6.2. Fichas de controle de estoque de material agropecuário (insumos etc) para fornecimento aos associados nos projetos agropecuários;
- 6.3. Fichas de controle de estoque da produção do L.P.P. e ou P.A.O. enviada à Cooperativa.



7. Escrituração dos Fatos Contábeis

7.1. Fichas de lançamento contábil:

- 1a. via - cor branca - destino Diário - contabilidade;
- 2a. via - cor amarela - destino - conta debitada do razão;
- 3a. via - cor verde - destino - conta creditada do razão;
- 4a. via - cor rosa - destino - departamento de controle de projetos, razão analítico e extra contábil;
- 5a. via - cor azul - destino - entrada ou baixa no estoque.

7.2. Livro ou folhas encardенadas do Diário;

7.3. Fichas do razão sintético (1º grau)

- . fichas de razão do ativo - cor marrom;
- . fichas de razão do passivo - cor azul;
- . fichas de razão das contas de despesa - cor vermelha;
- . fichas de razão das contas de receita - cor verde;

7.4. Fichas do razão analítico (2º grau)

- . fichas do razão analítico - ex.: cor amarela

7.5. Fichas de controle de projetos (EXTRA-CONTÁBIL)

- 7.5.1. fichas de controle de projetos das seções do LPP
- 7.5.2. fichas de controle de projetos dos grupos de PAO
- 7.5.3. fichas de controle de trabalho (seção de trabalho) eventuais - em grupos e ou individuais.

DOCUMENTOS QUE DEVEM SER ELABORADOS PELAS COOPERATIVAS ESCOLARES DE TRABALHO E PRODUÇÃO EM COMUM.

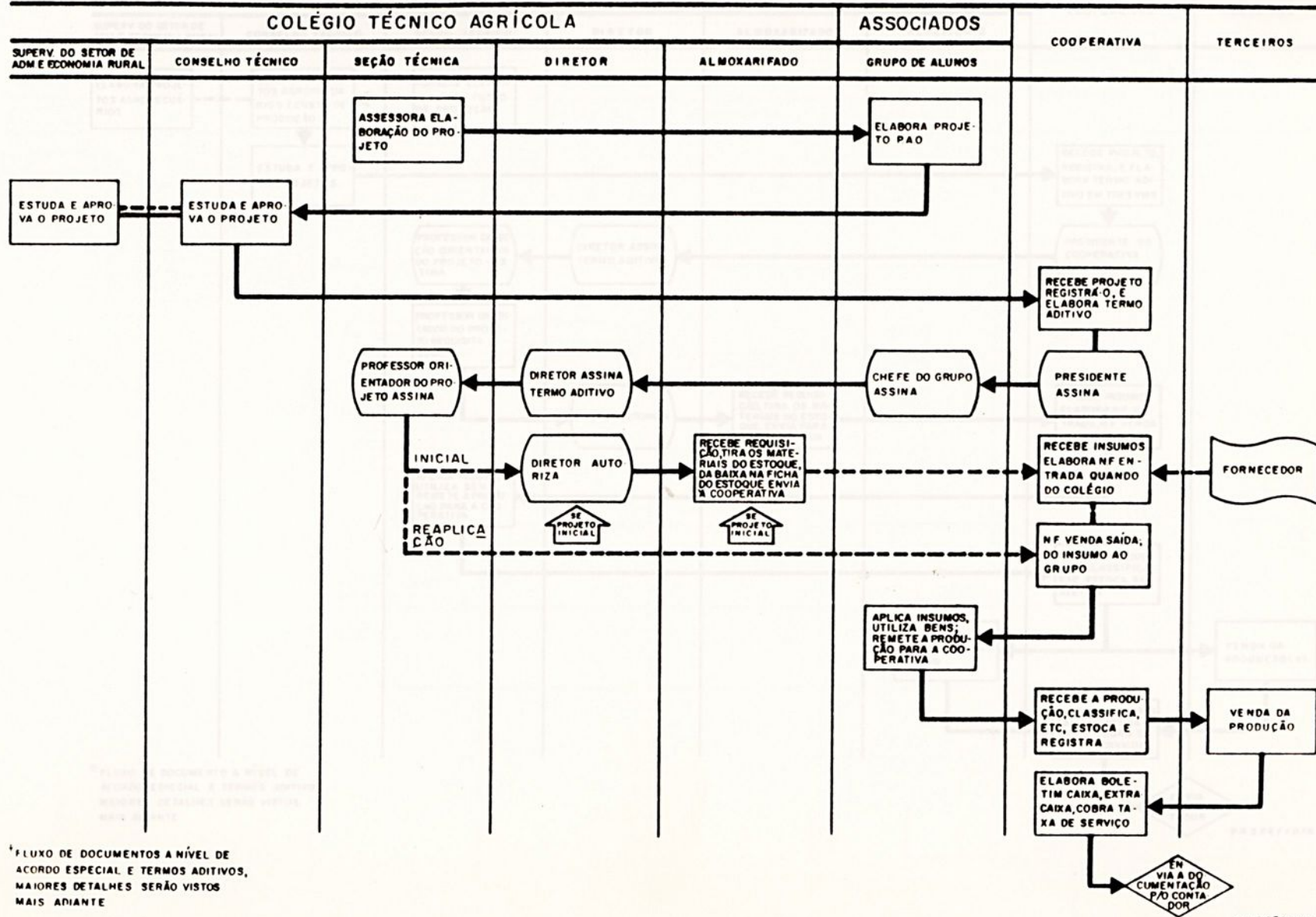
DOCUMENTO	Destino	Nº de Vias	Prazo de Entrega	Elaborado		Justificativa Legal	Observações
				Mês	Anual		
Boletim Caixa	COAGRI	1	Até dia 15 de cada mês	X			Os documentos de 01 a 07 devem vir num só ofício de encaminhamento à COAGRI DF.
Boletim Extra Caixa	COAGRI	1		X			
Boletim Bancário	COAGRI	1		X			
Balancete verificação mens. (1a. via)	COAGRI	3		X			
Declaração dos Livros Legais	COAGRI	3	Idem	X			
Declaração dos Livros Fiscais	INCRA	3	Idem	X			
Extrato contas bancárias		1	Idem	X			
Guia de Informação e apuração do I.C.M.	Posto Fiscal Estad.	2	Conforme o Posto Fiscal do Município	X		Legislação do ICM em vigor.	
Guia de apuração do IPI	Posto Receita Federal	2	De acordo com a Receita Federal	X		Legislação em vigor	
FUNRURAL	Banco autorizado	4	Até o último dia do mês subsequente	X		Decreto Federal nº 69.919 art. 53 Inciso II e §2º e modificações posteriores	O cálculo é feito de 2,5% do total pago ou creditado ao associado.
PIS	Banco autorizado	4	Até o dia 10 de cada mês	X		Norma nº 2/71, subitem 7.1 da CEF	O cálculo é de 1% sobre o total da folha de pagamento.
Contribuição Sindical	Idem	3	1º semestre de cada ano		X	Legislação em vigor	Capital mínimo do Estatuto Social x 0,5% (capital até 50 x sal. mínimo Fiscal)
Balanco Geral	INCRA	3	30/8		X	Art. 92 § 2º da Lei Federal nº 5764	Deverá ser enviado um ao INCRA o outro COAGRI encaminhado os documentos econômicos separados dos documentos administrativos num total de 4 ofícios.
Demonstração de Sobras e Perdas		3	30/8		X		
Relação nominal dos assoc. admitidos, excluídos, demitidos e eliminados ..	COAGRI	3	30/8		X		
Parecer do Conselho Fiscal		3	30/8		X		
Relatório da Diretoria Coop.		3	30/8		X	Art. 92 § 2º da Lei Federal nº 5764 de 16/12/71	As cópias devem estar assinadas pelo responsável pela Convocação.
Cópias de Editais de Convocação de Assembleias Gerais		3	30/8		X		
Exemplares do jornal que publicou o Edital Assembleia Geral da Cooperativa		3	30/8		X		
Cópias de Atas das Assembleias Gerais das Cooperativas		3	30/8		X		
Contribuição Cooperativista	Organização Estadual (OCESP etc)	3	30/9 e ou 31/3		X	Art. 108 Lei 5764	
Declaração de Rendimentos Pessoa Jurídica	Receita Federal	2	De acordo c/ Rec. Fed.		X	Legislação em vigor	Utilizar Formulário nº 11
Declaração do Movimento Econômico ..	Posto Fiscal Estadual	2	De acordo c/ Secret. Fazenda		X	Legislação em vigor	
Declaração do Movimento da Cooperativa (Produção etc)	Prefeituras Municipais	2	De acordo c/ Prefeituras locais		X	Legislação em vigor	Entrar em contato com Posto do IBGE local.
Termos Aditivos	COAGRI	2	Após aprovação anual Planejamento Escola-Fazenda.	X*	X	Resolução SE nº 5 de 11/8/72 e Portaria CEF 8/72	Fazer um ofício encaminhando do Termos Aditivos de projetos pecuários outro para projeto não pecuário e outro para Economia Doméstica. X* - No decorrer do ano poderão ser elaborados outros Termos Aditivos
Oficial comunicando os nomes dos componentes da Diretoria da Cooperativa Escolar	COAGRI	1	Até 30 dias após as eleições na Cooperativa.	X**	X	Comunicado DPP-34/74	X** - Sempre que ocorrer substituições no decorrer do ano, através de preenchimento de algum cargo vago, também deverá ser comunicado ao órgão escolar
Oficial comunicando o nome do Orientador da Cooperativa	COAGRI	1	Até 30 dias após a indicação.	X***	X	Comunicado DPP-34/74	X*** - Sempre que ocorrer mudanças comunicar ao órgão escolar

P.A.O.

INICIAL

REAPLICAÇÃO

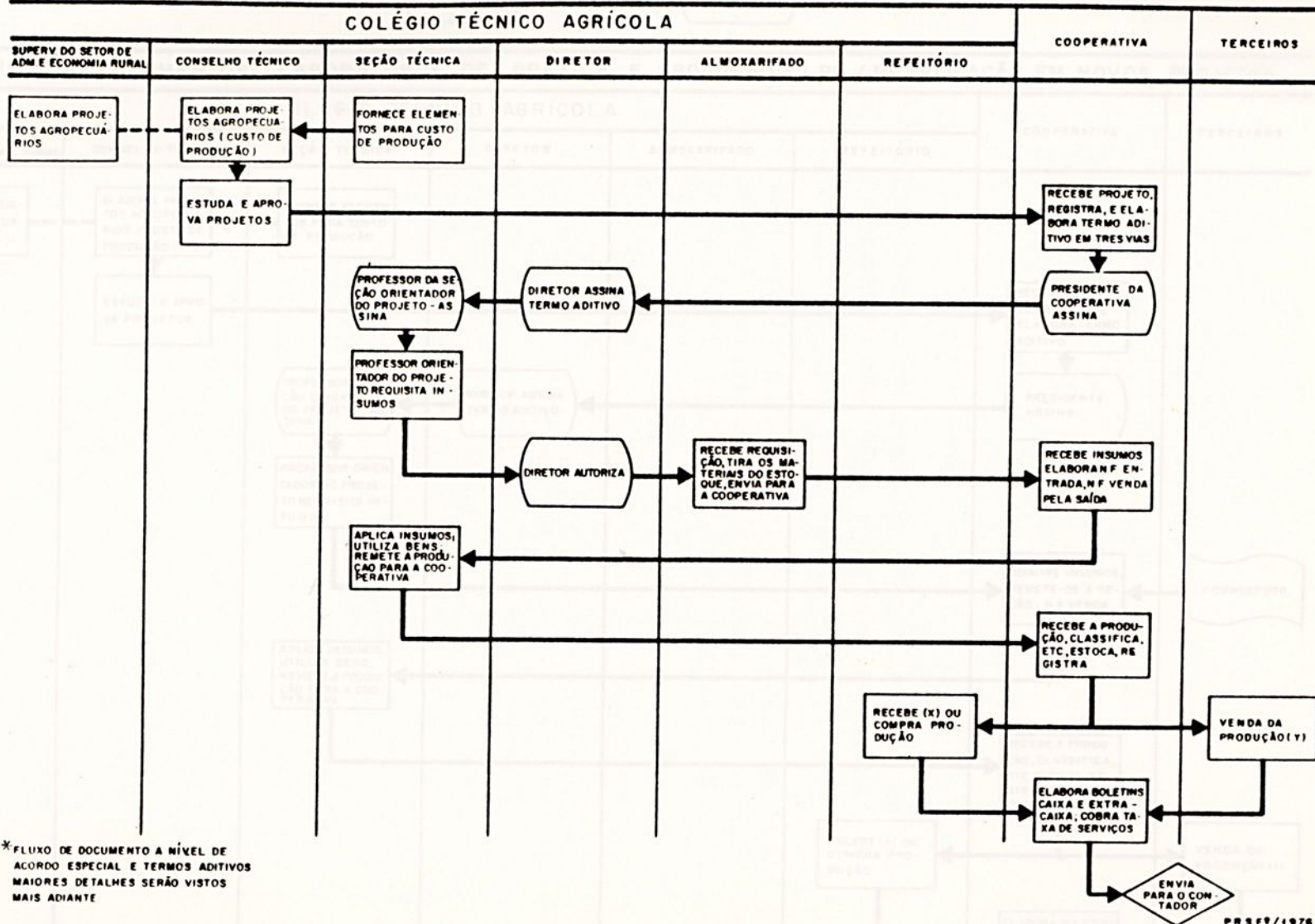
FLUXO DE DOCUMENTOS* PROGRAMA AGRÍCOLA ORIENTADO - P.A.O.



* FLUXO DE DOCUMENTOS A NÍVEL DE ACORDO ESPECIAL E TERMOS ADITIVOS, MAIORES DETALHES SERÃO VISTOS MAIS ADIANTE

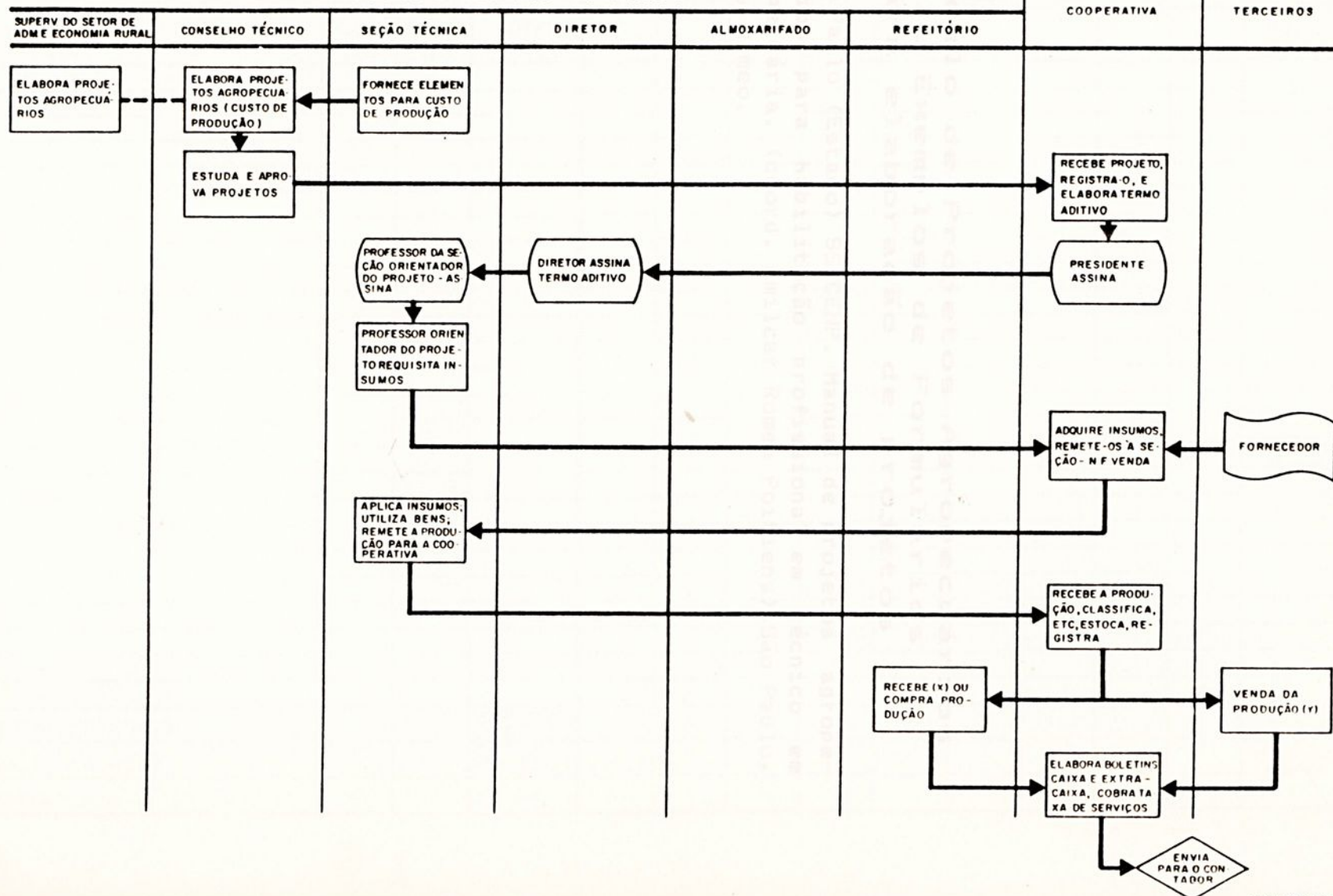
PRSF/1976

FLUXO DE DOCUMENTOS* LABORATÓRIO DE PRÁTICA E PRODUÇÃO - L.P.P. / PROJETOS INICIAIS



FLUXO DE DOCUMENTOS: LABORATÓRIO DE PRÁTICA E PRODUÇÃO = L.P.P. / REAPLICAÇÃO EM NOVOS PROJETOS

COLÉGIO TÉCNICO AGRÍCOLA



3.2 Modelo de Projetos Agropecuários

3.2.1 Exemplos de Formulários para elaboração de projetos

FONTE: São Paulo (Estado) SE/CENP. Manual de projetos agropecuários para habilitação profissional em técnico em agropecuária. (coord. Amílcar Romeu Portiens). São Paulo, 1981, mimeo.

[illegible]

[illegible]

EESG. .] (1)				PROJETO: (5)		ANO:198 (8)		QUADRO - I - E Custos de Produção	
MUNICÍPIO: (2)				UNIDADE BÁSICA: (6)					
DE: (3)		DRE: (4)		SUB-SETOR: (7)				GETEP / CENP / CEI	

A - GASTOS PROVÁVEIS DE MATERIAIS DE CONSUMO					B - GASTOS PROVÁVEIS DE USO - PARCIAL					
Nº	DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	V. UNIT.	TOTAL	Nº	Discriminação	Total			
(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	1	Gastos Prováveis de uso Parcial(Transf.Q.I-A				
					2					
					3					
						TOTAL				
					C- Gastos Prováveis de Distribuição					
					Nº	Discriminação	Total			
					1					
					2					
						TOTAL				
					D- Gastos Prováveis					
					Nº	Discriminação	Total			
					1	De Trabalho	(15)			
					2	De Uso	(16)			
					3	De Materiais	(17)			
					4	De Distribuição				
						TOTAL	(18)			
					E- Receitas Prováveis					
					Nº	Discriminação	Qmt	P.Unit.	Total	
					1	(19)	(20)	(21)	(22)	
					2					
					3					
					4					
						TOTAL			(23)	
					F- Resultados Prováveis					
					Nº	Discriminação	Total			
					1	Receita Provável	(24)			
					2	Gastos Prováveis	(25)			
TOTAL				(14)	TOTAL					(26)

Data: ____/____/____		Data: ____/____/____		Visto: ____/____/____	
Ass. do Professor		Ass. do Diretor		Supervisor de Ensino	

3.2.2 Avaliação econômico-financeira

FONTE: São Paulo (estado) SE/CENP. Manual de Projetos Agropecuários para habilitação profissional em técnico em agropecuária. (Coord. Amílcar Romeu Poitens) São Paulo, 1981, mimeo.



ANN-198

39

ANO:198

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 unesp 5 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26

E.E.S.G. (AGRÍCOLA) _____

de _____

ARRECADAÇÃO E GASTOS REFERENTES AO 1º SEMESTRE - ANO:

Arrecadação	Gasto na própria escola	Gastos com outras escolas				SALDO EXISTENTE NO F.E.D. até
		Nome da Escola Agrícola	Valor	Nome da Escola não Agrícola	Valor	
						_____ data
						Cr\$. _____

ASSINATURA

CARIMBO

AT-2

Diretor de Serviços de Finanças

Diretor Regional

Vera Cruz, 16 de outubro de 1991

Seuza Diretor

Como é do conhecimento de todos, o governo do Estado

ANEXO 4

Manifestação de Escolas da Região de ensino
Marília
sobre a proposta de transferência das
Escolas Técnicas da SE para a
Secretaria de Ciência e Tecnologia
do Estado de São Paulo, representantes das Escolas Técnicas da região
de Marília, para discutirem a citada reformulação, ocasião em que
elaboraram o manifesto em anexo, o qual encaminham ao colega para
conhecimento e divulgação à comunidade escolar, se julgar convenien-
te.

Seuza é para o momento, aproveito o ensejo para
apresentar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.



Diretor Regional de Ensino
de Marília

Vera Cruz, 16 de outubro de 1991

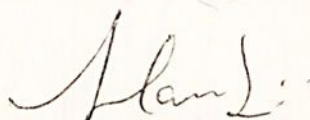
Colega Diretor

Como é do conhecimento de todos, o governo do Estado de São Paulo, pretende realizar profundas reformulações no ensino público estadual, inclusive nas Escolas Técnicas.

Em 16/10/91, reuniram-se na Etaesg. "Paulo Guerreiro Franco" de Vera Cruz, representantes das Escolas Técnicas da região de Marília, para discutirem a citada reformulação; ocasião em que elaboraram o manifesto em anexo, o qual encaminho ao colega para conhecimento e divulgação à comunidade escolar, se julgar conveniente.

Sendo só para o momento, aproveito o ensejo para apresentar protestos de elevada estima e consideração,

Atenciosamente.



Luiz Carlos Moreno Canedo
RG. 5.024.320 - Diretor de Escola

Vera Cruz, 16 de outubro de 1991



MANIFESTO DAS ESCOLAS TÉCNICAS DA REGIÃO DE MARÍLIA

Em 16/10/91, reuniram-se profissionais das Escolas Técnicas abaixo assinadas, a convite da Etaesg. "Paulo Guerreiro Franco", para ouvir dos professores Luiz Carlos Moreno Canedo e Antúlio José de Azevedo, as notícias veiculadas em reunião na DISAETE ocorrido em 09/10/91, a respeito da proposta do Sr. Secretário da Educação, referente ao / desligamento das escolas técnicas da Secretaria da Educação.

Durante a discussão que se seguiu, o grupo expressou muita preocupação com o que poderá ocorrer com as escolas e os profissionais / que nelas atuam, diante da possível transferência para outra secretaria.

Embora a Disaete tenha se reunido com alguns representantes de / escola, medida de tal envergadura, no entendimento do grupo, requeria amadurecimento da proposta em discussão com toda a rede.

Como tal não ocorreu, o grupo se manifesta através das considerações abaixo, solicitando esclarecimentos :

1) É anseio do grupo que as escolas técnicas estaduais fiquem subordinadas, a um órgão autônomo, vinculado a Secretaria da Educação , conforme propostas aprovadas reiteradas vezes nos fóruns do ensino técnico.

2) A aceitação de transferência de secretaria, deverá estar vinculada ao conhecimento prévio da estrutura e funcionamento da nova secretaria, a saber :

- a) filosofia referente ao ensino profissionalizante de 2º grau.
- b) situação funcional
- c) regime de trabalho
- d) alocação de recursos financeiros, humanos e materiais.
- e) organização e orientação pedagógicas.

3) Que haja pessoal credenciado das escolas técnicas estaduais , que apresentem vivência e conhecimento na elaboração das diretrizes / que nortearão o trabalho a ser desenvolvido por essas escolas, dentro da nova secretaria e que os elementos envolvidos sejam indicados pelas escolas.

Vera Cruz, 16 de outubro de 1991



QUADRO 1
Escolas Agrícolas de 2º Grau. Estado de São Paulo
Denominação, Localização e Vínculo Administrativo

Escola - Nome	Município	DE	DRE
"Cônego José Bento"	Jacareí	S. J. dos Campos	V. do Paraíba
"Prefeito José Esteves"	Cerq. Cesar	Avaré	Sorocaba
"D. Sebastiana de Barros"	São Manuel	Botucatu	
"Prof. Edson Galvão"	Itapetininga	Itapetininga	
"Dr. Dario Pacheco Pedroso"	Itapeva	Itapeva	
"Martinho Di Ciero"	Itu	Itu	
"Benedito Storani"	Jundiaí	Jundiaí	Campinas
"Dr. Carolino da Motta e Silva"	Esp. Stº do Pinhal	Moji-Mirim	
"Dr. José Coury"	Rio das Pedras	Piracicaba	
"Prof. Carmelino Correa Junior"	Franca	Franca	Ribeirão Preto
"Antonio Junqueira da Veiga"	Igarapava	Ituverava	
"Laurindo Alves de Queiroz"	Miguelópolis	Ituverava	
"Manoel dos Reis Araujo"	Sta. R. do P. Quatro	Sta. R. do Viterbo	
"Prof. Francisco dos Santos"	São Simão	Sta. R. do Viterbo	
"Astor de Mattos Carvalho"	Cabrália Paulista	Bauru	Bauru
"Prof. Urias Ferreira"	Jau	Jau	
de Cafelândia	Cafelândia	Lins	
de Monte Aprazível	Monte Aprézível	Monte Aprézível	S.J.Rio Preto
"Matheus Leite de Abreu"	Mirassol	S. J. Rio Preto	
"Frei Arnaldo M. Itaporanga"	Votuporanga	Votuporanga	
"João Jorge Geraissate"	Penápolis	Penápolis	Araçatuba
"Engº Herval Bellusci"	Adamantina	Adamantina	Pres.Prudente
de Dracena	Dracena	Dracena	
"Prof. Dr. Antonio E. de Toledo"	Pres. Prudente	Pres. Prudente	
de Rancharia	Rancharia	Rancharia	
"Prof. Luiz Pires Barbosa"	Cândido Mota	Assis	Marília
"Augusto Tortolero Araujo"	Parag. Paulista	Parag. Paulista	
"Dr. Luiz Cesar Couto"	Quatá	Parag. Paulista	
"Dep. Paulo Ornellas C. de Barros"	Garça	Garça	
"Paulo Guerreiro Franco"	Vera Cruz	Marília	
"Maria Joaquina do Esp. Santo"	Sta. C. R. Pardo	Sta. C. Rio Pardo	
"Engº Agrº Narciso Medeiros"	Iguape	Miracatu	Eduvale

IN: Cenafor. Levantamento Diagnóstico das 32 Escolas Estaduais de Segundo Grau (Agrícolas) do Estado de São Paulo. Dados Iniciais Convênio SE/CENAFOR, 1984.



QUADRO 2

Escolas Agrícolas de 2º Grau, Estado de São Paulo,
Agrupadas em Pequenas, Médias e Grandes, Segundo a Área

Pequenas (até 49 Ha)		Médias (de 50 a 99 Ha)		Grandes (100 e mais Ha)	
Cabrália Paulista	21,00	Adamantina	97,00	Esp. Stº Pinhal	410,00
Cândido Mota	29,19	Cafelândia	75,00	Franca	121,00
Cerqueira Cesar	24,20	Dracena	83,00	Iguape	121,00
Igarapava	48,40	Garça	72,60	Jau	383,54
Itapetininga	20,90	Itapeva	85,00	Jundiaí	300,00
Itu	25,11	Jacareí	77,50	Monte Aprazível	103,00
Miguelópolis	45,40	Quatá	65,79	Paraguaçu Paulista	121,00
Mirassol	45,60	Vera Cruz	80,60	Penápolis	242,00
Rio das Pedras	13,00	Votuporanga	70,40	Pres. Prudente	370,00
S. Rita P. Quatro	26,60			Rancharia	121,00
São Simão	9,00			S. Cruz R. Pardo	196,81
				São Manoel	219,50
Total	308,40	Total	706,89	Total	2.708,85

IN: Cenafor. Levantamento Diagnóstico das 32 Escolas Estaduais
de Segundo Grau (Agrícolas) do Estado de São Paulo. Dados
Iniciais Convênio SE/CENAFOR, 1984.

QUADRO 3
Escolas, por DRE, por porte e localização rural/urbana

DRE	Escola/Município	Porte	Localiz.
Vale do Paraíba	Jacareí	Médio	urbana
Sorocaba	Cerqueira Cesar	Pequeno	rural
	Itapetininga	Pequeno	rural
	Itapeva	Médio	rural
	Itu	Pequeno	urbana
	São Manoel	Grande	urbana
Campinas	Esp. Sts Pinhal	Grande	rural
	Jundiá	Grande	rural
	Rio das Pedras	Pequeno	rural
Ribeirão Preto	Franca	Grande	rural
	Igarapava	Pequeno	rural
	Miguelópolis	Pequeno	rural
	S. R. P. Quatro	Pequeno	rural
	S. Simão	Pequeno	rural
Bauru	Cabrália Paulista	Pequeno	rural
	Cafelândia	Médio	urbana
	Jaú	Grande	rural
São José do rio Preto	Mirassol	Pequeno	urbana
	Monte Aprazível	Grande	rural
	Votuporanga	Médio	urbana
Araçatuba	Penápolis	Grande	rural
Presidente Prudente	Adamantina	Médio	rural
	Dracena	Médio	rural
	Pres. Prudente	Grande	rural
	Rancharia	Grande	urbana
Marília	Cândido Mota	Pequeno	rural
	Garça	Médio	urbana
	Quatã	Médio	rural
	Paraguaçu Pta.	Grande	urbana
	S. C. R. Pardo	Grande	rural
	Vera Cruz	Médio	rural
Eduvale	Iguape	Grande	rural

IN: Cenafor. Levantamento Diagnóstico das 32 Escolas Estaduais de Segundo Grau (Agrícolas) do Estado de São Paulo. Dados Iniciais Convênio SE/CENAFOR, 1984.

TABELA 1
Cursos e Números de Participantes (CONTAP)
BRASIL

Natureza dos Cursos	Nº de Treinados
Tratorista	5.955
Educação de Agricultores e Jovens Adultos	7.254
Economia Doméstica Rural	5.552
Educação de Donas de Casa do Meio Rural	5.688

Fonte: Adant, P.; Silva, A. C. e Mizoguchi, S.
IN: Aspectos da Situação Brasileira

TABELA 2
Estado de São Paulo
Distribuição da População, 1960-1991

Anos	População					Total 100%
	Urbana		Rural		Nº	
	Nº	%	Nº	%		
1960	8.149.979	62,81	4.824.720	37,19	12.974.699	
1970	14.432.244	80,36	3.526.449	19,64	17.958.693	
1980	22.196.378	88,64	2.844.344	11,36	25.040.712	
1991*	-	-	-	-	31.192.818	

Fonte: IBGE

* Dados referentes a 1991 ainda não oficializados pelo IBGE.

TABELA 3

Distribuição percentual dos alunos das escolas pequenas, médias e grandes, segundo o grau de "regionalização"

Grau Region.	Pequenas	Médias	Grandes	Geral
Mesma DRE	74,6%	77,7%	67,2%	72,1%
Demais DRE/SP	12,2%	14,1%	17,5%	15,1%
Demais UFs	13,2%	7,8%	14,9%	12,5%
exterior	(um caso)	0,4%	0,4%	0,3%
Total	(1250)	(1179)	(1946)	(4375)

IN: Cenafor. Levantamento Diagnóstico das 32 Escolas Estaduais de segundo Grau (Agrícolas) do Estado de São Paulo. Dados Iniciais Convênio SE/CENAFOR, 1984.

TABELA 4

Distribuição percentual dos alunos "rurais" / "urbanos" das escolas pequenas, médias e grandes, segundo o regime internato/não internato e defasagem idade/série: "fora da faixa"

	PEQUENAS			MÉDIAS			GRANDES			TOTAL DAS ESCOLAS		
	RUR	URB	Total	RUR	URB	Total	RUR	URB	Total	RUR	URB	Total Geral
	Int	Int	Int	Int	Int	Int	Int	Int	Int	Int	Int	Int
Fora da faixa	68.9	68.1	68.3	69.2	67.2	67.9	69.2	68.1	68.5	69.1	67.9	68.2
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
	(286)	(768)	(1054)	(354)	(701)	(1055)	(458)	(1105)	(1563)	(1098)	(2574)	(3672)
	PEQUENAS			MÉDIAS			GRANDES			TOTAL DAS ESCOLAS		
	RUR	URB	Total	RUR	URB	Total	RUR	URB	Total	RUR	URB	Total Geral
	Ext	Ext	Ext	Ext	Ext	Ext	Ext	Ext	Ext	Ext	Ext	Ext
Fora da Faixa	68.1	56.1	58.2	76.9	64.0	65.3	64.9	66.4	66.1	66.9	62.9	63.7
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
	(32)	(164)	(196)	(13)	(111)	(124)	(94)	(289)	(383)	(139)	(564)	(703)
	PEQUENAS			MÉDIAS			GRANDES			TOTAL DAS ESCOLAS		
	RUR	URB	Total	RUR	URB	Total	RUR	URB	Total	RUR	URB	Total Geral
	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total
Fora da Faixa	68.9	66.0	66.7	69.5	66.7	67.6	68.5	67.8	68.0	68.9	67.0	67.5
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
	(318)	(932)	(1250)	(367)	(812)	(1179)	(552)	(1394)	(1946)	(1237)	(3138)	(4375)

IN: Cenafor. Levantamento Diagnóstico das 32 Escolas Estaduais de Segundo Grau (Agrícolas) do Estado de São Paulo. Dados Iniciais Convênio SE/CENAFOR, 1984.

OBSERVAÇÕES

As entrevistas com os gestores e professores foram semi-estruturadas. Inicialmente, foi apresentado

ANEXO 6

TEXTOS E ROTEIROS DAS ENTREVISTAS

do qual se fez a coleta das informações.

A apresentação dos depoimentos foi feita em a forma de texto livre, mantendo as características de oralidade das falas e com destaque para as frases que, sob o ponto de vista do entrevistador, denotam elementos-chave do pensamento do entrevistado.

Eventualmente, em alguns trechos a gravação ficou inaudível, o que está indicado por (...).

OBSERVAÇÕES

As entrevistas com os gestores e professores foram semi-estruturadas. Inicialmente, foi apresentado aos entrevistados um roteiro básico a partir do qual se fez a coleta das informações.

A apresentação dos depoimentos foi feita sob a forma de texto livre, mantidas as características de oralidade das falas e com destaque (negrito) para as frases que, sob o ponto de vista do entrevistador, denotam elementos-chave do pensamento do entrevistado.

Eventualmente, em alguns trechos a gravação ficou inaudível, o que está indicado por (...).

6.1 ROTEIROS DAS ENTREVISTAS

**Entrevistado: DR. JOSÉ BONIFÁCIO
COUTINHO NOGUEIRA**

1. Dr. José Bonifácio, seu nome está ligado às questões do Ensino Agrícola Paulista em, pelo menos, dois momentos importantes: na Secretaria da Agricultura e na Secretaria da Educação. Inicialmente, o senhor poderia sintetizar os principais aspectos dessas gestões? Em que outros momentos e aspectos o senhor atuou em relação a esse ramo de ensino?

2. Em sua gestão como Secretário da Agricultura, que medidas considera mais relevantes na política de Ensino Agrícola implementada? Que fatores podem ser considerados determinantes na expansão das escolas de Iniciação Agrícola, nesse período?

3. Enquanto Secretário da Educação, sua gestão foi marcada por algumas mudanças de vulto no Sistema Educacional Paulista, além das ações decorrentes da implantação da Lei 5692/71. No Ensino Agrícola, o Sistema Escola-Fazenda vinha sendo introduzido, aproximadamente, a partir de 1970, e sofreu uma solução de continuidade. Que motivos levaram à mudança? Como foi seu recontro com as escolas agrícolas na Secretaria da Educação?

4. A extinção da Coordenadoria de Ensino Técnico, incluindo o Departamento de Ensino Agrícola, parece ter sido um tanto traumática. A seu ver, quais as principais consequências desse ato? Como se colocou, naquele momento, a relação autonomia-burocratização em relação à administração das Unidades Escolares? E à ação docente? Como analisa o papel desempenhado pela Coordenadoria de Ensino do Interior no momento de vinculação das Escolas Agrícolas à sua área de competência?

5. Ainda hoje se discute a quem, ou a que órgão, cabe a gestão do Ensino Agrícola dadas as suas especificidades. Como o senhor vê essa questão? Em sua opinião, a situação ideal é a vinculação do Ensino Agrícola à Secretaria da Educação? De que forma? Que outra alternativa o senhor considera válida?

6. Nas Escolas Agrícolas, a relação produção-trabalho-ensino é um tanto pôlemica. Como o sr. vê essa relação nos diferentes momentos da evolução do Ensino Agrícola? Como o senhor vê a relação educação geral X formação especial, antes e depois da Lei 5692/71?

7. No meu entender, quanto à organização das Escolas Agrícolas, o modelo ainda vigente é de Escola Fazenda (diferente do que se pode denominar de Sistema Mizoguchi de Escola-Fazenda). Como o sr. vê a questão desse modelo, praticamente, único? Existiria, para o momento atual, um modelo alternativo? Como o sr. vê, hoje, a questão do perfil do técnico em agropecuária formado nas Escolas Agrícolas tal como estão organizadas?

8. Considerando que a agricultura brasileira, em especial a paulista, sofreu nas últimas décadas um profundo processo de modernização com alterações no perfil de mão-de-obra, estrutura da propriedade e relacionamento com a indústria "para" e "da" agricultura, como podem as Escolas Agrícolas acompanhar esse processo? Que elementos facilitam e que elementos dificultam a atuação dessas escolas diante da função social que devem cumprir?

9. Quais são, a seu ver, os principais problemas do Ensino Agrícola de São Paulo atualmente? Quais as perspectivas para o seu equacionamento e solução?

10. Que outras observações o senhor gostaria de fazer a respeito do Ensino Agrícola em São Paulo?

Entrevistado: Dr. Shigeo Mizoguchi

1. Dr. Shigeo, seu nome está intimamente ligado ao desenvolvimento do Ensino Agrícola, principalmente, pelo Sistema Escola-Fazenda, além de sua atuação em vários cargos e funções em nível de escola e de órgãos dirigentes. O sr. poderia, inicialmente, descrever essa sua trajetória ?

2. No período em que o sr. atuou como docente, que aspectos considera mais revelantes ? Quais as principais dificuldades ? Como o sr. vê a relação educação geral x formação especial, antes e depois da Lei 5.692/71 ?

3. O sr. foi o idealizador do Sistema Escola-Fazenda e responsável pela implantação do projeto, em caráter experimental, na Escola de Presidente Prudente. Gostaria de saber que influências o levaram a construir o modelo ? Qual a fonte de inspiração ? Quais foram as maiores dificuldades ?

4. Alguns entendem que a implantação do Modelo de Projetos Agropecuários substituiu o Sistema Escola-Fazenda. O sr. entende que a essência do Sistema foi de fato eliminada ? Que motivos, em sua opinião, levaram à descaracterização do modelo ?

5. A extinção da Coordenadoria de Ensino Técnico, incluindo o Departamento de Ensino Agrícola, parece ter sido um tanto traumática. A seu ver, quais as principais consequências desse ato ? Como se colocou, naquele momento, a relação autonomia-burocratização em relação à administração das Unidades Escolares ? E à ação docente ? Como analisa o papel desempenhado pela Coordenadoria de Ensino do Interior no momento de vinculação das Escolas Agrícolas à sua área de competência ?

6. Nas Escolas Agrícolas, a relação produção-trabalho-ensino, ainda hoje, é um tanto pôlemica. Como o sr. vê essa relação nos diferentes momentos da evolução do Ensino Agrícola ? Como foi tratada na organização curricular e funcionamento do Sistema Escola-Fazenda concebido pelo sr ?

7. No meu entender, quanto à organização das Escolas Agrícolas, o modelo implantado e ainda vigente é de Escola Fazenda (diferente do que se poderia denominar de Sistema Mizoguchi de Escola-Fazenda). Como o sr. vê a questão desse modelo único ? Existiria, para o momento atual, um modelo alternativo ? Como o

sr. vê, hoje, a questão do perfil do técnico em agropecuária formado nas Escolas Agrícolas tal como estão organizadas?

Entrevistado: Prof. Dr. Luiz Ferreira Martins.

8. Considerando que a agricultura brasileira, em especial a paulista, sofreu nas últimas décadas um profundo processo de modernização com alterações no perfil de mão-de-obra, estrutura da propriedade e relacionamento com a indústria "para" e "da" agricultura, como podem as Escolas Agrícolas acompanhar esse processo? Que elementos facilitam e que elementos dificultam a atuação dessas escolas diante da função social que devem cumprir?

9. Quais são, a seu ver, os principais problemas do Ensino Agrícola de São Paulo? Quais as perspectivas para o seu equacionamento e solução?

10. Que outras observações o senhor gostaria de fazer a respeito do Ensino Agrícola em São Paulo?

Entrevistado: O senhor está se referindo ao Ensino Agrícola de São Paulo? O Ensino Agrícola de São Paulo é formado por 12 Escolas Agrícolas, 11 no Estado de São Paulo e 1 no Estado do Rio de Janeiro. O Ensino Agrícola de São Paulo é formado por 12 Escolas Agrícolas, 11 no Estado de São Paulo e 1 no Estado do Rio de Janeiro. O Ensino Agrícola de São Paulo é formado por 12 Escolas Agrícolas, 11 no Estado de São Paulo e 1 no Estado do Rio de Janeiro.

11. Como você avalia a atuação da administração em relação ao Ensino Agrícola de São Paulo? Como você avalia a atuação da administração em relação ao Ensino Agrícola de São Paulo? Como você avalia a atuação da administração em relação ao Ensino Agrícola de São Paulo?

12. Como você avalia a atuação da administração em relação ao Ensino Agrícola de São Paulo? Como você avalia a atuação da administração em relação ao Ensino Agrícola de São Paulo? Como você avalia a atuação da administração em relação ao Ensino Agrícola de São Paulo?

**Entrevistado: Prof. Dr. Luiz Ferreira
Martins**

1. Professor, enquanto Secretário da Educação, de 1979 a 1982, sua atuação no tocante ao Ensino Agrícola de 2º Grau, é bastante conhecida e constitui o objeto principal desta entrevista.

Inicialmente, o sr. poderia sintetizar os principais aspectos dessa atuação? Em que outros momentos e sob que aspectos o sr. atuou em relação a esse ramo de ensino?

2. Durante sua gestão à frente da SE, algumas ações foram de grande importância para o Ensino Agrícola, tais como: reforma geral das escolas, preenchimento do módulo de funcionários, implantação de novo modelo de Projetos Agropecuários. Em termos de política educacional, o que determinou essas medidas?

3. Ainda durante sua gestão, pela Resolução SE 41/79 (alterada pela Res. Se 120/80), foi criado o GETEP (Grupo Especial de Trabalho sobre o Ensino Profissionalizante) junto à CENP, com atribuições de prestar assistência técnica a órgãos da Secretária da Educação na área de ensino profissionalizante. Como o sr. analisa a atuação desse Grupo de Trabalho à luz das atribuições definidas na Resolução que o criou?

4. Um aspecto polêmico de sua administração, em relação ao ensino técnico, foi a integração de Escolas Técnicas ao Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza". Apesar de as escolas transferidas serem Técnicas Industriais, o ato provocou uma grande preocupação também entre professores e diretores das Técnicas Agrícolas. Que motivos determinaram aquela integração? Pretendia-se atingir as Escolas Agrícolas? Em caso positivo, por que a medida não foi concretizada?

5. Quanto à organização das Escolas Agrícolas, o modelo implantado e ainda vigente é o da Escola Fazenda. Como o sr. vê a questão desse modelo único? Existiria, para o momento atual, um modelo alternativo?

6. Considerando que a agricultura brasileira, em especial a paulista, sofreu nas últimas décadas um profundo processo de modernização com alteração no perfil de mão-de obra, estrutura da propriedade e relacionamento com a indústria "para" e "da" agricultura, como podem as escolas agrícolas acompanhar esse processo? Que elementos facilitam e que elementos dificultam a atuação dessas escolas diante da função social que devem cumprir?

7. Quais são, a seu ver, os principais problemas do Ensino Agrícola de São Paulo? Quais as perspectivas para o seu equacionamento e solução?

8. Que outras observações o senhor gostaria de fazer a respeito do ensino agrícola em São Paulo?

Entrevistado: Prof. João de Deus da
Costa Gomes

1. Professor, em sua vida profissional contam-se muitos anos de experiência no Ensino Agrícola. Inicialmente, o sr. poderia descrever essa trajetória ?

2. No período em que o sr. atuou como docente, que aspectos considera mais revelantes ? Quais as principais dificuldades ? Como o sr. vê a relação educação geral x formação especial, antes e depois da Lei 5.692/71 ?

3. A extinção da Coordenadoria de Ensino Técnico, incluindo o Departamento de Ensino Agrícola, parece ter sido um tanto traumática. A seu ver, quais as principais consequências desse ato ? Como se colocou, naquele momento, a relação autonomia-burocratização em relação à administração das Unidades Escolares ? E à ação docente ? Como analisa o papel desempenhado pela Coordenadoria de Ensino do Interior no momento de vinculação das Escolas Agrícolas à sua área de competência ?

4. Quando de sua atuação no GETEP/GEAGRI, houve a implantação de novo modelo de Projetos Agropecuários com vistas ao incremento da produção e melhoria de ensino. No entanto, a relação produção-trabalho-ensino, nas Escolas Agrícolas, é um tanto polêmica. Como o sr. vê essa relação ? Como era tratada no novo modelo de Projetos ?

5. Ainda quando de sua atuação em nível dos órgãos centrais, o sr. participou de Projeto de Atualização de Diretores e Professores das Escolas Agrícolas. Que diretrizes marcaram esses programas ? Por que ? Como o sr. vê, hoje, a questão da formação e atuação dos professores do Ensino Agrícola ?

6. O GETEP/GEAGRI produziu vários documentos de orientação técnica no período de sua existência. Que objetivos eram pretendidos ? Com a criação da DISAETE houve mudança de rumo ?

7. Quanto à organização das Escolas Agrícolas, o modelo implantado e ainda vigente é o da Escola Fazenda. Como o sr. vê a questão desse modelo único? Existiria, para o momento atual, um modelo alternativo?

8. Considerando que a agricultura brasileira, em especial a paulista, sofreu nas últimas décadas um profundo processo de modernização com alterações no perfil de mão-de-obra, estrutura da propriedade e relacionamento com a indústria "para" e "da" agricultura, como podem as Escolas Agrícolas acompanhar esse processo? Que elementos facilitam e que elementos dificultam a atuação dessas escolas diante da função social que devem cumprir? E de preparar uma mão-de-obra especializada para a agricultura, a nível de 2º grau?

9. Quais são, a seu ver, os principais problemas do Ensino Agrícola de São Paulo? Quais as perspectivas para o seu equacionamento e solução?

10. Que outras observações o senhor gostaria de fazer a respeito do Ensino Agrícola em São Paulo?



Entrevistado: Tomoko Matsui (DISAETE)

1. A DISAETE está ligada às questões do Ensino Agrícola Paulista em um momento importante, quando se coloca a necessidade de reorganização do Ensino Técnico diante do fracasso da Lei 5692/71. Quais os critérios adotados para constituição da Equipe? O que significou em termos de efetiva renovação?

2. Que medidas considera mais relevantes na Política de Ensino Agrícola implementada pela DISAETE? Que objetivos foram considerados prioritários?

3. Entre os problemas que aparecem com muita frequência nos diagnósticos e estudos sobre o Ensino Agrícola, estão as questões relacionadas a pessoal. Que medidas foram definidas em apoio à ação docente e aos especialistas de educação, especialmente diretores de escola?

4. Recentemente, a DISAETE apresentou à rede de Escolas Agrícolas uma proposta de reorganização curricular. Quais os principais aspectos dessa proposta, especialmente quanto à relação trabalho-educação? É possível avaliar essa reorganização curricular, considerando a sua recenticidade? Como foi encarada pelos docentes? A relação produção-trabalho-ensino é um tanto polémica. Como você vê essa relação nos diferentes momentos da evolução do Ensino Agrícola?

5. Ainda hoje se discute a quem, ou a que órgão, cabe a gestão do Ensino Agrícola dadas as suas especificidades. Como a atual gestão vê essa questão? Em sua opinião, a situação ideal é a vinculação do Ensino Agrícola à Secretaria da Educação? De que forma? Que outra alternativa você considera válida? Como está sendo colocada hoje, para as Escolas Agrícolas as questões referentes à autonomia X burocratização, em especial nos aspectos de administração material e financeira?

6. A rede de Escolas Agrícolas, nos últimos anos, tem se mantido relativamente estável nos aspectos quantitativos. Recentemente falou-se em ampliação do número de escolas. Existe um plano de expansão?

7. No meu entender, quanto à organização das Escolas Agrícolas, o modelo ainda vigente é de Escola Fazenda (diferente do que se pode denominar de Sistema Mizoguchi de Escola-Fazenda). Como você vê a questão desse modelo praticamente único? Existiria, para o momento atual, um modelo alternativo? Como vê, hoje, a questão do perfil do técnico em agropecuária formado nas Escolas Agrícolas tal como estão organizadas?

8. Considerando que a agricultura brasileira, em especial a paulista, sofreu nas últimas décadas um profundo processo de modernização com alteração no perfil de mão-de-obra, estrutura da propriedade e relacionamento com a indústria "para" e "da" agricultura, como podem as Escolas Agrícolas acompanhar esse processo? Que elementos facilitam e que elementos dificultam a atuação dessas escolas diante da função social que devem cumprir?

9. Quais são, a seu ver, os principais problemas do Ensino Agrícola de São Paulo atualmente? Quais as perspectivas para o seu equacionamento e solução?

10. Que outras observações o senhor gostaria de fazer a respeito do Ensino Agrícola em São Paulo?



Entrevistados: Professores

1. Professor, há quanto tempo atua no ensino agrícola? Desenvolve outras atividades ou leciona em outra escola? Qual a sua formação profissional?

2. Com referência a sua atuação docente. Como o senhor vê a relação teoria-prática? Ensino-produção? Como é definido o conteúdo das disciplinas?

3. Diante do avanço técnico da agricultura, quais as possibilidades que a escola tem de desenvolvimento de um ensino moderno condizente com o atual estágio do conhecimento técnico agrícola?

4. Em relação ao desenvolvimento das atividades curriculares, como se dá o relacionamento dos professores de disciplinas de educação geral com os de formação especial?

5. Como o senhor vê a evolução da escola, em função das políticas educacionais adotadas pelo governo? Como tem sido, em nível de escola, a implementação das propostas do nível central?

6. Em sua opinião quais os principais problemas do ensino agrícola?

7. Diante das mudanças que estão sendo propostas, quais as suas perspectivas?

8. Qual outra observação gostaria de fazer?

6.2 Entrevistas com os Gestores

6.2.1 José Bonifácio Coutinho Nogueira

Forde, a implantação de uma
-colônia de férias para crianças
na zona de colinas de São Paulo
em 1934.

Em 1934, a Companhia Saneamento
de São Paulo, sob a direção de
-José Bonifácio Coutinho Nogueira,
criou a Colônia de Férias para
crianças, localizada na zona de
colinas de São Paulo.

É preciso em primeiro lugar, que se faça uma análise objetiva, recuando no tempo, do problema histórico que encontrei à frente da Secretaria da Agricultura. O governador Jânio Quadros, que é um gênio político e um administrador inteiramente controvertido, resolveu, à testa do governo de São Paulo, dar uma solução para os problemas da agricultura paulista, mediante a formação de uma rede de ensino agrícola, buscando repetir o sucesso político que Fernando Costa já havia tido na década de 30 de que resultou, por exemplo, a Escola de Pirassununga.

Porém, a implantação da rede de ensino foi feita segundo critérios puramente político-eleitorais, pela ação dos deputados e seus interesses regionais.

Os doadores das áreas destinadas à instalação das escolas estavam mais interessados em valorizar as terras limítrofes do que propriamente fazer ensino agrícola. Então, foi montada uma Rede sem nenhuma condição técnica, do ponto de vista da agricultura. Quando encontrei na Secretaria da Agricultura essa situação, entendi logo que a Secretaria da Agricultura não tinha, realmente, nenhum quadro capaz de promover ensino, quando muito tinha um grupo de idealistas que sabiam fazer agricultura e saberiam dirigir, talvez, a mão-de-obra dos alunos para fazer algum tipo de agricultura, mas não tinham nenhuma experiência pedagógica, não tinham extensão programática em nenhum tipo de escola corrente ou ensinamento pedagógico.

Então, deparei-me com o problema: manter um tipo de ensino do ponto de vista pedagógico inexistente, seriam escolas de experimentação até mesmo de ensino, ou resgatar aquela rede muito mal estabelecida, diga-se de



passagem muito mal localizada, e transferi-la para a Educação aonde, pensava eu naquela ocasião, teríamos um ensino técnico organizado capaz de fazer o ensino agrícola dentro de uma filosofia de ensino técnico.

E assim foi feito. A transferência não foi bem sucedida. Porque não foi bem sucedida? Porque entrou na Secretaria da Educação que é altamente politizada, é uma corporação como hoje nos viemos a aprender que a Petrobrás é outra, a Caixa Econômica é outra, enfim o funcionalismo tem diversas corporações. A corporação reagiu à entrada por inteiro de uma estrutura vinda da agricultura, então, o Ensino Agrícola ficou um apêndice mal alojado esperando uma operação cirúrgica de extração.

Mas teria que prevalecer algum critério e nós havíamos entendido que deveria prevalecer o critério pedagógico, inserir aquela Rede dentro do sistema pedagógico e não puramente administrativo do ponto de vista agrícola, e assim foi feito. Porém, mal sabia que essa rede transferida iria encontrar-se de novo comigo quando eu iria assumir a Secretaria da Educação.

Muitas vezes, visitando a rede brincava: eu estou pagando os pecados de me ver livre de um problema numa área e ter que resolvê-lo na outra área. E aí foi realmente uma luta mais difícil.

Bem mais difícil, porque o mundo evoluiu, mudou e isso responde a uma série de questões que estão colocadas aqui na entrevista. Não se pode falar em Ensino Técnico pensando em setorizá-lo porque a economia moderna exige um trabalho profissional múltiplo. A mesma rede ainda que do Ensino Agrícola é o ensino tecnificado, modernizado e quem vai cuidar da informatização? Que é altamente especializada em outra linha? A economia moderna é feita para qualificar uma mão-de-obra

que vai competir com japoneses, coreanos, com os quatro tigres asiáticos que estão na economia moderna, dando um banho até nos Estados Unidos e Alemanha em matéria de tecnologia.

É extremamente difícil falar assim em termos de ensino técnico, pensando numa agricultura do século passado dentro de uma rede moderna.

Isso aconteceu com o ensino agrícola, o ensino agrícola não foi entendido para a agricultura do século XXI.

A Secretaria da Educação o recebeu como receberia um ensino técnico agrícola para um sítio do século XIX. Uma organização pedagógica de ensino primário, mesmo com a integração que fizemos, foi a minimização do 1º grau, e muito mais ainda com a especialização profissional do 2º grau.

O recebimento da Rede tinha a leitura cultural do velho sítio, da velha fazenda e isso deu margem a que o ensino agrícola não tivesse nada a ver com seus objetivos de interesse nacional, estadual, nada.

Foi uma administração mal instalada.

Não quero culpar os professores, sobretudo, as escolas foram instaladas em locais que um "meio agricultor" não teria escolhido, foram doações onde predominou o fator político, é o fato que se repete a vida inteira na vida pública, eu passei a minha vida dentro dela e posso dizer com toda a tranquilidade: a doação que recebi do poder público não é uma doação com a intenção de fazer o ensino agrícola ou uma função social, é feita para a valorização do imóvel.

Então, eu me lembro de algumas escolas que não tinham água, luz, esgoto. Então, dava-se uma área de 10 alqueires da pior terra da região para que ali o Estado levasse a infraestrutura e, le-

vando a infraestrutura para fazer a escola desse água, luz, esgoto para os terrenos vizinhos que eram do proprietário doador. Então, uma rede feita nessas circunstâncias dificilmente teria um resultado bom, um resultado saudável. Mas, mesmo assim, não prevaleceu a técnica de ensino moderno e brincava-se muito, na ocasião, que estava faltando japoneses para aquela escola agrícola, porque os japoneses que entraram no começo do século em São Paulo vieram aqui como simples mão-de-obra. Passadas duas gerações, eles passaram a ser altamente colocados na economia de São Paulo por competência, com profundidade, por tecnologia.

E nós em São Paulo ficamos para trás e a nossa escola agrícola ficou muito mais paulista e muito menos japonesa, no sentido da agricultura moderna.

Em qualquer região do Estado de São Paulo isso acontece. Inclusive em Campinas, onde eu trabalho, indo até outras fazendas de agricultura baseada na tecnologia japonesa e comparando com uma fazenda qualquer, um sítio qualquer de origem puramente brasileira, nota-se a diferença. A escola agrícola não entendeu essa mudança. Ela pensou estar ainda em São Paulo na década de 30, com a síndrome do café. Quando a grande fazenda de café decaiu, a agricultura decaiu junto. Veio a pecuária que ocupa pequeno volume de mão-de-obra, que hoje é um pouco mais sofisticada. O ensino agrícola não entendeu, como não entendeu a cultura de São Paulo, que o mundo já estava inventando e até reinventando a agricultura tecnificada intensiva. Isto é mais uma colocação, resultou que a Secretaria de Educação ficou um pouco inibida dentro de um problema que ela não entendia e do qual não gostava.

Também deve-se dizer que a Secretaria da Educação recebeu desde a origem um apêndi-



ce, porque vieram agrônomos com salários maiores e conhecimentos pedagógicos menores.

Quem conhece a psicologia humana e quem conhece o serviço público sabe que isso não dá certo. Receber uma Rede que vem montada de forma tal que os maiores salários são de quem não tinha especialização necessária para o objetivo. Então, na Secretaria da Educação, nós demos alguns consertos, algumas tentativas de solução, mas voltamos a nos defrontar com o problema central que era o não entendimento do problema. E só vai se resolver o problema do Ensino Agrícola quando se entender o que vai ser a agricultura do século próximo.

Enquanto não se entender isso, vai ser só mais uma repartição pública, mais seções, mais divisões e mais uma discussão sobre quem vai ser comissionado e quem não vai ser comissionado, porque as pessoas são designadas no ato 1, no ato 2, (são designadas) para sair. Não querem ficar.

Nós fizemos uma destinação, como eu era agricultor, visitei todas as escolas agrícolas para saber que elas eram um "presente de grego".

Eu acho que o melhor serviço que fiz naquela ocasião, por incrível que isso possa parecer, foi ter conscientizado o ensino agrícola de que aquilo era um "presente de grego", que a Secretaria da Agricultura tinha recebido uma rede incapaz para atingir os seus objetivos.

Porque isso é importante? Por que se preparou o espírito da transferência para a Educação. A própria Secretaria, o corpo técnico da Secretaria da Agricultura amadureceu, tomou consciência de que aquilo não era uma rede de ensino, eram escolas isoladas, criadas em determinados locais com grande interferência política, mas sem nenhuma idéia do que fosse pedagogia, nenhuma. Com a

aceitação dessa realidade foi possível a transferência para a Educação. O professor Queiroz Filho, de saudosíssima memória, era o Secretário da Educação. Depois que eu lhe fiz uma pregação intensiva, aceitou o "presente de grego". A proposta era de se fazer um ensino verdadeiramente técnico, porque não era ensino técnico agrícola o que havia, era o recolhimento de menores para um treinamento de mão-de-obra. No fundo era uma Funabem de luxo, era uma coisa que mais se adaptava a menores esparsos e soltos do que propriamente formava técnicos. E a educação recebeu com essa proposta que depois não foi integralmente executada, mas, com esse trabalho que nós fizemos na ocasião de conscientização, numa ou noutra parte a transferência pode ser feita dentro de uma proposta bem estudada, enumerando os pontos prioritários que teriam dado certo se não fosse o Estado, se o outro não fosse o Brasil (sic).

Um momento importante para a agricultura de São Paulo foi quando se começou a tomar consciência de que a agricultura não era mais aquilo que teria sido se continuássemos presos à síndrome do café.

Havia uma certa consciência e queria ter uma contribuição, nesse sentido, quando fiz o trabalho que foi para mim um dos momentos mais importantes da história da Agricultura de São Paulo.

A agricultura começou a entender suas relações com o processo de industrialização.

Considerando a tese de que a agricultura de São Paulo teria que se industrializar, fizemos o centro de zootecnia e uma série de obras dentro de uma nova realidade, porque já havia, do ponto de vista da expectativa, alguma coisa melhor.

Na educação, porém o maior absorveu o menor. A reforma do ensino era de tal maneira importante, porque eu encontrei o primário e o secundário e uma lei que criava o 1º grau. São Paulo, simplesmente, até a minha

nomeação havia ignorado o 1º grau.

Nós encontramos o primário e o secundário com uma característica que, hoje, a gente pode falar porque não tem mais nenhuma vinculação na área. O professor primário queria matar o secundário e vice-versa, ambos se matariam. Quer dizer, havia um ódio entre as duas categorias, uma emulação, uma coisa de raiz muito profunda, porque eram raízes de status, de problemas salariais muito profundos, não era brincadeira, eram realmente duas estruturas que se hostilizavam profundamente e até com razões compreensíveis, dentro dos maus tratos que lhes haviam sido impostos.

Pois bem, coube colocar esse primário e esse secundário num só 1º grau. Aqueles que passavam, em prédios separados, a fazer uma guerra tiveram que conviver dentro do mesmo prédio.

Para isso eu tive que tirar metade das classes de cada prédio e trazer uma metade de fora para juntar em cada prédio. De cada uma das duas metades surgia uma unidade nova de 1º Grau. Isso foi um tumulto porque nós transferimos milhares de professores, praticamente dos 200.000 professores da rede, 100.000 foram transferidos em uma semana. Por problemas pessoais, de condução, de adaptação, mas não havia outra maneira de fazer, não se podia criar o 1º grau, somando o primário e o secundário, sem mudar metade dos professores de lugar, porque não se podia deixar o aluno mudar, era melhor que o professor mudasse, fizesse o sacrifício do que fazer metade dos alunos mudar a cada 4 anos de colégio e se perderia, com essa mudança dos alunos, o espírito do 1º grau que é a unidade do corpo docente e discente no mesmo prédio. Essa mudança foi de tal maneira traumática que, evidentemente, por tempo, por dispêndio de energia, o problema do ensino técnico ficou um



pouco relegado, realmente, e além disso, que nós encontrávamos naquela ocasião um déficit escolar enorme.

O professorado de São Paulo tem dados estatísticos e se não tem, tem memória para saber duas coisas: 1ª) fomos naquela ocasião os que mais fizemos construções escolares; 2ª) foi o melhor nível salarial da classe pelo menos nos últimos 30 anos.

Se o aluno vai entrar em moeda estável, para saber que nós deixamos o nível de remuneração no melhor nível encontrado até hoje da Secretaria.

Tudo isso, evidentemente, levou a um tipo de investimento e o ensino técnico agrícola que é caríssimo, é preciso entender-se isso, o ensino técnico agrícola não se faz com pouco dinheiro, ficou muito sem verba, então se nós articulamos, em tese, a colocação de uma maneira razoável no ensino técnico, nós não tivemos recursos para fazer a implementação, porque demos prioridade à implantação do 1º grau e à melhoria da remuneração dos professores.

A falta de equipamento continuou estimulando e até consolidando uma defasagem técnico-profissional, quer dizer: as escolas continuaram fracas.

Nós fechamos algumas, inclusive não fechamos poucas, porque aquelas que estavam mal localizadas em locais impossíveis foram fechadas, as que ficaram, ficaram viáveis como outras de 2º grau também ficaram, mas todas mal equipadas. Esse foi o grande problema.

Isto é uma colocação, não há dúvida nenhuma, o problema é que, com o processo de urbanização, a tendência para o próximo milênio é que o trabalhador agrícola resida na cidade. Nós não escaparemos disso, então porque não fazer na cidade um

ensino agrícola?

Se o aluno vai morar na cidade é impossível levá-lo da cidade para o campo. Ele vai ficar morando na cidade, tem que aprender na cidade.

Aí vem a pergunta seguinte: porque então não se faz um ensino de agricultura também na cidade? Porque não um de mecânica? Enfim, vai se criar uma série de profissões com a mesma exigência. Se tivesse, hoje, que pensar no assunto, teria que pensar no assunto do ensino profissional como um todo, porque na economia moderna eu não vejo tanta diferença entre o ensino agrícola e o ensino de outras profissões. Eu acho que todas elas tem que ser urbanizadas, é muito difícil da gente entender isso agora...

Mas a urbanização é inexorável, é uma marcha inexorável.

Nós vamos chegar ao ponto em que já estão os Estados Unidos, o empregado agrícola, de um modo geral, vai morar na cidade. Hoje ele mora mal na cidade, mora na periferia, mas mora melhor do que há cinco anos atrás e muito melhor do que há 10 anos. O bóia-fria era um marginal social há 10 anos atrás, hoje não é mais, a legislação do trabalho já envolveu o bóia-fria que começa a crescer dentro da escala social por esse movimento da legislação do trabalho, então, a cidade irá abrigar o empregado agrícola que iria por condução coletiva, melhor organizada, para o seu local de trabalho, ele passa a não depender mais tanto do patrão e do dono da fazenda, ele passa a ser autotcontrolado, um autônomo.

Essas mudanças sociais, essa mudança na maneira de se organizar o trabalho agrícola vai influir muito no futuro e talvez a gente tenha que repensar o problema do ensino.

Nós fizemos uma reforma administrativa muito grande e tivemos que partir de premissas. Nós



acreditávamos que o ensino do 2º grau era o ensino profissional e acreditando que sendo ensino profissional ele teria que ser ensino agrícola e também ensino não agrícola. Então a idéia de inseri-lo na rede foi a idéia de evitar mais uma subdivisão. E se é uma rotina que todo o 2º grau vai ser profissionalizante - essa era a proposta da Lei-, para que dentro do 2º grau ter um ensino profissional e outro não-profissional?

Concordo que o Brasil escreveu uma lei e fez outra.

Isso é verdade, mas eu estava ali, implementando ali uma lei recém-criada. Olha, se todo o ensino de 2º grau vai ser profissionalizante para que deixar uma parte no ensino técnico e outra parte dentro da Coordenadoria do Ensino Normal? Não, vamos juntar tudo isso, porque tudo isso vai ser ensino técnico, dentro da crença de que a lei era para valer.

Depois a gente vai amadurecendo ao longo da vida e aprende que no Brasil nós temos 2 leis: a do papel e a outra.

O que acontece, então, se hoje tivéssemos de imaginar, talvez pudessemos dizer que o ensino de 2º grau não vai ser profissionalizante. Então, vamos fazer algumas escolas profissionais isoladas, mas naquele momento, dizia a lei, toda a escola de 2º grau vai ser profissionalizante. Então, não havia razão para deixar uma profissional outra não, juntei tudo na crença de que fosse uma verdade, e não foi uma verdade.

Então, há realmente um erro histórico a partir da idéia de que um secretário teria cumprido a lei, a lei mandava profissionalizar, vamos profissionalizar. Mal sabia ele que aquilo era apenas um papel bonito para dizer que nós íamos virar Japão e não viramos Japão.

Aí é uma questão da maneira de cada um sentir a vida. Hoje, pelo amadurecimento que a vida



me trouxe e pela maior vivência na política, tenho a impressão que devemos aceitar muito mais a nossa cultura do que reescrevê-la e reinventá-la. O Brasil tem uma raiz de ensino muito ligada ao ensino do antigo primário. Queiramos ou não. Não sei se é bom ou se é mau, e até aceito que há inconvenientes muito sérios nessa origem, mas essa é a verdade. Nós temos dois setores que eu diria hoje muito importantes na composição cultural do Brasil. Primeiro, o antigo ensino primário que dava uma unidade nacional cultural válida e, depois, a televisão que deu outra imagem cultural, mas que é também verdadeira. Há um espírito nacional que gravita em torno do programa de televisão. No aspecto de ensino, todo o Brasil aprendeu muito com o que era o antigo primário, mais ou menos uniforme no Brasil. Quando vem um nordestino para cá, trabalhar em São Paulo, vem um mineiro, o paulista tem nele a afinidade do 1º grau e sempre foi assim. Então, na medida em que queiramos criar modelos sofisticados, acima de nossa cultura, só vamos criar um arquipélago cultural dentro da nossa mão-de-obra que não é só paulista, não é só formada nessa escola.

Em primeiro lugar, precisamos avaliar o que custa fazer um ensino politécnico entre aspas, porque quem está inventando não sabe quanto custa e se souber quanto custa, não vai inventar.

Nós precisamos passar, na minha visão hoje, por alguma coisa mais lenta, mais suave até conseguirmos chegar lá. Eu visitei inúmeras escolas técnicas, naquela ocasião, faz tempo, e já se percebia isso, poucas realmente tinham nível técnico. O professor não é treinado para isso, não aprendeu para isso, o pai do aluno não sabe nada daquilo, o aluno não sabe. Nós precisamos primei-

ro explicar um pouco para a cultura brasileira o que é a tecnicidade que virá. Nós ainda não aprendemos para a população brasileira do ano 2000.

A nossa mão-de-obra não tem a mais vaga idéia do que está acontecendo no resto do mundo. Nós temos uma dificuldade de linguagem sobre a modernidade. E, querer fazer a coisa de cima para baixo não vai dar certo, eu faria de baixo para cima.

Eu melhoraria, iria introduzindo componentes de cultura tecnicizada desde o primeiro ano, desde o começo, para um dia chegar lá em cima. Vir de cima para baixo vai repetir o erro. Nós vamos por no papel que temos um ensino compulsoriamente profissional e não vamos ter nem dinheiro, nem estrutura pedagógica para dar esse ensino profissional. Vamos repetir o erro.

Eu acho que o ensino técnico tem que permanecer na Educação. A Secretaria da Agricultura não tinha e muito menos tem hoje, condições de fazer ensino técnico. Não tenho dúvida nenhuma de que, do ponto de vista pedagógico, seria um desastre. Não haveria condição para isso, não há quadro e iria burocratizar mais alguma coisa, isso seria uma nova estrutura cara, sem a menor condição de acompanhamento, de eficiência. E nem é essa a função da Secretaria da Agricultura, e não é em país nenhum e nem deve ser. O que se deveria é escolher o órgão da Secretaria capacitado para isso. A ressureição do ensino técnico talvez seja um caminho viável, desde que a gente tenha o realismo de dizer que o ensino técnico não vai acontecer na prática de modo geral. Então, a Secretaria teria condições, eu digo isso pela experiência que eu tive, de ter 50 escolas técnicas boas.



Com muito esforço, mas muito esforço, um grande secretário conseguiria manter 50 escolas de nível técnico.

É quase nada, é zero. E as demais continuariam no ensino formal existente. Se fizerem todo 2º grau profissional não dará certo, não tem estrutura, não tem dinheiro. Vão ser escolas que vão ensinar sem equipamento. Se recuarmos para um pequeno ensino profissional bem qualificado, eu acho que a gestão cabe à Secretaria da Educação.

Eu errei na medida em que acreditei que o 1º grau inteiro ia ser profissionalizante.

O ensino agrícola era uma estrutura marginal, um apêndice, não tinha nada a ver com a Secretaria, mal se falavam, era outra secretaria, então, desmanchei-a, integrando-a na rede, mas na verdade a rede não se tornou profissionalizante.

Até hoje, não há grandes progressos. Se nós olharmos o ensino superior, estamos vendo algumas escolas recentes que dão resultados bastante bons. Jaboticabal é uma delas, de Pinhal, venha a ser outra, Botucatu, na Unesp. Algumas escolas que eu conheci, superiores, ainda em formação e com falhas de estrutura muito grave, acabaram se acertando, mas são poucas, muito poucas. Eu não saberia dizer, se nós ampliássemos a nível de 2º grau o número de escolas existentes, se nós teríamos condições de dar apoio pedagógico para elas, nós não temos mão-de-obra saída das escolas formadoras de ensino superior, nós não teríamos quadro para ensinar uma rede de 2º grau. Daí minha preocupação em não fazer o errado, me lembro, não tem nada a ver com ensino agrícola, mas numa dessas polêmicas que os jornais gostam, o pessoal da psicologia inventou o lobby de se criar a cadeira de educação sexual nas escolas públicas. Então, houve uma polêmica enorme numa mesa que eu

tive, de maneira muito simples, resolveu o problema: nós temos 4.000 escolas com 3 turnos, nós precisamos de 12.000 professores especializados em educação sexual, mais as férias, mais as licenças maternidade, mais isso, a Secretaria precisaria de 20.000 educadores sexuais. Pois não temos 500. Então, o que adianta criar uma disciplina para dar na tragédia de um mau ensino? A mesma coisa é o ensino agrícola. Como todo ensino profissionalizante tem que partir de uma disponibilidade de professores bem formados em boas escolas formadoras para dirigirem, do contrário repete-se o erro.

Como empresário, eu tenho sempre dado preferência a técnicos agrícolas e tenho alguns que trabalham comigo, e noto que a formação da escola-fazenda é verdadeira, o que não é mau.

Apenas, eles não tem a formação para uma agricultura moderna, de agricultura intensiva moderna. Eles saem com uma noção de fazenda, mas uma noção teórica ainda muito carente. É claro que isso é um pouco fruto da origem da escola. A escola-fazenda está muito de acordo com a cultura da fazenda e de acordo, no caso, com a escola. Por isso, deve-se respeitar a escola-fazenda como sendo um modelo viável porque está aí. Os outros não estão aí. Há um processo de seleção natural que deve ser respeitado sempre, porque o aspecto social, político, econômico, naturalmente caminha por um processo da lei da preservação das espécies.

Se no ensino agrícola a Escola-Fazenda foi o que ficou, na verdade é o que ficou, a gente tem que respeitar como alguma coisa que a cultura brasileira assimilou.

O que eu não vejo é como dar escala grande a esse modelo, sem gente para isso. Acho que esse modelo é o modelo que funcionou e sobreviveu. Se



está aí há 30 ou 40 anos e os outros não estão, é porque a cultura brasileira assimilou e aproveitou. É preciso dar mais tecnicidade à formação do técnico agrícola. Hoje, se trabalha em agricultura com o computador para elaboração de projetos. A idéia não é apenas ver o elemento que a terra precisa, mas é a relação do elemento que a terra precisa comparado com o custo/benefício da produção, o que é uma operação que o computador resolve. Um técnico agrícola não tem a mais vaga idéia do que se trata. Olha esta equação, vamos fazer uma agricultura com um custo "x" por área para produzir tanto, para perder ou para ganhar dinheiro. Para essa operação que é corrente em qualquer empresa agrícola moderna, ele não está preparado. Então, é melhor deixar a rede como está, dar mais tecnicidade à atual estrutura antes de aumentá-la, antes de generalizar o modelo tem que lhe dar profundidade.

Há uma premissa maior que precisa ser colocada e que todo brasileiro devia, de manhã cedo, pensar nisso:

O Brasil está empobrecendo.

Queiramos ou não, todo mundo quer ganhar mais, todo mundo quer participar de uma maneira melhor do "bolo" da produção nacional. Estamos diariamente esquecidos que o "bolo" está diminuindo. A produção brasileira é, sobretudo comparativamente, uma produção que perde substância. Um país em que todos perdem não pode investir mais. A partir dessa consciência é que a situação se torna grave, porque a agricultura moderna, aonde ela está sendo praticada, exige altos investimentos e a agricultura moderna não poderá ser feita, praticada, levada a sério, num país que está empobrecendo. Nós temos que saber disso.



Eu tenho receio, não vai acontecer, mas eu tenho receio que acabemos um pouco como a Índia, um pouco como o Paquistão no sentido cultural. Quando se lê o que é a agricultura da Índia, e há coisas boas até, eles escrevem partindo da premissa de que o país é miserável e vai continuar miserável. Ele é miserável e vai sair da miséria? Não, ele é, e vai continuar miserável. Como é que se administra a miséria? Então, toda a sistemática é administrar a miséria. Se não tomarmos cuidado, vamos acabar assim.

Se deixarmos o país perder 2,3% de seu produto ao ano, vamos acabar num ponto em que não teremos outra saída senão administrar a miséria.

O técnico agrícola não vai trabalhar com computador, não. Ele vai continuar sem saber o que é computador e vai continuar administrando a mão-de-obra dele quase como um senhor de escravos, um feitor de escravos, porque será mão-de-obra humana que vai fazer toda a agricultura e não tem outro remédio. Esse é o grande perigo, nós precisamos ligar a atividade agrícola ao resto do país. É um país que não é decadente, mas começa a decair. E se nós, como brasileiros, não retomarmos o processo e virmos como os países competitivos estão fazendo, daqui a 10 anos, quem estiver por aí vai admitir que a escola agrícola é feita para formar o feitor de escravos.

Concluindo, em primeiro lugar, e vou até parar no primeiro lugar porque é tão grave que não comporta segundo, nós não temos uma mão-de-obra qualificada para ensinar esses alunos. O professor do nosso ensino agrícola ficou todos esses anos meio sem saber aonde é que ele estava, porque estava, a que vinha, porque ora vai para uma secretaria, ora vai para outra, ficou um pouco



"jogo de peteca". Passa para o lado de lá, o do lado de lá quer passar para o lado de cá, mas na verdade não se constituiu uma filosofia em função da qual todos trabalhassem. Sem esse professor qualificado ensinando, o ensino agrícola realmente não vai ser nada de importante.

Eu acho que já fizemos muitas observações e são essas as principais. O ensino agrícola a que eu estive tão ligado, até acredito que nos dois casos, tenha sido o momento de mais forte perplexidade, eu acho que o problema é criar uma estrutura em que haja professor de ensino agrícola que tenha condições de se identificar. Hoje ele não está identificado, ninguém sabe muito bem o que é isso. Assim como se identifica espécies animais tem que se identificar espécies culturais.

O ensino agrícola é uma espécie cultural "inidentificada", sabe-se que existe, mais ainda não foi profissionalmente identificada, e temos que fazê-lo.



6.2.2 Shigeo Mizoguchi

Em 1950, Shigeo Mizoguchi, nascido em 1914, em Hiroshima, Japão, mudou-se para o Brasil em 1950, para trabalhar na Companhia Saneamento de São Paulo (CSP). Ele foi um dos primeiros japoneses a trabalhar no Brasil e se tornou um importante pesquisador e professor na área de saneamento básico.

Eu estou desatualizado para opinar sobre ensino agrícola, mas se a entrevista é sobre as coisas que já fiz, então, tudo bem.

A pesquisa que realizei foi em nível nacional. Foi um trabalho de observação, conheci todas as escolas do Brasil, porém não consegui publicar esse material.

Vivenciei muito o ensino agrícola. Fui aluno em Jacareí (1936), o primeiro aluno a ser matriculado. O último ano do curso fiz em Pinhal. Depois, fui para a Fazenda Monte D'Este (Fazenda Tozam atualmente), como estagiário, faltando seis meses para a formatura. Fui depois para a Cooperativa Agrícola de Cotia (seção de sementes). Nesse período, fiz o curso colegial.

O ensino agrícola, na época, era estanque e não pude continuar os estudos, tive que fazer madureza para poder cursar Agronomia em Piracicaba (1950), onde fui classificado em 3º lugar.

Naquela época, era muito difícil se manter, quando passei para o 3º ano, acabaram-se os recursos. Fui trabalhar em fazenda, fiz economias e voltei para Piracicaba, onde conclui Agronomia.

Eu tinha o objetivo de ser professor de ensino agrícola. Procurei a Escola de Jacareí, porém havia muitos candidatos com apoio político. Conversei com Dona Carolina Ribeiro, Secretária de Educação de São Paulo, cuja influência foi decisiva. Fui contratado para ser professor de Economia Agrícola e Máquinas Agrárias. O salário era baixo, metade do salário de um agrônomo regional, - na época, oito mil, na escola agrícola o salário era de quatro mil. Diziam-me: porque escolher o pior emprego possível?

Motivo: eu queria ser professor.



Querer ser professor era fruto da influência de meu pai que achava que eu devia fazer alguma coisa pelo Brasil. Meu sonho: que o povo tivesse uma alimentação adequada, 2200 calorias diárias. Para isso, o caminho mais fácil era o de preparar futuros agricultores. O caminho mais rápido era ser professor de ensino agrícola.

Minha luta sempre foi a de contribuir para a definição de uma filosofia de ensino.

Conforme os objetivos definidos, há três tipos de ensino agrícola no mundo inteiro: 1. ensino agrícola como conhecimento geral; 2. como meio de formação do elemento intermediário entre o agrônomo e o agricultor - o agente prestador de serviços, e 3. como agente de produção independente - pequeno ou médio agricultor.

Quase todos os países da América Latina fazem confusão, principalmente países com origem escravagista, não querem trabalhar, não valorizam o trabalho manual.

Em Jacareí, os próprios professores criticavam: porque ensinar para voltar para o meio rural?

Essa a minha luta de 30 anos: a filosofia da educação do ensino agrícola no Brasil.

Quando fui professor em Jacareí, havia um aviário de grandes dimensões (construído por Wilson Costa), tão rico que não se pagaria nem com financiamento do Banco do Brasil. O galinheiro para 500 galinhas só tinha 10. A horta estava abandonada. Procurei o diretor e perguntei: Como é possível ensinar assim?

Ao que ele respondeu: não há verba.

Eram 35 alqueires abandonados!

Propus ao diretor iniciar por ali, povoar galinheiro, etc.



Reunimos os alunos e os professores, e resolvemos constituir uma cooperativa dos alunos.

O espírito do cooperativismo era o de auxílio mútuo: quem tem horas de trabalho vai vender esse trabalho. Houve integração com os fazendeiros da região para prestação de serviços.

A cooperativa passou também a atuar na administração material e financeira. Foi um sucesso que levou à iniciativa de implantar cooperativas escolares nas cinco escolas do Estado de SP (1956). Porém, mais tarde a COAGRI usou de modo diferente o espírito cooperativista escolar.

Na administração de José Bonifácio, na Secretaria da Agricultura, no governo Carvalho Pinto, foram criadas Escolas de Iniciação Agrícola (mais ou menos umas 25). O objetivo era trazer meninos da roça, dava-se-lhes uma "tintura" de conhecimentos e noções de agricultura.

Com José Bonifácio na Secretaria da Agricultura, expandiu-se o ensino agrícola.

Minha carreira profissional começou em Jacaré.

Uma tarde, eram mais de 18 horas, eu estava na escola recebendo um lote de pintos de um dia, quando chegou um visitante. Observou um pouco e perguntou:

- O que é isso? Por que você está fazendo esse trabalho? Não é trabalho dos alunos?

Ao que respondi: faço porque gosto, estou preparando material para minha aula de amanhã.

E fui contando sobre minhas intenções e meu sonho...

Ao se despedir, deixou seu cartão: era o Secretário da Agricultura, Jaime A. Pinto. A seguir, propôs levar-me a uma entrevista com o governador.

Na época, havia em Presidente Prudente uma fazenda abandonada, com quatro tratores parados, que era de propriedade do Instituto Agrônomo. O governador Jânio Quadros determinou: "visite-a e apresente planos".

Quando os planos foram apresentados, Jânio os acatou e disse: "o senhor é o diretor, felicidades".

Quando, por essa decisão do governador Jânio Quadros, dirigi-me para Presidente Prudente para instalação da Escola Agrícola, enfrentei inúmeras resistências. A política local não desejava a instalação da escola, pois as terras pertenciam ao Instituto Agrônomo, embora a Estação Agrônômica estivesse abandonada.

O Diretor do Ensino Agrícola, Aldo Bartolomeu, politicamente nomeou outro elemento que nunca assumiu a direção da escola. Em Prudente, a experiência tomou corpo, apesar da resistência da política local, que não via com bons olhos a instalação de uma escola agrícola, porém a comunidade e clubes de serviço, como o Rotary e a Maçonaria, apoiavam a medida.

A questão do trabalho foi colocada desde o início e o resultado foi bom. As aulas teóricas eram dadas à noite, durante o dia os alunos desenvolviam os projetos. Sofri, por isso, inúmeras críticas. Alguns diziam que eu estava transformando os alunos em trabalhadores agrícolas.

Fui chamado ao Departamento para explicações. Meu argumento era que não podia ensinar na sala de aula. O aluno tem que aprender a fazer, fazendo. Mesmo a teoria vou ensinar no campo.

Respondi pela direção de escola agrícola, 12 ou 13 anos e, por injunções políticas, não era efetivado. Só fui efetivado como diretor na gestão de Ademar de Barros. Nunca houve concurso pa-



ra diretor de escola agrícola.

Houve muitos problemas com o Instituto Agrônomo de Campinas. Depois de levantar o patrimônio, precisava recebê-lo em Campinas. Foi difícil, porém agora, após 30 anos, no ano de 1988, fui homenageado no dia do Engenheiro Agônomo.

Abrindo um parenteses, falando da questão da filosofia de ensino: na Faculdade de Agronomia defendia-se a filosofia de pesquisa por influência do modelo americano.

Nesse momento, a Faculdade estava voltada para a pesquisa, valorizando o extensionismo e acentuando a separação: pesquisa-divulgação.

Piracicaba sempre foi contra a extensão.

A pesquisa acaba um pouco como meio de vida dos professores que desejam fazer carreira universitária, quer dizer, desvirtuou-se o sentido da pesquisa.

Estudando-se todas as pesquisas existentes no Brasil não resultou em nada. Há excelentes cientistas, equipamentos, mas predominam outros interesses. A somatória das pesquisas desenvolvidas não conduzem a nada pela falta de um objetivo central.

O mesmo ocorre com a educação, a extinção das escolas normais foi a derrocada do ensino no Brasil inteiro: consequências da Lei 5692/71.

Vamos fechar o parênteses e voltar a Prudente.

Lá chegando, fui visitar o Prefeito. Quase apanhei. Ele não queria a Escola Agrícola, toda a política local era contra, desejavam a Estação Experimental. Sofri grande boicote. Então, procurei o Rotary Club, cujo presidente era diretor do Colégio de São Paulo, Prof. Machado, deu-me muito apoio. Visitei os municípios da Alta Sorocabana

com apoio do Rotary e Maçonaria. A região era contra. Iniciei reuniões regionais no meio rural, através de líderes rurais, inclusive em Bastos. Na época, Presidente Prudente tinha a maior concentração de agricultores japoneses que se dedicavam, principalmente, à cultura do algodão. A clientela da escola, no início, era em sua maior parte, composta de filhos de japoneses.

O início das atividades foi no dia 10/2/57, dia do meu aniversário.

Nessa época, ainda não era Ginásio Agrícola.

Com o curso de Formação de Líderes Rurais, nessa época, eu já iniciava o "4 H Club" no Brasil, de acordo com a filosofia de pesquisa/ensino/extensão.

Parte da juventude era envolvida nas atividades de extensão rural, enquanto os agrônomos trabalhavam com os agricultores. Cada um deveria ter um projeto em seu lar - milho, arroz, etc.

A filosofia de educação da faculdade de agronomia é diferente da filosofia do ensino agrícola. A Faculdade ensina ciências aplicáveis à agricultura, nas escolas agrícolas, passa-se outro tipo de conhecimento.

Nos EUA havia participação de outros especialistas. Tudo era dosado dentro da concepção curricular do G.T.U., que era um sucesso lá. Os alunos do meio rural, que iam para as escolas rurais, em outro período desenvolviam projetos com orientação dos extensionistas e líderes rurais voluntários. Nos EUA, todos os extensionistas deviam ter dois anos de experiência em Escolas Agrícolas, também para atuar com a Juventude Rural.

Em função do "4 H Club", interessei-me pelo trabalho de extensão. Montei o currículo do Curso de Formação de Líderes Rurais. Tive problemas :



queria fazer valer o curso como ginásio, com alunos maiores de 16 anos e cinco semestres de duração : um semestre para "igualar" conhecimentos gerais e quatro semestres para ensino agrícola.

Estudei o perfil dos agricultores, relatei vários assuntos: Agricultura/Zootecnia/Educação Rural/Máquinas Agrícolas. Tinha o objetivo claro de formar o Agricultor Independente Polivalente.

Nos Estados Unidos, só se matriculavam nas escolas agrícolas os maiores de 14 anos, filhos de agricultores que manifestassem desejo [vocalização] de serem agricultores; no Brasil, o juiz determinava a matrícula de qualquer aluno abandonado.

No Brasil, tudo tem sido feito na base do "achismo".

Eu entendia que a opção profissional deveria ser feita aos 16 anos e, para entrar na escola agrícola, o jovem deveria desejar ser agricultor, só eventualmente seguiria o ensino de agronomia em nível superior. Entendo, que só assim, se pode formar um agricultor mais feliz. Porém, esse limite não passou no Conselho Estadual de Educação. O limite fixado pelo Conselho foi de 14 anos.

Voltando a Prudente.

A divulgação foi tão grande, que logo o número de candidatos era maior que o de vagas: para 60 vagas, 250 candidatos. Foi preciso realizar uma seleção. Privilegiei a idade, mantendo na prática a proposta. O resultado foi bom. Havia aulas à noite, durante o dia, os alunos desenvolviam projetos. Na matrícula, solicitei gêneros para alimentação. A primeira providência foi plantar verduras, vender o excedente e criar a Cooperativa. Eu já era especialista em cooperativismo.



Cada um limpou uma área de mais ou menos um hectare por aluno. Distribuídos em grupos de 15 alunos, cada grupo era uma unidade, cada 2 casas um grupo. Cada grupo tinha seu ferramental, eventualmente poderia usar de outros pagando x por hora. Os insumos que faltavam eram obtidos pelo trabalho dos alunos fora da escola, como por exemplo, em tarefas de vacinação, colheita de uva/café. Não tive problemas de recurso financeiro.

Faltavam professores. Só havia o diretor e um professor.

Procurei Professor Moacir, da Agricultura, a esposa dele era normalista e lecionava Português. Logo em seguida, houve voluntários, para os professores de outras áreas.

A escola surgiu como fruto de esforço da comunidade.

Quando houve a primeira reunião de diretores de escola, o Diretor de Ensino Agrícola só fazia questão de saber os dados sobre a área, número de animais, questões dos alunos, etc.

O plano de ensino e outras questões educativas não eram considerados. Nada de discutir a filosofia da educação, conteúdos.

Quando foi ser definido o que cada Escola iria plantar, os dados eram irrisórios. Falei que Presidente Prudente ia plantar 50 ha de milho. Na época, o plano era de mais de 250 ha.

Foi um espanto geral.

- Como fará sem recursos ? perguntaram-me. Eu respondi: a Comunidade vai ceder.

Foi um sucesso, a terra era fértil e a colheita foi grande.

Desenvolvemos experiências com batatinha. Passei numa firma holandesa e alemã que iria fazer experiências na Alta Sorocabana sobre modali-



dades para áreas quentes, 15 modalidades holandesas e 12 alemãs

Conversei com o pessoal da Casa da Lavoura e do Instituto Agrônomo. E foi montado um campo de estudo de sementes de batatinha.

Daí em diante, haveria "romaria" para ver esse campo de experimentação. Creio que o desenvolvimento da cultura da batatinha na Alta Sorocabana, deve muito a esse trabalho.

Ai foi a vez de representantes da USAID visitarem a escola. Ficaram admirados com o trabalho dos alunos. O início era às 5 horas da manhã. Era regime de fazenda mesmo, de sol a sol.

Fui então chamado ao Departamento, pois a USAID queria firmar um convênio, com o Estado de São Paulo, para desenvolver a filosofia de Educação Agrícola. Alegaram que eu era o 1º diretor que não pediu carro, só solicitou material didático, não pediu construções.

Coloquei como condição que toda produção pudesse ser vendida diretamente para a população e os recursos beneficiassem a escola.

Houve melhoria salarial, gratificação para os professores, os alunos também ganhavam.

Logo em seguida, veio a lei criando os Ginásios Agrícolas e Colégios Agrícolas, com isso surgiram alguns problemas.

Pelos acordos MEC/USAID, fui como bolsista para os EUA. O estudo de Thorndike e Dewey foram grandes influências para mim.

O ensino agrícola nos EUA busca dar educação agrícola àquele que tem vocação.

Na composição final do modelo Escola-Fazenda houve 3 influências decisivas:

- a) problemática brasileira (cooperativismo);
- b) modelo americano;
- c) modelo japonês.

Sempre defendi um ensino agrícola voltado para o objetivo de formar o futuro agricultor, contra a postura geral de formar o agente intermediário entre o agrônomo e o agricultor, ou seja o prestador de serviços.

Defendi, também, a posição de um colégio agrícola por região. Por outro lado, o governo desejava a expansão da rede. Mantive ao longo do tempo, a defesa de um modelo de ensino agrícola com vistas à formação do futuro agricultor.

Desde que o ensino agrícola esteja implantado numa região onde a comunidade esteja envolvida, não há problema sobre o sistema.

Nos EUA, antigamente, dava-se "vocacional" desde o "high school", desde 1960. Na Califórnia só no "senior school", dependendo da evolução de cada Estado. Algumas comunidades já estavam experimentando educação ocupacional. A filosofia era educar os filhos dos agricultores, formavam jardineiro, etc (por ocupação)

Em 1960, agricultores usavam tratores 120 HP, alguns desavisados queriam transplantar o modelo para o Brasil, que ainda estava na "burrocunização"

Na Califórnia também estudei a formação de professores. Havia 3 tipos:

- 1 curso só para agrônomos sem experiência (treinamento);
- 1 curso para pedagogos e
- 1 curso específico para formação de professores do ensino vocacional.

No Brasil, os Esquemas I e II acabaram "avacalhados".

Um problema para organização da rede de escolas agrícolas era dimensionar a demanda.

Calculando que para ampliação dos serviços e reposição da mão-de-obra necessária, no índice de



3% do nº de propriedades, seriam necessários 150.000 técnicos por ano. Se cada colégio formas-se 150 técnicos por ano, seriam necessários 1.000 colégios. Se cada técnico influenciasse 15, cairia para 66 colégios.

Em São Paulo, na época, havia cerca de 250.000 propriedades, aplicando-se o índice de 3%, haveria necessidade de se formar 7.500 técnicos/ano. Nesse esquema, o Estado de São Paulo necessitaria de 50 colégios agrícolas. Na época, apresentei um plano de expansão para 120 colégios, dos quais foram autorizados 60 e implantados 30. O Governo concordou em implantar as escolas num módulo para 150 egressos ano/unidade. Definida a amplitude da rede, vinha o problema do currículo. A opção foi feita considerando os chamados fatores G.T.U. (G: Cultura Geral e tecnológica; T: Cultura Técnica; U: Aplicação Prática).

Era necessário, frente ao avanço tecnológico, desenvolver um G. elevado, pois agricultura é um pouco mais complexa do que só o uso de enxada e trator.

Após essas definições preliminares, faltava a execução. No Brasil, mesmo que o menino seja filho de agricultores, não dá para praticar o exemplo de casa. Então, o Colégio deveria manter a possibilidade de que o aluno aprendesse a fazer agricultura numa visão de módulos econômicos. A premissa era que, desde que a escola se instalasse com equipamentos mínimos e 20% do custo de material, poderia tornar-se auto-suficiente mediante atividades produtivas desenvolvidas pelos alunos. Na sequência, havia previsão de que, em 5 ou 6 anos, haveria recursos suficientes para manter os projetos em módulos econômicos e os projetos dos alunos, sem muitas dificuldades. Teoricamente estava resolvido o problema econômico de desen-

volvimento da Escola-Fazenda. Entretanto, havia problemas legais que deveriam ser contornados. O estabelecimento do Acordo Escola-Cooperativa permitia que a cooperativa administrasse o patrimônio. Do ponto de vista educativo, na Fazenda-Modelo eles aprendiam, ganhavam e aplicavam em seus projetos. O currículo, organizado mediante os fatores G.T.U., exigia um grande esforço da parte dos professores. Inicialmente, havia muitas reuniões semanais. O G. deveria ter íntima ligação com o T. e ambos com o U. Em poucas palavras, com a integração professor-aluno, professor diretor, aluno-diretor, professor-comunidade. A relação professor-aluno era muito importante, nada poderia ficar para depois, se o professor não sabe, vai pesquisar.

Achávamos que os alunos ao terminarem o Colégio Agrícola, deveriam estar preparados para executar tarefas e, ao mesmo tempo, conhecer os porquês das coisas da agricultura. Para isso, cada aluno deveria ter seu projeto. Para cada grupo de 15 alunos, deveria haver uma área e equipamentos mínimo indispensáveis. Então, era necessária uma técnica de planejamento.

Os projetos para 3 anos (duração do curso) tinham caráter progressivo. Como não tinham dinheiro, nem experiências indispensáveis, e o fracasso no projeto coletivo seria fatal para o projeto e para a escola, havia módulos onde o aluno iria praticar. A prática também significava a transformação do seu trabalho em dinheiro, esse dinheiro era creditado na sua conta na cooperativa. Tal crédito era usado pelos grupos de alunos para compra de sementes e outros insumos.

Na Fazenda Modelo eles aprendiam, ganhavam e reapplicavam em seus projetos.

Toda sexta-feira, havia reunião dos grupos para acompanhamento e programação da semana se-



guinte. Tudo funcionava.

O mais difícil era o problema do horário, porque na fazenda deve haver horário de fazenda, na Agricultura havia, na educação não, 8 horas são 8 horas.

O não entendimento desses problemas pelas autoridades da educação causava dificuldades. Vacas não seguem o relógio, quando clareia o dia devem comer, e a geada também não espera. São assuntos que o pessoal, às vezes, não entende.

Quanto à relação entre educação geral e formação profissional, não vejo diferença.

Antes da Lei 5692/71, ou depois, é a mesma coisa. O problema é a filosofia, quais os objetivos de ensino, que tipo de técnico se pretende formar. Enquanto isto não ficar claro não adianta discutir a relação educação geral X formação especial. Quanto ao modelo, o sistema Escola-Fazenda é necessário quando há internato, sem internato o modelo pode ser outro.

Porém, reconheço que falta ao Modelo de Projetos Agropecuários, a fundamentação econômica, falta a integração do GTU, o Projeto é só U e mal feito.

É um modelo para desenvolvimento de Projetos que dependem da intervenção do Estado, não tem caráter de continuidade. Mas alguma coisa devia ser proposta, pois a extinção da DEA veio romper a implantação do Sistema Escola-Fazenda.

Comparando a rede federal com o Estado de São Paulo aquela está 10 anos mais adiantada. O Sistema ainda é usado, mas deixa a desejar.

Quanto à questão de ser um modelo muito burocratizado, acho que não o seria desde que estivesse implantado como foi idealizado. Após minha saída da DEA, houve desvios, excesso de controle, confusão entre Estado e Cooperativa.



Meu sonho era que, um dia, o aluno pagaria até o internato com a renda, mesmo assim, alguns alunos saíam do curso com uma economia. Eu não gosto da expressão "relação polêmica entre produção-trabalho-ensino".

Produção é resultante de uma boa educação, se o professor ensinar bem a plantar alface, a plantação vai render. Trabalho-educação é o aprender fazendo. No ensino agrícola, a produção é consequência de um bom ensino.

A Escola-Fazenda foi uma contingência da conjuntura nacional. Hoje, não há necessidade de modelo único, depende dos objetivos e do estágio de desenvolvimento do país. Sobretudo, falta vergonha. Falta aparecer um governador que tenha real vontade política de fazer ensino agrícola. Falta um secretário que entenda disso, que seja competente. Se isto ocorrer, haverá recursos. Também é fundamental preparar recursos humanos para as diferentes áreas.

Uma questão importante a ser pesquisada é a da educação da mulher no campo. É uma questão importante, principalmente porque nas experiências que tivemos houve erro no recrutamento

* Shigeo Mizoguchi preferiu não gravar a entrevista. Sua fala foi anotada e reescrita pela pesquisadora, ressaltada a fidelidade do depoimento. O entrevistado completou os dados com documentos enviados posteriormente, incorporados ao texto devidamente referendados.



6.2.3 Luiz Ferreira Martins

No entanto, de qualquer forma, em
parte, devido aos problemas de
destruição, que eram as antigas fazendas
das indústrias, como os de São
dos Agricultores, não houve nenhuma
solução, pois, se não era a ideia, pois não
era possível.

Quando nós assumimos a Secretaria da Educação, dentre os inúmeros problemas que existiam à época, um deles dizia respeito ao ensino profissionalizante. A implantação da reforma da Lei 5.692 trouxe um grave problema no que diz respeito ao ensino profissionalizante, porque terminou com a Coordenadoria que cuidava especificamente da situação e implantou um modelo em que se pretendia que toda escola de 2º grau viesse a ser profissionalizante.

Nós sabemos desse fracasso, tanto assim que, posteriormente, a legislação se modificou e abandonou a tese de que o ensino de 2º grau, como um todo, deveria ser predominantemente profissionalizante.

Na tentativa de restaurar, pelo menos em parte, aquilo que praticamente havia sido destruído, que eram as antigas Escolas Técnicas Industriais, menos um pouco as Técnicas Agrícolas, nós tentamos encontrar uma solução que, se não era a ideal, pelo menos era paliativa.

E foi então que nós desenvolvemos o programa específico de apoio às Escolas Técnicas Industriais e às Escolas Técnicas Agrícolas. Tanto no que diz respeito ao estímulo aos professores, que estavam totalmente desestimulados por tudo aquilo que vinha acontecendo, como também apoio no que diz respeito à reforma dos prédios, recursos maiores, maior liberdade de ação das escolas, enfim, criamos até um grupo de trabalho específico, junto à Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Escolhemos um dos técnicos da rede, o prof. Amílcar Poitiens para que desenvolvesse especificamente esse trabalho, este grupo funcionou e eu tenho a impressão de que o resultado foi pelo menos razoável.

Eu não seria capaz de fazer uma análise como estão as coisas hoje porque não estou acompanhando, mas na época foi pelo menos uma tentativa que eu considero válida, mesmo porque a verdade é a seguinte: o ensino profissionalizante num país como o Brasil, é extremamente importante.

A aspiração de todos de chegar a um ensino superior nem sempre é coroada de êxito.

Nós temos necessidade de preparar uma mão de obra em nível de 2º grau. Sem pretender voltar àquela tese antiga, considerada pela própria legislação, que o ensino profissionalizante é para os pobres e o superior para os ricos, indiscutivelmente temos que preencher um espaço que eu tenho a impressão, ainda hoje não foi preenchido.

A política que foi desenvolvida na época, e eu fui apenas um instrumento, era uma política de governo, de efetivamente desenvolver o ensino profissionalizante e, realmente, como eu brinquei com a senhora agora pouco, isso parece uma hora de saudade. Eu me lembro muito bem, quando eu fui convidado para ser Secretário da Educação, não conhecia o Governador, então, ele discutiu comigo durante duas horas problemas educacionais e pediu que nós tivéssemos, um outro dia para discutir só sobre ensino profissionalizante, porque era uma preocupação muito grande. Eu acho que essa preocupação continua e a necessidade de se aprimorar, de se montar um modelo, eu não sei ainda qual seria, mas para que a gente consiga dar aos jovens que não chegam à Universidade, uma formação profissionalizante adequada, pelo menos um início de profissionalização.

Eu acho que o melhor modelo de ensino profissionalizante, ainda hoje, é o do SENAI.

De uma forma ou de outra, o Estado tem que atuar nesse sentido, não apenas para dar oportunidade aos jovens, como também para preencher um



vazio na própria área industrial, agrícola, etc.

Como dizia antes, na impossibilidade de baixar uma nova lei que reestruturasse a Secretaria, até porque a Lei 5.692/71 ainda era vigente, tínhamos que encontrar uma fórmula para tentar corrigir as deficiências que vinham ocorrendo pela subordinação das Escolas Técnicas Industriais e as Agrícolas à Coordenadoria de Ensino do Interior que tratava do ensino de um modo geral, e foi aí que surgiu a idéia de se constituir um Grupo de Trabalho com autonomia em relação às duas Coordenadorias que existiam na época: a Coordenadoria de Ensino do Interior e a Coordenadoria de Ensino da Grande São Paulo, e que poderia não só fazer um exame, um diagnóstico do que estava ocorrendo, como propor soluções que considerasse oportunas, e foi então que o grupo de trabalho constituído por profissionais, que pelo menos eram considerados dos mais competentes dentro da Secretaria, e ligado à Coordenadoria de Ensino de Normas Pedagógicas que atuou, no meu entender, pelo menos dentro das possibilidades e com a maior eficiência possível, e que era liderada pelo prof. Amílcar.

A criação do GETEP, tenho a impressão que, se não foi a solução ideal que não existia à época, mas deu resultados e também atenuou os problemas que existiam em relação aos problemas do ensino técnico-industrial e o ensino agrícola.

Essa reflexão nos obriga, inclusive, a voltar um pouco mais no tempo, quando foi criada a UNESP, reunindo os antigos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado. Havia um grande problema em relação ao que fazer com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza que tinha escolas de formação de tecnólogos, portanto, cursos de nível superior de curta duração, em São



Paulo e Sorocaba. Já que nós tínhamos que dar uma solução ao problema dos Institutos Isolados, tinha que se pensar no que fazer com essas escolas, que eram também de ensino superior e não podiam ficar à margem de um processo de reestruturação, relativamente amplo, que se fazia em termos educacionais com a reforma da Secretaria da Educação, terminando com a Coordenadoria do Ensino Superior que era aquela que geria, digamos, os Institutos Isolados.

Casualmente, eu era o Coordenador de Ensino Superior na época e tivemos que discutir em nível de governo, o Governador era Paulo Egidio e o Secretário da Educação era o Dr. José Bonifacio Coutinho Nogueira, como reorganizar os Institutos Isolados e o que fazer com o Centro Tecnológico Paula Souza.

E foi aí que surgiu a UNESP. Nós chegamos à decisão, com o "De acordo" do Governador, é claro, de criação da UNESP e o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, que ocupou a área física da antiga Escola Politécnica, quando esta foi transferida para a Cidade Universitária.

Entre o pessoal responsável pelo Centro, estava o Prof. Paulo Ernesto Tolle, o Prof. Fadi-ga Fontes Torres, que na época, era diretor da Escola Politécnica. Discutimos muito o que devíamos fazer com aquele centro que efetivamente tinha um papel importante, primeiro para dar a ele uma autonomia que era necessária para o desenvolvimento do próprio centro.

Nós tínhamos uma visão muito clara, na época, e o interessante é que agora, há pouco tempo, se tentou concretizar (e não foi concretizado), o que viria a ser uma futura Universidade Tecnológica, mas como medida inicial, o Centro foi agregado à UNESP como uma autarquia associada,

havia uma certa subordinação à UNESP, como há até hoje, e por outro lado possui uma certa autonomia.

Quando eu saí da reitoria da UNESP e fui para a Secretaria da Educação, nós vivíamos o problema, é bom que se destaque que o Centro Estadual de Educação Tecnológica, na época pelo menos, só cuidava da parte industrial.

Então, fizemos uma análise desses estudos todos que foram realizados sobre o ensino profissionalizante, qual era a situação dessas Escolas Técnicas Industriais junto à Secretaria da Educação e, que eram muitas, eu não sei exatamente o número, mas com certeza era mais de 30 e a mesma precariedade que nos encontrávamos em relação às Escolas Técnicas Agrícolas, a mesma não, maior precariedade nós encontrávamos nas Escolas Industriais e é difícil citar números, escolas que, inclusive, não eram bem do Estado, mas eram mantidas pelo Estado como a "Lauro Gomes" de São Bernardo do Campo. E numa primeira experiência nós chegamos à conclusão que talvez fosse conveniente escolhermos as que estavam ainda em melhores condições, retirá-las da Secretaria de Educação, e colocá-las junto a um órgão que tivesse maior autonomia para que elas pudessem se desenvolver.

O assunto realmente foi polêmico, nós tivemos grandes problemas e transferimos, se não me engano, cinco escolas inicialmente para o Centro Estadual de Educação Paula Souza e essa foi uma das coisas interessantes que a gente fez quando esteve na Secretaria.

Posteriormente, nós transferimos um número maior, gradativamente, eu não me lembro do número, acho que foi mais de seis. Eu acho que isso continuou depois em outros governos, eu não tenho certeza. A verdade é a seguinte, nós que fomos

extremamente criticados na época, porque todo mundo tem medo do desconhecido, isso é natural, hoje aplaude, porque efetivamente se criou uma condição totalmente nova e, no meu entender, pelo menos as Escolas Técnicas Industriais, a rigor, se tivessem todas subordinadas ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, teriam muito melhores condições de funcionar do que junto à Secretaria de Educação.

O grande problema da Secretaria de Educação é o ensino de um modo geral, principalmente o ensino de 1º grau, então às vezes, não sobra tempo nem recursos para se cuidar adequadamente dessas escolas e a rigor, eu acho que efetivamente a experiência foi válida.

Já se pensou inclusive em criar essa Universidade Tecnológica que agregaria as escolas de formação de tecnólogo e mais as escolas técnicas de 2º grau e, não sei, seria o momento para se fazer uma análise e eu não seria a pessoa mais adequada para fazer isso, até porque sou suspeito, mas em relação às Escolas Agrícolas realmente não houve, digamos assim, uma intenção à época porque o Centro não tinha nenhuma atividade ou experiência dentro desse processo.

Agora parece que o Centro teria alguns cursos, nós pensamos inclusive, na época, de criar cursos de tecnólogo na área agrícola, mas no meu entender isso fracassou em termos de Brasil e não havia, portanto, nenhuma intenção de incluir as escolas agrícolas junto ao Centro porque, realmente, ele não tinha nenhuma experiência dentro desse setor, mas é uma idéia que eu acho que um dia ainda vai ser retomada, quer dizer, se agrega toda essa parte profissionalizante tecnológica, seja na parte agrícola, seja na parte industrial ou mesmo na área de atividade terciária. Eu acho

que se estivesse toda ela agregada, num conjunto, seria mais eficiente do que se tentar junto à própria Secretaria de Educação que tem outras preocupações e que podem ser consideradas prioritárias até certo ponto.

Este é um problema extremamente técnico, necessitaria, digamos assim, uma análise mais profunda. Se nós fugirmos do modelo atual, o que poderia realmente ser pensado como alternativa?

A senhora, por exemplo, que foi diretora de uma escola dessas, talvez tenha sugestões, eu teria um pouco de preocupação, numa entrevista como essa, pego quase de surpresa, fazer propostas. Durante a época em que nós estávamos na Secretaria, a nossa preocupação era revigorar o que estava sendo deteriorado e não chegamos nem a pensar em alternativas. Agora recordo, por exemplo, alguma coisa do tipo, como a experiência que a Universidade de São Paulo teve com o Campus de Pirassununga, quando ele foi criado há muitos anos atrás. Ao lado de ser, digamos, uma fazenda de apoio ao curso de medicina veterinária que era oferecido em São Paulo, existiam cursos técnicos que pertenciam à Universidade de uma certa forma, mas obedeciam às regras básicas das escolas agrícolas atuais. Me lembro, inclusive, da diretora, ela se chamava prof. Maria Veiga e foi um êxito na época, quer dizer, porque realmente ela recebia também um apoio da própria Universidade de São Paulo.

Eu não sei, eu acho realmente que é uma matéria importante que merecia uma reflexão mais profunda. Primeiro uma análise crítica, do que está acontecendo.

A verdade é que nós não conseguimos, ainda, por dificuldade de recurso, às vezes por priorização de outros campos, utilizar efetivamente as próprias escolas que temos no



modelo em que elas estão funcionando.

Então é difícil a gente achar que tem que buscar modelos alternativos porque este não está correspondendo às nossas expectativas. Talvez, se nós retirássemos o máximo, efetivamente, dessas escolas não precisássemos, quem sabe, pensar em modelos alternativos. Eu acho que, primeiro, realmente, nós tínhamos que nos preocupar em dar condições efetivas para que essas escolas funcionassem bem. Começando com as condições de apoio, professores mais bem pagos, às vezes até com condições de serem melhor preparados. Algum relacionamento mais íntimo com a própria Secretaria da Agricultura e, enfim, uma integração maior de todos aqueles que poderiam contribuir de uma certa forma para que se possa formar melhores profissionais.

Isso está relacionado um pouco com tudo aquilo que nós já falamos.

Eu acho que efetivamente há necessidade de uma preocupação específica maior com esse tipo de ensino.

É verdade que se nós sofremos aqui, existem impactos, por exemplo em São Paulo, em relação ao contexto global, em que se vive, por exemplo, quando a gente anda por esse Estado afora, diz-se que São Paulo parece quase uma mar de cana. O desaparecimento, a redução enorme da cultura do café, a implantação dos citros, hoje extremamente ampla no Estado de São Paulo. Agora, eu não sei, os nossos técnicos agrícolas, nós não os preparamos apenas para São Paulo. Eu vivi uma experiência profundamente interessante quando da implantação da UNESP, que foi o Campus de Ilha Solteira, quando tínhamos um campo experimental de 400 alqueires de cerrado, em que todas as experiências possíveis foram feitas em larga escala com



resultado espantoso.

Então, quando nós formos formar um profissional, efetivamente, não temos que nos preocupar muito, às vezes com uma especialização maior.

Nós temos que dar a ele condições, inclusive para que ele possa alternar sua atividade, depois, em função dessas mudanças que ocorrem. E a rigor, eu acho que nós temos que dar uma formação suficientemente sólida para que, de acordo com as circunstâncias, ele modifique seu caminho.

Isso, por exemplo na área industrial é extremamente importante e também na área agrícola, eu acho. Enfim, eu acho que nós estamos sempre em evolução, em mutação e a escola tem que acompanhar isso também, é claro. O ponto básico, eu acho, é uma formação básica, sólida que permita ao próprio profissional se adaptar às mudanças que circunstancialmente ocorram com os setores.

Eu não sei se seria politécnico propriamente, mas a experiência, por exemplo, que houve em relação ao 2º grau com a Lei 5.692, eu acho que nos deu algumas lições.

A preocupação de profissionalizar generalizadamente, tentando quebrar a tese de que o ensino de 2º grau fosse formar para que o indivíduo fosse para o nível superior, demonstrou que nenhuma das duas está correta.

Na realidade, o que nós precisamos são conhecimentos básicos efetivamente, alguma profissionalização se for o caso, mas em termos de rumo de profissionalização, estou falando a nível de 2º grau, para depois o indivíduo, quando chegar ao mercado de trabalho, ser capaz de por tudo aquilo que ele já assimilou de conhecimento, de informação, ele se adaptar às circunstâncias. Eu não acredito que valha a pena ensinarmos tudo politeticamente e não dar uma profissionalização específica a nível de 2º grau. Nós temos que dar formação básica para que ele possa depois se



adaptar às circunstâncias do mercado de trabalho. Se ele for bem preparado, estará sempre em condições de se adaptar às diferentes situações que lhe são apresentadas pela vida profissionalizante, posteriormente.

Eu acho que os problemas do ensino agrícola basicamente são os mesmos problemas do ensino, de um modo geral, no Estado de São Paulo. É o abandono, é a falta de vontade política de fazer prioridade da educação, efetivamente, aplicação de recursos, acompanhamento e o interesse efetivamente pelo que acontece, o estímulo do professor que deve realmente ser bem remunerado, é o preparo de profissionais que atuem efetivamente nessa área e não a improvisação, às vezes.

Enfim, eu acho que este é o ponto inicial, quer dizer, realmente nós fazermos da educação prioridade e até aqui se coloca também o ensino agrícola, efetivamente. Então eu acho que o começo é por aí, agora é claro, à medida em que nós chegarmos a esta situação que seria, digamos, utópica dentro das nossas condições, porque educação nunca foi prioridade, aqui no Brasil, aí nós podemos pensar em inovar, em melhorar, mas nós temos que primeiro fazer isso.

Sei que é preciso uma análise crítica profunda, especificamente em relação ao ensino agrícola, mas quase que por dever de ofício eu tenho acompanhado a educação de um modo geral e o que eu posso lhe dizer é o seguinte.

Nós encontramos hoje, em termos de educação, um grande desencanto dentro da rede, dentro da Secretaria.

As escolas estão abandonadas, as reformas não são feitas, temos um número enorme de períodos em relação às turmas de alunos que têm que ser atendidas, portanto a redução do tempo, material escolar não é oferecido, a própria merenda escolar sofre um deterioramento muito grande, a

pretexto de uma descentralização que poderia ser positiva, é o repasse de recursos às prefeituras que não tem conseguido dar o apoio que deveriam dar função dessa descentralização e isso afeta evidentemente todas as áreas de ensino.

Eu creio que nós precisamos, efetivamente, agora que o novo governo assume, que dê uma resposta definitiva sobre o discurso que é feito durante as campanhas.

Eu acho que, dentro desse contexto global, o Ensino Agrícola merece e precisa de uma atenção especial porque nós não podemos colocar em abandono escolas, principalmente, as que funcionam em regime de internato e não têm as condições mínimas, efetivamente, de responder aos compromissos que se assume com esses mesmos alunos. E nós não podemos brincar de ensinar, se resolvemos dar a formação, nós temos que dar a formação, efetivamente, e o grande problema brasileiro, digamos, é a educação de um modo geral.

O ensino agrícola, digamos, sempre foi o menor abandonado durante esse processo todo, então ele realmente precisa de uma atenção especial.

Para isso, uma série de medidas, efetivamente devem ser tomadas, seja dentro da própria burocracia da máquina administrativa, como uma vontade efetivamente política de dar uma nova dimensão a esse tipo de problema.



havia trabalhado no Ensino Agrícola em São Paulo.

Em 1941, o Ensino Agrícola foi criado no curso de Agronomia da Faculdade de Agronomia da Universidade de São Paulo, sob a direção de João de Deus da Costa Gomes. O curso foi criado em 1941, com o objetivo de formar profissionais para o Ensino Agrícola, tanto professores como diretores.

6.2.4 João de Deus da Costa Gomes

O curso de Ciências Agrícolas foi criado paralelamente ao curso de Agronomia, com o objetivo específico de formar profissionais para o Ensino Agrícola, tanto professores como diretores.

João de Deus da Costa Gomes foi um dos principais responsáveis pela criação do curso de Ciências Agrícolas. Ele foi nomeado diretor do curso em 1941, e durante sua gestão, o curso passou por várias mudanças, incluindo a criação de novas disciplinas e a contratação de professores. Ele também foi responsável por estabelecer o curso de Agronomia, que foi criado em 1941, com o objetivo de formar profissionais para o Ensino Agrícola, tanto professores como diretores.

Concluído o curso em 1941, os alunos foram encaminhados para São Paulo, a convite do Diretor da Escola Técnica de São Paulo, Dr. Henrique Murochi, que trouxe a turma toda para São Paulo. Aqui nós fizemos treinamento na Escola de Agronomia de Jaboticabal, sob a direção da Escola-Farmácia e, então, trabalhamos nas escolas agrícolas.

Logo após a conclusão do curso, os alunos foram encaminhados para São Paulo, a convite do Diretor da Escola Técnica de São Paulo, Dr. Henrique Murochi, que trouxe a turma toda para São Paulo. Aqui nós fizemos treinamento na Escola de Agronomia de Jaboticabal, sob a direção da Escola-Farmácia e, então, trabalhamos nas escolas agrícolas.

Minha trajetória no Ensino Agrícola começou no Pará.

Fiz o Ginásio Agrícola na época de 1959 a 1963. Entre 1963 até 1965, fiz o Técnico Agrícola no Estado do Rio, no Colégio Agrícola Nilo Peçanha. Terminando o curso, trabalhei, um ano, no Núcleo Colonial do Pará como Técnico Agrícola. Fiz estágio de 6 meses na SUDENE e depois tentei vestibular. Isso em 67. Fiz vestibular e concluí o curso de Ciências Agrícolas no ano de 70, na Universidade Rural do Rio de Janeiro.

O curso de Ciências Agrícolas foi criado paralelamente ao curso de Agronomia, com o objetivo específico de formar profissionais para o Ensino Agrícola, tanto professores como diretores.

Havia na época grandes escolas de Ensino Agrícola surgindo no Brasil, mas não havia profissionais diretamente formados para ocupar esse campo de trabalho. Essa Universidade, a Universidade Rural do Rio de Janeiro, se propôs a criar um curso dessa natureza para formar profissionais para atender o Ensino Agrícola em todo território nacional.

Concluindo o curso em 71, nós viemos aqui para São Paulo, a convite do Diretor do Ensino Técnico da época, Dr. Shiguelo Mizoguchi, que trouxe a turma toda para São Paulo. Aqui nós fizemos treinamento na Escola de Agronomia de Jaboticabal, sobre o Sistema Escola-Fazenda e fomos, então, trabalhar nas escolas agrícolas.

Todo o pessoal da minha turma foi aproveitado. Eu fui para Mirassol e lá fiquei trabalhando como professor, de 1971 a 1972. Depois, assumi a direção de 1972 a 1975. Em meados de 1976, ocorreu a reorganização da Secretaria de Educação, na época do Dr. Bonifácio Coutinho, que era Secretário da Educação.



A reorganização da Secretaria acabou com a Diretoria do Ensino Técnico.

Criou as Divisões Regionais e colocou na direção das escolas o pessoal que tinha Pedagogia, como eu não tinha Pedagogia, voltei a lecionar como professor na minha própria escola. Em 77, como bolsista, fui fazer pós-graduação em Santa Maria (Rio Grande do Sul), onde deveria ter concluído o mestrado. Como o meu afastamento era de um ano e meio, pedi um espaço de 6 meses para concluir a dissertação, porém, isso não me foi concedido e voltei só com pós-graduação, permanecendo mais um tempo na Escola Agrícola de Mirasol.

Em outubro de 79, fui convidado pelo então Secretário da Educação, Dr. Luiz Ferreira Martins, para fazer parte do grupo chamado GETEP (Grupo Especial de Trabalho do Ensino Profissionalizante). Era um grupo que estava se organizando em nível de Gabinete de Secretário para tomar conta do Ensino Técnico do Estado.

Fui convidado para tomar conta da área primária, uma vez que tinha concluído o curso sobre Técnico de Ensino Agrícola, na Universidade de Santa Maria. De lá pra cá, ocupei o cargo de Assistente Técnico de direção do GETEP, até a gestão do então secretário Luiz Ferreira Martins.

Depois acabou o GETEP, foi criado o GEAGRI, em nível de gabinete de Secretaria, que fazia o mesmo trabalho, ou seja assessoria às escolas e ao gabinete do Secretário.

Preciso ressaltar que, quando acabou a Diretoria do Ensino Agrícola, as escolas passaram a pertencer às Divisões Regionais e as Divisões Regionais não tinham o pessoal para trabalhar com essa parte técnica das escolas agrícolas. Então, era necessário haver uma pessoa para assessorar o Secretário na definição dos recursos, no encaminhamento dos projetos, na compra de equipamen-



tos, maquinaria, utensílios que uma escola agrícola precisa, inclusive gêneros alimentícios e insumos.

Quando foi instalado o Fórum do Ensino Técnico, discutiu-se muito a questão da gestão necessária para o ensino técnico - se apenas um grupo para assessorar o Secretário ou uma Coordenadoria -, a opção do governo foi a de criar a DISAETE.

A DISAETE foi criada em 85. Fiquei até o final de 86 nesse órgão, e, por discordar da filosofia de trabalho, voltei para trabalhar na Coordenadoria de Ensino do Interior, onde é o meu cargo e estou até hoje na área de recursos físicos.

Era recém-formado quando comecei a lecionar na escola agrícola, um pouco inexperiente e buscando aprender na própria convivência do trabalho, na profissão de docente da habilitação técnico-agropecuária.

A experiência adquirida nos 7 anos como aluno me ajudou a definir minha atuação como docente.

Estava bem claro, para mim, que tipo de profissional deveria formar. A experiência mais importante que eu vivi, foram os desafios que encontrei como professor dessa área. A parte mais gratificante foi lecionar aqui, no Estado de São Paulo, vindo de uma outra região e tendo um treinamento bem claro sobre o Sistema Escola-Fazenda da época.

Introduzimos o trabalho nas Escolas do Estado de São Paulo, com muito entusiasmo. Estávamos levando algo novo, éramos mensageiros daquela escola. Então é relevante, vamos dizer assim, é importante trabalhar não somente com os alunos, mas trabalhar com todo o pessoal administrativo, que estava ali.

Outro aspecto importante que posso citar, como diretor e como professor, foi mostrar para



eles uma visão do que é essa escola e o que ela se propõe dentro desse contexto chamado São Paulo. Em relação à parte de educação geral e formação especial, o esforço do professor da área técnica em si, seja professor de Agricultura, Zootecnia, de Criação, de Topografia, seja professor formado em ciências agrícolas, ou zootecnista, ou agrônomo, ou veterinário, trabalhando junto com os professores de Português, de Matemática, de Física, de Biologia, de Química e aí por diante, foi um pouco desastroso e não se avançou muito.

Esse objetivo de integração não foi alcançado porque, por um lado, a gente tinha um pensamento já conduzido para o ensino agrícola e, ainda, com a efervescência de que estávamos introduzindo uma coisa nova.

Os companheiros da área primária, que não tinham frequentado o curso de Escola-Fazenda, passavam ensinamentos que tinham adquirido no mesmo nível de faculdade dos alunos de 2º e 3º graus. Quer dizer, passavam conhecimentos de veterinária, de agronomia, de zootecnia em níveis que não desciam ao nível do aluno. Sempre fiz essa comparação com eles. É como se saíssemos da escola agora e fôssemos trabalhar numa região bem produtiva, onde só houvessem trabalhadores rurais e a gente não descesse ao linguajar deles, nunca iríamos introduzir técnica nenhuma. Mostramos bem essa diferença para eles. Essa diferença devia ser mostrada também para os professores de Português, Matemática, Física, etc.

Deveria ser feito um planejamento específico para a escola agrícola, não o que estavam dando lá na escola do meio urbano, o mesmo conteúdo programático.

Deveria ter uma diferenciação pela escola, em si, para que ela preparasse mais para o trabalho técnico, enquanto o curso colegial não se preocupa em dar tais conhecimentos. A comparação



era mais ou menos assim: o professor de Matemática é tão importante no 3º ano colegial numa escola de centro, como é tão importante o professor de Agricultura, de Zootecnia ou de Veterinária no técnico-agrícola.

Só que o embasamento das outras áreas, Português e Matemática, era importante para que ele "se clareasse" profissionalmente. Mas, como Matemática é importante para passar no vestibular, era importante que ele tivesse também a Agricultura, a Zootecnia, porque ele iria desempenhar um papel profissional nessa área.

Acredito que o Ensino Agrícola de hoje não alcançou esse estágio por falta de um estudo mais profundo.

Veja, essa é uma das lacunas que existem no Ensino Agrícola, entre outras que a gente pode citar. Porque a escola, quando escola, ela se preocupa, numa época como essa, em receber o alunado para o ano que vem e dar aulas a diferentes tipos de professores. Ela não se preocupa, talvez, não digo assim todas, mas um grande número delas, em caracterizar bem, deixar bem claro o planejamento das duas áreas de ensino.

Tanto a parte específica, de formação, como a parte de conteúdo geral, essas coisas não têm se casado muito bem ao longo do processo de planejamento da escola.

Um professor de cultura geral dando, também, um mesmo conhecimento da área específica. Isso, além de prejudicar o planejamento, se ele não for claro, não for bem feito, prejudica o próprio aluno e acarreta uma imagem negativa para a escola.

A escola em si, ela está "desplanejada".

Os professores não se dão bem, então a comunidade enxerga isso como um vício adquirido e se não tiver uma pessoa ou um grupo atuante no meio

desses professores, desse colégio, que faça com que essa mentalidade mude, a comunidade pode ter uma visão dessa escola.

O exemplo disso é que se você analisar hoje as escolas agrícolas, nós estamos em torno de 34 atuantes, mas tem outras que já estão sendo criadas, o número de frequentadores do próprio município é bem menor, quer dizer são bem menos os alunos da comunidade da própria escola em comparação com outros, de fora.

A própria comunidade não aceita muito bem o tipo de ensino que vem sendo dado ali.

Quando se prega muito que a escola deve ser o local social de toda a comunidade, não somente para ensinar, mas também para que a comunidade se reúna, brigue e lute para que aquela escola seja realmente de informação e formação. Quando você não alcança esse objetivo, faz com que a comunidade comece a se distanciar e procurar outros meios de ensino até distantes daquele local onde está inserida a escola.

Com a extinção do Departamento de Ensino Técnico, consequentemente do Departamento de Ensino Agrícola, em 76, houve a reorganização da Secretaria de Educação, criando as Divisões Regionais. As escolas técnicas que eram todas subordinadas à Coordenadoria do Ensino Técnico, tanto a técnico-industrial, como a técnico-agrícola, foram subordinadas geograficamente às diversas Divisões Regionais que surgiram no Estado.

Para o planejador dessas Divisões, no papel, saiu muito bem. As consequências viriam depois, porque as Divisões Regionais, onde estavam essas escolas, vamos falar mais especificamente das agrícolas, não tinham uma experiência para trabalhar com esse tipo de escola.

Explicando melhor, quem estava trabalhando numa Divisão Regional, talvez fosse um professor da rede que trabalhava muito bem com outros colegas da própria rede normal de ensino, mas com a rede de ensino agrícola não tinha experiência, nem competência para trabalhar. Porque o pessoal trabalhava com bovinos, aves, suínos, plantações de arroz, feijão, e aí pela frente. Quando acabou a Diretoria do Ensino Agrícola, não ficou ninguém para orientar as escolas.

Quando se vinha daquele momento de introduzir a Escola-Fazenda no Estado de São Paulo, pronto. Acabou. Então, todo mundo ficou perdido.

Quando o professor se organizava como o professor de Criações, responsável pelos suínos e bovinos e como o professor de Agricultura, vamos supor, ele organizava todos os projetos para solicitar os recursos necessários para executar, durante um ano, para abastecer o refeitório da escola. De uma hora para outra, caiu tudo isso por terra e ninguém das Divisões Regionais poderia evitar isso.

Foi quando a gente começou a trabalhar a nível de GETEP, analisando as propostas das escolas, somando essas propostas, verificando os excessos ou não e propondo a nível de Coordenador, para Secretário, os recursos necessários para a execução dos projetos daquele ano. E não somente isso, como também os recursos para gêneros alimentícios. Isso foi muito desgastante, porque eu trabalhava sozinho, então coloquei mais três pessoas para trabalhar comigo, então, acho que foi muito desgastante, como você falou.

Foi muito doloroso, porque eu acho que, até com a própria criação da DISAETE, com o pessoal de todo o GETEP, do GEAGRI, DISAETE, eu acho que o ensino técnico não se organizou como deveria ser organizado naquela

época, ele se tornou, sem dúvida, saudosista porque aquele passado não dá para voltar, mas a gente precisa pensar no futuro.

Mas penso, também, que se não houver uma vontade política, para executar as coisas, se não houver uma vontade política para que se organize o ensino técnico, ele vai ficar sempre passando de governo para governo, não vai se resolver nada. Essas consequências estão sendo duras, porque não tenho visto respostas muito favoráveis acontecendo nessas escolas. Elas estão um pouco perdidas no meio desse processo todo (...) Eu não estou querendo condenar nenhum diretor de escola concursado, nem um diretor técnico que foi nomeado na época, não estou querendo valorizar nem um nem outro, estou colocando coisas que eu enxerguei na minha passagem.

Quando acabou a Diretoria do Ensino Agrícola, os diretores eram todos técnicos e falavam a mesma linguagem desse pessoal que fazia os projetos.

Quando mudou, assumiram diretores concursados, formados em Pedagogia que não tinham passado por nenhuma reciclagem, nenhum curso dessa natureza. Foi muito difícil orientar o próprio professor para fazer aqueles projetos. A nível de escola ficou pesado, com uma incidência muito grande de diretores inexperientes, com tempo depois, eles passaram a assimilar essas coisas, mas, de cara, foi um pouco doloroso, como disse a própria colega que assumiu a direção.

Eu acho que a vida proporciona condições para a gente se colocar diante de alternativas, por isso é que a gente tem que crescer todos os dias. Se eu não tivesse essa abertura, talvez eu não visse isso com tanta clareza agora. Antigamente eu pensava muito em colocar o pé em direção a uma alternativa, hoje não, sou



Tabularum...
 pessoal...
 as...
 que...
 trabalhos...

muito aberto, eu não sou nem tanto do pedagogo nem tanto do técnico, sou por uma pessoa que tenha perfil independente, pode ser até um administrador que saiba administrar aquele patrimônio do Estado.(...) Foi muito marcante nessa época, essa passagem, mas então hoje, se tivesse a competência, vamos dizer assim, que tivesse autoridade para escolher o diretor do ensino agrícola. Tudo bem, só que eu vou trabalhar com cinco ou 10 pessoas experientes com esse pensamento, nós vamos trabalhar, vamos crescer para administrar esse patrimônio do Estado. (...) Contanto que ele tenha claro na cabeça o que está fazendo na escola, o que de responsabilidade têm todas aquelas coisas que pertencem ao Estado. E principalmente do planejamento da área do setor primário.(...)

Mas eu confesso que hoje eu não sou adepto do técnico, nem do pedagogo, mas já fui adepto do técnico, confesso, mas vejo que o técnico também não tinha linguagem para orientar a parte de planejamento pedagógico com os colegas.

O técnico não sabia como se organizava um plano, não sabia se ocorria algum erro, alguns técnicos passavam conhecimentos como na própria faculdade, não sabia descer ao nível dos alunos. É isso, quem não passou por uma cadeira de ensino pedagógico, não consegue se articular com os alunos nem com os colegas.

Sou muito...
 Eu acho que o importante do trabalho que nós fizemos na época do GETEP, principalmente, foi a publicação daquele Manual de Projetos Agropecuários, porque fizemos uma pesquisa com todos os professores do Ensino Agrícola de São Paulo em função da extinção do Departamento de Ensino Agrícola, então não tinha nenhuma orientação para escola. Nós estávamos voltando de Santa Maria, uma espécie de metodologia bem clara na cabeça,

pegamos um questionário e aplicamos nas escolas.

Tabulamos esses dados e concluímos que o pessoal exigia uma mudança na estrutura agropecuária, com menos burocratização do que havia no Sistema Escola-Fazenda. Então trabalhamos em cima do projeto em si.

Considerando área disponível nas 32 escolas agrícolas existentes na época, o número de funcionários de campo (trabalhadores braçais) e o número de alunos que devem desenvolver trabalhos nas aulas práticas, é preciso obter produção. Isso é um pensamento, outro pensamento é que se a escola funciona em regime de internato, comparando os gastos da escola comum com este tipo de escola, a desta é muito grande. Só que, aqui, o aluno permanece mais tempo no campo trabalhando. Ora, se ele permanece longo tempo no campo, se está preocupado em se formar nessa área de atividade, aprendendo uma teoria sobre agricultura, sobre pecuária, se tem professores competentes, é de se supor que possa produzir mais que o trabalhador braçal que, mesmo sem qualificação, produz para seu sustento e de sua família, para se calçar, vestir e ter algum restinho ainda para plantar no ano seguinte. Com as condições que a escola oferece, é de se supor que haja uma produtividade maior, principalmente porque ele está sendo ensinado por agrônomos, veterinários, zootecnistas.

Sou fruto desse meio.

Quer dizer, já estou com quase 20 anos de ensino agrícola, tanto como estudante quanto como professor, diretor, como a nível central, sou fruto desse meio, acho que o ensino agrícola, só tem uma alternativa, acabar com o internato. Enquanto internato, pelo tempo que se vive na escola, se não se colocar esses alunos para trabalharem, eles podem se desviar na melhor fase da ju-



ventude, porque se não se ocupar essa juventude com intenso trabalho, se só assistirem às aulas teóricas e não tiverem mais o que fazer, se ficarem na ociosidade não aprenderão a se dedicar ao trabalho (...)

Eles têm que sentir o peso desse trabalho para poderem atuar, amanhã ou depois, como profissionais da área agrícola e valorizar o campo. É preciso ver como é duro plantar o arroz, feijão e tal, de sol a sol, na colheita, que peso tem.

Para todo esse processo é preciso trabalho manual, eu concordo que se tem discutido, mas é um mal necessário.

Veja bem, o trabalho braçal do aluno, foi uma consequência de foi organizado o internato. Se não tivesse tempo de residência para fazer todas essas coisas para passar, ele teria um pouco de medo para se tentar alguma coisa assim.(...)

Nossa proposta no dia a dia, pode colocar medo até, mas isso corresponde ao trabalho real na agricultura, o trabalhador agrícola planta, colhe, pulveriza e o trabalho não é uma escravidão para ele, mas tudo isso aí, se você não tiver um amor pela terra, hoje, talvez você também não terá mais tarde, a própria natureza é um exemplo. E eu repito que, se você todos os gastos que temos em todas as áreas, quanta mão-de-obra temos, não dá para formar o técnico só com as aulas teóricas. Esse alunado de 1º, 2º e 3º ano do curso, tem que passar pelo campo, necessariamente tem que passar pelo campo. Por exemplo, um aluno de zootecnia deveria ser obrigado a lavar todo dia a pocilga. Porque tem aula prática na pocilga. Agora, veja bem, se eu tenho aula prática eu não vou vacinar todos os dias os porcos, então tenho que fazer a manutenção do setor. Eu tenho que manter o aluno ocupado porque se não surge o "abaca"

xi"(...)

Isso na agricultura hoje é normal, veja bem: hoje, o sujeito na propriedade dele, planta o arroz, o feijão, o milho, a cana, a laranja. De uma hora para outra, sai do plantio da laranja e vai pulverizar o café. Quer dizer, isso também tem que constar do programa da escola, tem que mostrar a época de colheita, a época de plantio e a época de descanso também, que é a época das férias.

O trabalhador vai fazer colheita não é uma escravidão para ele.

Não é nada disso. Se pensar numa escola assim, para que ele aprenda a tecnologia para aumentar o rendimento da propriedade do pai dele, com os conhecimentos adquiridos na escola, ele vai render muito mais. Agora, se ele não começar a "pegar" o ofício do pai, ele nunca vai querer enfrentar a agricultura, desse modo que eu estou falando.(...)

Nessa época, tínhamos um convênio com a Faculdade de Agronomia de Pinhal, e, dentro desse convênio, colocamos uma cláusula que todos os anos faríamos cursos de reciclagem. Seria tanto para diretores como para professores.

O curso para diretores era prioritário, porque os diretores estavam chegando, assumindo as escolas, sem nenhum preparo para assumir uma fazenda e um internato.

De certa forma, eles chegavam mesmo assustados, eu até brincava dizendo: "peguei um "abacaxi". Mas a nossa preocupação era de clarear a cabeça desse profissional que estava assumindo aquela escola, quer dizer, a nossa preocupação é nesse sentido de convidar pessoas que trabalhavam na área de educação, discutimos muito com o pessoal do CENAFOR, na época, para levar os profissionais para lá, para que os conhecimentos peda-



gógicos, que os diretores tinham, se associassem àqueles objetivos técnicos que a escola se propunha para que ele pudesse comandar esses processos a nível de escola.

O diretor não poderia ser sempre comandado por outras pessoas porque ele não entendia nada de agricultura. Até, pode ser que não precise entender ao pé da letra, mas pelo menos conhecer o mundo, onde está para poder comandar esses processos.

Isto era nossa preocupação quando do projeto daquele curso de diretores. Eu acredito que o problema ainda existe e que o pessoal tenha continuado esse discurso porque havia gente que fazia o curso de diretores e havia gente que fazia o curso de professores.(...)

Agora eu não sei como é que está sendo a formação desses professores. Acredito, que o convênio existindo, eles estão fazendo o mesmo que antigamente. Porque se não estiverem fazendo, acho que houve uma parada muito brusca, houve uma outra queda no desenvolvimento do Ensino Agrícola.

Se você não tiver uma dinâmica constante, fazer as pessoas repensarem sobre o que estão fazendo, a rotina abraça a gente, abraça e consequentemente poucas coisas vão mudar.

É preciso que as pessoas sejam audaciosas. Não digo audaciosas por serem audaciosas. Eu digo audaciosas na maneira de pensar, para as coisas boas, discutir as idéias que surgem.

Então, acho que o trabalho técnico nesse órgão é mais profundo, tinha que ter maior abrangência. Isto não sei se fizeram, só sei que um dos motivos de eu ter saído da DISAETE foi uma discussão com a própria diretora por discordar da filosofia da DISAETE. Como eu acabei de dizer, a minha briga pelo ensino agrícola é para que se

formasse um indivíduo capaz. Ele podia estar lá no Acre, ou lá no Mato Grosso, ou aqui mesmo, no Estado de São Paulo e falasse alguma tecnologia sobre técnico agrícola (sic), ele, como profissional deveria conhecer e atuar como tal. E ela achava que não, ela achava que a escola era um local só para ensinar, não de trabalho.

Eu demonstrei, à vista da grade curricular, a quantidade de horas em que havia atividade, para que esse pessoal não ficasse ocioso no alojamento e comessem a surgir os problemas. Em algumas escolas já se começa a falar de problemas de bebida, fumo e outros no alojamento. E aí aconteceu a nossa discussão.

Eu vou dizer que o modelo que está implantando não é mais o da Escola-Fazenda. A Escola-Fazenda tinha a Cooperativa Escolar, o LPP, a sala de aula e tinha o PAO. Esses 4 setores que caracterizavam a Escola-Fazenda. Então o aluno tinha essas atividades distribuídas pela fazenda. A atividade teórica na sala de aula, o projeto agrícola orientado e a produção através da cooperativa, ele também era um cooperado. Quando nós implantamos o modelo de projeto agropecuário, nós eliminamos todos esses setores. O professor tinha que elaborar com seus alunos o projeto agropecuário, planejando tudo o que ele ia precisar para a aula prática, durante o ano.

O projeto agropecuário tinha por objetivo manter o internato, tornando a escola auto-suficiente em pelo menos 80%.

Na Escola-Fazenda, isso era tudo muito burocrático, tudo através da cooperativa. Algumas cooperativas não tinham área suficiente para produzir. Era aluno saindo da escola para fazer compras na cidade. Enfim, ele trabalhava mais para a cooperativa do que estava preocupado com a escola, causava muita confusão. Acabava também haven-

do os privilegiados. Então, com base na nossa experiência e achando que o modelo existente era muito burocrático, pensamos no Modelo de Projeto Agropecuário que era muito mais fácil. Pensava, com este projeto, este ano posso por no refeitório tanto, reduzia o custo pois o Estado comprava os materiais e a mão-de-obra era de graça.

Em 81/82 eu fui convidado pelo diretor da COAGRI, em Brasília, e fiquei uma semana fazendo palestras para o pessoal.

Essa publicação do manual do Projeto Agropecuário, essas palestras que nos fizemos a nível federal, eram para demonstrar que era muito mais fácil trabalhar com o Projeto Agropecuário.

Encontramos, a nível federal, escolas que estavam com a cooperativa com excelente rendimento, mas é o que eu sempre digo, às vezes o aluno trabalha muito na cooperativa e fica sem tempo para assistir suas aulas. Tem que sair para comprar o produto, vender o produto, para ter caixa. Ao mesmo tempo que eu não defendo essa idéia, acho que o cooperativismo é alguma coisa que deve ser colocado para o pessoal que trabalha em agricultura.

Veja bem, eu sempre deixei claro que a escola tem esse objetivo fundamental, que é formar o profissional para a agricultura. Ela tem que acompanhar esse avanço tecnológico e científico que possa aumentar a produtividade agrícola. Acompanhar esse crescimento e preparar profissionais que possam repassar esse conhecimento.

Se um trabalhador rural produz na sua área, com o conhecimento adquirido dos seus pais, dos seus avós e pensar que um filho vai estudar na escola agrícola e volte para trabalhar nessa propriedade, e essa propriedade tem que aumentar a produtividade, para isso, a gente deve perseguir esse objetivo.

A maioria das pessoas, a sociedade, tanto a sociedade capitalista, como de esquerda ou direita, todos nós somos gente, queremos ver resultados, alimentos, produtos baratos, de boa qualidade. É com isso que a escola agrícola se preocupa. Tem que se preocupar em ter uma produção boa, uma maior rentabilidade, preços mais baratos, desenvolver a agricultura com o conhecimento moderno para que a agropecuária possa se expandir.

Esse profissional tem que ir para lá, ele é um elemento de mudança no meio rural. Ele tem que fazer mudanças não só com objetivos na sua cabeça. Ele tem que fazer mudanças com as pessoas que estão lá. Por isso ele tem que ir preparado.

Ele tem que perceber as diferenças entre as pessoas. Ele tem que entender as pessoas. Tem que ter interesse. Ele tem que entender todo um contexto, porque se não, não adianta ele chegar e dizer que é melhor colocar tantas sementes em cada burquinho de arroz que você vai aumentar a produtividade, se ele não estiver sendo acreditado, não vai conseguir implantar nova técnicas. Esse projeto de Extensão Rural é muito mais claro nos Estados de Minas Gerais e Santa Catarina, aqui em São Paulo é mais claro nas atividades da Secretaria de Agricultura.

Problemas toda área educacional tem. O Ensino Agrícola vejo que tem uma falta de estruturação e objetivos a que se propõe.

Quando eu digo que a Escola Agrícola deve formar um técnico para ser um agente de mudança no setor da agropecuária, em nível de Secretaria, não tem muito sentido só ter pessoas do ramo educacional, eles acham que a escola é escola só para ensinar, ensinar, ensinar. Quer dizer, quando eu digo que a escola tem que fazer isso, isso e isso, eu fico muito defendendo minha própria idéia, porque a gente é capaz de defender muito



mais a sua própria experiência. Se essas experiências são diferentes é bom haver várias pessoas.

Então, eu acho que um dos problemas de Ensino Agrícola em São Paulo é a falta de um bloco único que comande com uma metodologia de ensino clara e objetivos definidos.

Só então, quer em nível central ou em nível de escola, é possível trabalhar em cima desses objetivos. Mas, você tem que ter pessoas que ocupem esses cargos, mas que sejam parte desse processo para que haja crescimento. Bom, falta estrutura, tanto que nos últimos anos foram criados: GETEP, GEAGRI, DISAETE.

Agora mesmo está se discutindo para onde vai o Ensino Agrícola, se vai para uma fundação ou para a iniciativa privada ou se é o Estado mesmo que deve comandar.

Enfim o órgão que vai cuidar dessas Escolas deve ser um órgão de Ensino Técnico porquê, por exemplo, há escolas de contabilidade, de ensino comercial que não estão vinculadas à DISAETE. Quanto às perspectivas eu vejo a necessidade de uma vontade política.

Mas, se não houver vontade política em qualquer governante, não adianta ficar sonhando, porque o sonho vai embora (...).

O que está me fazendo perder o ânimo é que as pessoas não discutem as finalidades e os objetivos do ensino agrícola. Só discutem o espaço dentro da estrutura da Secretaria, enquanto que é preciso lembrar o objetivo final, o aluno é o objetivo da escola.

Eu tenho visto que as pessoas, ao invés de estarem trabalhando por uma causa única, estão trabalhando em benefício próprio.

O grande é ainda aquele que deixou alguma coisa, não o que foi fazer um discurso para os outros baterem palmas. Eu tenho o maior respeito pelo Ensino Agrícola, eu acredito na idéia. É di-

fácil, hoje, acreditar porque as pessoas estão trabalhando mais no sentido financeiro. É preciso reestruturar a rede. Quero dizer, ainda, que a pesquisa que você está fazendo representa um grande esforço, que só tem a engrandecer a rede de ensino.

4.2.5 Tomoko Matsui



Inicialmente, eu tenho a impressão que a intenção na constituição da equipe da DISAETE era garantir que houvesse a participação de elementos que tivessem alguma ligação com o ensino técnico. Inicialmente, foi criado um grupo de implementação, em 1985, pela Profª Maria Auxiliadora e que, com mais algumas pessoas como a Profª Neide Cruz, supervisora de ensino, o Prof. Pedro, diretor da escola, um elemento do ensino agrícola que era o

6.2.5 Tomoko Matsui industrial, residente havia também uma dificuldade, mas eles quiseram que eu estivesse presente, embora eu não seja propriamente da área industrial, por eu ser enfermeira, mais ligada a parte de saúde.

Nas houve interesse em constituir uma comissão com elementos que tivessem alguma ligação com o ensino técnico. Agora, o que significou em termos de efetiva renovação?

A criação da Disaete foi uma resposta às solicitações que as escolas, as antigas industriais e as escolas agrícolas, fizeram. No 1º fórum do Ensino Técnico, foi colocada a necessidade de um órgão que pudesse gerenciar a rede considerando a especificidade desse tipo de ensino.

É principalmente aquele anseio de, por as condições, a infra-estrutura necessária para a escola, oferecer recursos materiais, financeiros, recursos em relação ao pessoal. De função dessas expectativas surgiu a DISAETE.

Houve a proposta de criação de uma Coordenadoria, só que na época eu parece que estava muito complicado essa questão de criação da Coordenadoria. Eu não saberia lhe dizer com profundidade, pois não sei, com certeza a parábola da criação em relação a um órgão como a Divisão de Supervisão e Apoio, mas parece que havia algum tipo de princípio

em função do Decreto 7346.

A DISAETE foi criada como um gabinete do secretário, sob a direção de de despois, não era, mas, de uma certa escolas técnicas.

Inicialmente, eu tenho a impressão que a intenção na constituição da equipe da DISAETE era garantir que houvesse a participação de elementos que tivessem alguma ligação com o ensino técnico. Inicialmente, foi criado um grupo de implantação, em 1985, pela Profª Maria Auxiliadora e que, com mais algumas pessoas: como a Profª Neide Cruz, supervisora de ensino, o Prof. Pedro, diretor de escola, um elemento do ensino agrícola que era o prof. João de Deus e na área industrial, realmente havia também uma dificuldade, mas eles solicitaram que eu estivesse presente, embora eu não seja propriamente da área industrial, por eu ser enfermeira, mais ligada à parte de saúde.

A DISAETE não é propriamente uma unidade de funcionamento com maior autonomia.

Mas houve interesse em constituir uma equipe com elementos que tivessem alguma ligação com o ensino técnico. Agora, o que significou em termos de efetiva renovação?

A criação da Disaete foi uma resposta às solicitações que as escolas, as antigas industriais e as escolas agrícolas, fizeram. No 1º fórum do Ensino Técnico, foi colocada a necessidade de um órgão que pudesse gerenciar a rede considerando a especificidade desse tipo de ensino.

Então, talvez seja a questão de ter as condições, a infra-estrutura necessária para a escola, oferecer recursos materiais, financeiros, recursos em relação ao pessoal. Em função dessas expectativas surgiu a DISAETE.

Houve a proposta de criação de uma Coordenadoria, só que na época me parece que estava meio complicado essa questão da criação da Coordenadoria. Eu não saberia lhe dizer com profundidade, pois não sei, com certeza o porquê da opção em relação a um órgão como a Divisão de Supervisão e Apoio, mas parece que havia algum tipo de proble-

ma em função do Decreto 7510.

A DISAETE foi criada como um órgão ligado ao gabinete do secretário, sendo uma unidade de despesa, não uma unidade orçamentária, mas, de uma certa forma, aglutinou as escolas técnicas.

Isso foi muito positivo, pois houve possibilidade de centralizar as escolas com os mesmos problemas, com as mesmas necessidades, o que facilitou um estudo um pouco maior em relação a essas escolas. Acho que isso ajudou bastante, apesar do órgão ter uma série de deficiências, não ter o porte necessário para poder gerenciar esse tipo de escola.

Ela continua sem ser uma unidade orçamentária. Desse ponto de vista, ela está vinculada à própria Secretaria.

A DISAETE não é propriamente deficiente, mas limitada em função de não ser uma estrutura com maior autonomia.

Falta isso e eu tenho a impressão que nesse tipo de escola, cada escola tem as suas necessidades. Então, a questão da autonomia é muito importante, e, realmente, as especificidades dentro da escola, principalmente se considerar não só as agrícolas, mas também as industriais que tem, conforme a escola, cinco, seis habilitações diferentes, então, os problemas se avolumam e dificultam mais o gerenciamento.

Então, talvez seja a questão mesmo de trabalhar mais ou avançar mais na questão de estudar como seria trabalhar essa questão da autonomia a nível de escola, que dê mais condições para a escola.

Quando da criação da Disaete, eu tenho impressão que a preocupação maior foi em relação ao 2º grau como um todo, no sentido da formação integral do adolescente, enfatizando uma formação geral que ofereça as condições necessárias para que o aluno possa como cidadão participar da so-

cidade de uma forma útil, de uma forma que lhe satisfaça a realização dentro de um campo de trabalho.

Houve uma preocupação muito grande com esse tipo de formação. À medida que o trabalho, dentro da Disaete, foi sendo estruturado é que a questão da política voltada para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das escolas foi sendo considerada.

Nós temos um problema sério, em relação à indústria como em relação a outras áreas. Praticamente toda nossa tecnologia é importada, então a nossa preocupação era que pudessemos formar um profissional com conhecimento científico-tecnológico que o tornasse capaz de até se desenvolver novas tecnologias, que ele fosse um elemento criativo, capaz de criar, pensar, e assim futuramente nós termos nossa própria tecnologia, sem ficar tanto na dependência de países do primeiro mundo. Hoje, a gente tem isso muito claro e a gente procura incentivar esse aspecto no currículo das nossas escolas.(...)

Em algumas habilitações pode-se dizer que existe um ensino politécnico, por exemplo, no caso da mecânica, o aluno tem um conhecimento em vários aspectos ligados à mecânica, depois ele pode se aprofundar em determinados aspectos específicos dentro da própria mecânica.

Então ele tem um ensino bem abrangente, politécnico, em relação àquele assunto, que é a mecânica, e depois ele pode ter algumas saídas, por exemplo, algumas escolas estão aprofundando a questão da produção, da qualidade, outras escolas estão se aprofundando mais na área de projetos. Então eu acredito que aí seria uma forma de desenvolver o ensino politécnico. Eu vou citar também a questão da enfermagem que a gente tem um ensino bem geral em relação a enfermagem que é um aspecto politécnico. Depois ele pode se aprofun-

dar em determinadas áreas dentro da enfermagem mas você dá uma formação genérica, geral bem fundamentada em termos científicos e depois ele pode aprofundar em alguns aspectos, ou a nível de saúde pública, ou a nível hospitalar, dentro do próprio hospital ele pode ter algumas preferências de ir para uma unidade de terapia intensiva, ou ele pode ir para um centro cirúrgico, há possibilidade de depois você escolher uma área mais especializada.

Eu entendo que existe esse princípio do estudo politécnico, dentro das próprias habilitações.

De qualquer forma tem que se aprofundar o estudo científico e a partir daí, o estudo científico, humanista também que vai dar a formação adequada para que ele possa realmente se desenvolver como profissional e como ser humano. Então eu enxergo dessa forma em relação a politécnica (sic).

Em relação à formação docente, nós nos preocupamos inicialmente, inclusive em habilitar os docentes, porque nós percebemos que grande parte dos docentes das nossas escolas não estavam habilitados.

Nós oferecemos três cursos de esquema 1, nesse período da Disaete, e dois cursos de esquema 2, que seriam para o nível técnico. Nós formamos um na área de mecânica, do técnico em mecânica, e agora nós estamos iniciando em conjunto com a Fatec. Essa foi a preocupação inicial porque realmente em termos de habilitação, a situação era problemática. Grande parte dos docentes não tinha o esquema, nem licenciatura. Então, foi essa a preocupação inicial. Em relação aos especialistas, infelizmente, nós não tivemos ainda condições de desenvolver nenhuma ação. Tentativas tem sido feitas mais em função da entrada de di-



retornos novos. Nós temos procurado chamá-los para orientação e discutirmos um pouco mais sobre o tipo de escola que eles assumiram, tentar tirar as dúvidas, procurar amenizar um pouco as dificuldades que eles sentem nesse sentido. Nesse tipo de trabalho que nós temos realizado, ainda não conseguimos ter um trabalho mais avançado. De um modo geral está bastante deficiente. É uma questão que tem que ser pensada com bastante cuidado. Em relação a reorganização curricular, o objetivo principal dessa proposta de reorganização curricular foi eliminar alguns problemas.

O currículo do ensino agrícola como estava organizado, causava alguns problemas em relação às horas definidas como projetos de aulas práticas, em que os alunos atendem às rotinas de trabalho para manutenção dos diversos setores dentro das escolas agrícolas.

O professor Pedro realizou um estudo no sentido de poder diferenciar, ou até separar, o momento que seria da fazenda e o momento que realmente é de ensino-aprendizagem, considerando as aulas práticas como as práticas de projetos. No quadro curricular, foi definida uma carga horária própria, específica, para a manutenção dos setores, ficando definidas, também, as aulas práticas e as aulas para prática de projetos. Na tentativa de fazer com que o momento de trabalho seja um momento de trabalho e que o aluno sinta que ele está trabalhando naquele momento e que está colaborando na manutenção da fazenda. E no momento do ensino-aprendizagem, ele vai estar lá com o professor aprendendo as técnicas, a teoria correspondente a cada setor, cada aspecto importante para a formação do técnico. Em suma, essa seria a razão da proposta de reorganização curricular. Em relação à avaliação, como nós começamos, pra-

ticamente no ano passado, e nós teríamos que realizar no final do ano passado, uma avaliação, estava previsto inclusive um encontro com os diretores, e os professores envolvidos, mas, infelizmente, não foi possível realizarmos esse encontro em função de vários aspectos administrativos, inclusive ligados a recursos, então, nós deixamos para este ano, possivelmente em outubro, o mais tardar em novembro, nós faremos um encontro para fazer essa avaliação junto com os diretores com os professores. Além do encontro, nós temos ainda as visitas às escolas, para a gente observar in loco na própria escola, discutir com o corpo docente a validade dessa nova proposta, nova não, dessa proposta de reorganização.

Em relação ao ensino agrícola, essa questão do trabalho, eu acredito que é muito mais forte, mais evidente, porque como existe a fazenda lá na própria escola, como a fazenda está lá, presente lá, e para o ensino agrícola é importante a existência da fazenda porque é lá que no dia-a-dia, o aluno terá oportunidade de vivenciar cada aspecto dos conhecimentos que recebe.

Então, ele vai estar aplicando na prática as instruções teóricas. O trabalho é uma necessidade do tipo de ensino, que é o ensino agrícola. À medida que ele aprende, precisa perceber que aquilo que ele está recebendo em termos de informação, já está sendo desenvolvido, praticado. O aluno precisa sentir essa responsabilidade de estar colocando em prática aquele conhecimento teórico. Eu não sei se eu estou conseguindo ser clara, seria uma etapa de aplicação, porque todo o conhecimento teórico, toda fundamentação científica, só consegue ser incorporada e importante na medida que é experimentado numa situação concreta. Lidar com essas questões é que faz com que o aluno possa incorporar os conhecimentos recebidos.



Então, eu vejo desta forma o ensino agrícola, todo aquele conhecimento, se ele não vivencia, aquilo realmente fica distante e não vai ter sentido como ensino. Na medida que ele está aplicando, então, o trabalho na escola agrícola é fundamental para que ele possa ver no dia-a-dia como é que uma planta está crescendo, como é o desenvolvimento de um pintainho e quais as doenças que estão lá acontecendo e que podem acometer todas as diversas criações, quer dizer, essa vivência, ao lidar com essas questões é que realmente ele vai poder incorporar o conhecimento. Então eu vejo o trabalho nesse sentido, como uma vivência, como uma experiência de aprendizagem.

Eu tenho a impressão que neste momento, como está ainda na fase de estudos, eu acho que ainda está pouco definida neste momento, e o objetivo é que parta das escolas qualquer coisa nesse sentido.

Então, inclusive os estudos estão sendo realizados para que as escolas, as próprias unidades participem intensamente para que possa definir melhor essa questão da própria gestão. Acredito que até trabalhando mais essa questão da autonomia da escola, como definir melhor essa autonomia, como deve acontecer essa autonomia e naturalmente até caminhando para que tipo de gestão, como deve ser ou quem deve ser responsável pela gestão dessas escolas, tanto das agrícolas como das industriais. Então, acho que este momento ainda é de estudos e de definições, no momento eu acho que não existe nada definido do próprio órgão (sic).

Houve sim, até alguns estudos sobre a possibilidade de criação de uma Fundação, mas não existe uma conclusão definitiva e, neste momento pelo menos, pelos estudos até da própria secretaria

ria se entende que as escolas, que as próprias unidades definam essa questão. O que partir das escolas, a pretensão é que se respeite isso.

Na verdade a proposta de fazer a escola, a fazenda mesmo, na estrutura de uma escola, a fazenda, somente com um plano de expansão. Em relação à expansão da rede, devo dizer que a rede de escolas agrícolas tem se mantido relativamente estável nos aspectos quantitativos.

Recentemente falou-se em criação de escolas, não existe plano de expansão neste momento. Inclusive existem algumas escolas até criadas, mas não instaladas ainda.

Existem umas cinco escolas, um decreto de 1988 que criou algumas escolas. Dessas escolas criadas acho que só duas foram instaladas, a de Jales e a de Andradina. A instalação depende de condições físicas, que tenha o espaço físico, que tenha pelo menos a estrutura para receber os alunos e que possa oferecer os ambientes pedagógicos e os equipamentos necessários. A instalação está se realizando em cooperação com as prefeituras ou entidades locais, porque realmente a Secretaria, neste momento, não tem planos de expansão e não tem condições mesmo de instalar essas escolas, a não ser que seja através de uma cooperação com as prefeituras ou com outras instituições. Nesse caso sim, é que nós temos permitido, é o caso de Andradina e o caso de Jales.

As prefeituras tem dado um suporte muito grande para que a escola tenha condições.

Estão, eu acho que estão trabalhando realmente no sentido de municipalização, mas de um trabalho conjunto com as entidades locais, regionais e realmente no sentido de cooperação mesmo para que a comunidade local também se responsabilize, que se preocupe com esse tipo de ensino. É uma forma de se sentirem responsáveis e a cooperarem com o governo, com a Secretaria.

Em relação ao Sistema Escola-Fazenda, a maioria das escolas ainda funciona mais ou menos



assim, nós estamos com 15 escolas agrícolas dentro da proposta de reorganização curricular.

Na verdade a proposta está baseada na escola-fazenda mesmo, na estrutura de uma escola-fazenda, somente com uma revisão das cargas horárias, definindo um pouco melhor essas cargas horárias. O objetivo da reorganização curricular não foi desvincular a produção. A produção existe dentro da escola, só que tem um momento para a produção e um momento para ensino-aprendizagem, mas o aluno vai continuar vivenciando o momento da produção em momentos próprios.

No ensino-aprendizagem ele estará com o professor aprendendo, é o momento do ensino-aprendizagem e vai ter os momentos, em outros horários, em que ele vai estar realmente desenvolvendo o trabalho. Ele será responsável por determinados setores, dando assistência à fazenda. Então a produção continua. As aulas práticas de aplicação é que seriam o momento do trabalho especificamente (...).

Só que aqui não estaria, mas de qualquer forma existia, a prática de projetos, embora essa prática de projetos, ela esteja ainda vinculada à questão curricular, porque quando entra a prática-projeto é geralmente na 2ª e 3ª série. Aí entra, paralelamente, o estágio e nesse período do estágio é que eles estariam, então, cuidando dos setores, quer dizer estariam realmente trabalhando.

Então, eu acho que essa questão do trabalho está bastante viva.

Até para o aluno entender isso é difícil, porque o que havia de críticas dos próprios alunos era que eles eram utilizados como mão-de-obra, como braçais, nos momentos até de aulas práticas. Então, foi para tentar separar esses momentos, mas ele continua trabalhando e essa mão-de-obra que eles colocam, a gente esta procu-



rando fazer com que o aluno possa entender como importante para sua formação. Porque é no fazer que a gente vai ganhar a experiência necessária para a vida profissional, por isso ele ganha até a conotação de estágio na 2ª e na 3ª série. Porque ele estava desenvolvendo um trabalho nesse momento. São 15 escolas que optaram pela experiência. Não está fechada a proposta, mas naturalmente nós gostaríamos de ter um retorno primeiro dessas 15 escolas para depois discutir melhor com as outras escolas. No momento, estão só essas 15 escolas mesmo.

As características foram alteradas, há uma nova forma de entender a escola-fazenda. Entendeu-se que há a necessidade da sustentação da própria fazenda, porque a fazenda é uma necessidade para a aprendizagem, ela tem que existir.

Na organização ela não se altera muito. Das escolas existentes algumas estão situadas na zona urbana, algumas na zona rural.

As urbanas, como por exemplo a de Jacareí, eu acho que não tem assim muita diferença, talvez tenha depois, é que nós não temos, também, esse retorno em relação aos egressos. Talvez, haja mais facilidade para a clientela do próprio município ou da região, seja maior quantidade em relação àquelas outras escolas mais distantes, não sei se seria por aí (sic).

Mas acho que não existe muita diferença, talvez mais em termos regionais do que de localização urbana/rural.

Pode haver diferenciação naquilo que tecnicamente se chama de vocação econômica da região, e haver maior enfoque da agropecuária, da agricultura ou da pecuária, muito mais em função disso, da vocação agrícola ou econômica da região. Agora, em relação à possibilidade de oferecer ou-

tras habilitações, isso já foi pensado. Nesse sentido, poderiam ser colocados cursos novos, alguns até ligados à área de nutrição, como técnico em alimentos, mas as dificuldades também em relação a parte de equipamentos, de composição, dificulta um pouco o estudo nessa área. Mas já foi até pensado nessa questão e até em algumas escolas, solicitaram outras opções, assim como técnico florestal, silvicultura. Já houve alguns estudos, mas não efetivamos nada em relação a isso.

Temos só uma escola que oferece habilitação em açúcar e álcool, que é em Araras. Existe essa habilitação de açúcar e álcool, em convênio com usinas de açúcar, porque esse tipo de ensino, tem necessidade de uma ligação com as usinas, por causa do estágio, a carga horária do estágio é muito elevada, é no mínimo de 800 horas, e deve ser feita realmente no local, então há necessidade de ser feito em convênio com as usinas, seria um caso a pensar.

Essa escola em Araras é uma escola industrial que tem mecânica, eletrotécnica, nutrição, e tem açúcar e álcool, então somente a parte teórica e a parte de laboratório é feita na escola (sic). O Estágio é todo na usina, é um estágio supervisionado, direto.

Esse entrosamento com a empresa poderia ser uma alternativa futura para o ensino agrícola.

Eu acredito que nós precisamos caminhar, para essa cooperação mesmo, esse trabalho de cooperação técnica de trabalho conjunto. Mesmo porque a parte tecnológica se não for em conjunto com indústrias ou, então, com entidades privadas, a escola pode ficar um pouco defasada até do convívio dos próprios docentes com indústrias e outras entidades que possam trazer novas inovações, ajun-

dando-os a se enriquecer e até reciclar nesse aspecto. Então é muito importante, que tanto as escolas agrícolas como as industriais tenham esse convívio estreito com indústrias e entidades que estejam ligadas a todas essas áreas econômicas mesmo. É muito importante isso sim (...).

Em relação aos principais problemas, é difícil responder. São muitos problemas, eu acho que o problema do financiamento, da questão financeira é um aspecto importante. As escolas técnicas de um modo geral e, sobretudo, as escolas agrícolas precisam ter um financiamento. Enquanto escola, não pode ser considerada um elemento de produção. Ela pode até produzir como algumas escolas o estão fazendo, pode até chegar a ser auto-suficiente, mas acho que é algo que não se pode exigir em se tratando de uma escola.

Quando se trata de uma escola, ela tem gastos e esses gastos precisam ser providenciados em termos de financiamento. Eu acho que esse é um problema crucial na educação: a questão dos recursos. Precisa-se trabalhar isto, tem que haver uma fonte segura, não só do Estado, mas talvez outras formas de financiamento para que a gente possa sustentar uma escola dando um ensino que garanta uma formação adequada.

Além disso, há a questão mesmo do docente, que precisa receber atenção maior, para que se prepare o docente não só na questão dos conhecimentos técnicos e pedagógicos, mas é preciso chegar à questão do compromisso. Embora a gente perceba que existem grandes educadores, eu acho que o problema do compromisso precisa ser levado mais a fundo, em todos os níveis, não só dos docentes, mas de outros elementos que lidam com a educação. Eu acho que é um problema a ser pensado e refletido. Eu acho que são esses os dois grandes problemas.

Em relação às perspectivas neste momento, há uma preocupação, para que se caminhe para a solução dessas questões. Os problemas mais sérios da educação e o ensino técnico estão entre as preocupações da atual gestão da Secretaria da Educação.

Eu acho que estão caminhando mesmo para procurar uma solução. Está havendo uma preocupação.

Especificamente em relação ao ensino agrícola, acho que há três aspectos importantes: em primeiro lugar entendo que as habilitações mais problemáticas, mais problemáticas não digo, mais necessárias estão ligadas às áreas sociais: o ensino agrícola, o ensino para o magistério mesmo, a formação do professor e a parte de saúde. São as áreas mais carentes onde se vive realmente maior número de dificuldades. Eu acho que a Secretaria da Educação tem que se preocupar mais com o ensino profissionalizante sim, mas sobretudo com essas três áreas que tem uma função social muito grande. O próprio governo tem que se preocupar de uma forma mais efetiva, porque é aí onde existe a maior carência, a maior necessidade. Não sei, eu acho que é por aí, em relação principalmente ao ensino agrícola que tem uma função social imensa, é o futuro da sobrevivência do nosso povo, do ser humano, então tem que se preocupar mesmo, o governo tem que priorizar até essas áreas.

6.3 Entrevistas com os Operadores

Eu comecei a trabalhar na escola agrícola de Vera Cruz, em 3 de março de 1971, e sempre trabalhei aqui em jornada integral. Tive outras atividades fora, a gente pode chamar de "bico". Dei aulas na Associação de Ensino, prestei assistência técnica para firmas, fiz "bicos" principalmente por causa do salário baixo. Completei no dia 3 de março deste ano, 20 anos de escola agrícola. Então, é esse tempo aí que eu trabalho com o ensino técnico, além disso, a minha formação, foi feita em curso específico para trabalhar em escola agrícola. Eu sou licenciado em Ciências Agrícolas, fiz esse curso na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e terminei o curso em dezembro de 70, no dia 3 de março já estava aqui.

Durante minha atividade como professor, fiz alguns cursos de treinamento principalmente na área técnica e alguma coisa na área pedagógica, mas muito direcionado para o Sistema Escola-Fazenda e tal.

Posteriormente, eu voltei à Faculdade para fazer o curso de Pedagogia. Depois, logo que foi criado o curso de pós-graduação na UNESP no campus de Marília, tentei uma primeira vez, passei na prova escrita, mas na entrevista não consegui aprovação para fazer o curso de pós-graduação. Numa segunda tentativa, então, eu consegui e terminei meus créditos, agora, estou trabalhando na redação da dissertação. Trabalhei, também, em programas de convênios da escola com o Mobral, com a UNESP, a Secretaria de Saúde. Um convênio, foi para aquela educação compensatória na zona rural, durante uns três ou quatro anos, e também, independente disso, trabalhei junto a Secretaria do Trabalho na área agrícola, dando cursos de treinamento para agricultores, ensinando algumas

atividades.

Era um convênio que existia entre o Mobral, e a Secretaria do Trabalho. Acho que por se tratar de escola agrícola e eu trabalhar aqui, fui chamado para montar uns cursos. Então, eu levantara a clientela, apresentava um grupo de alunos, fazia um programa, mas já existia um programa pronto, era só adequá-lo. Desenvolvia o curso geralmente à noite ou nos fins de semana, com 70, 80 horas de duração sobre citricultura, bovinocultura, cafeicultura, cursos assim.

Dei cursos assim, também, para o extinto In-cra. De tratorista, dei uns dois ou três cursos e fiz palestras em escolas sobre agricultura, sobre educação agrícola. Algumas dessas atividades eram remuneradas, outras não.

Eu evolui dentro da escola. Quando eu vim para cá, me impuseram um sistema que eu tinha que seguir, então, foi meu início e eu tinha que seguir aquele esquema.

Foi logo que implantaram a Lei 5692, havia todo um esquema de preparação de mão-de-obra, de adestramento; a gente sentia muito nitidamente a ideologia do treinamento.

Era treinamento mesmo, como ensinar um elefante a dançar. O aluno era tratado mais ou menos como isso, era obrigatório seguir aquela sequência, como se o aluno não fosse capaz de raciocinar.

Se não houvesse essa sequência, aquele esquema rígido a cumprir, ele, talvez, não tivesse condições de aprender - pensava-se assim. Hoje, eu penso diferente. Hoje, sei que estamos trabalhando com pessoas que raciocinam, então, a idéia naquela época é que você só poderia dar uma aula prática depois que o aluno recebesse uma teórica.

Hoje, a gente sabe que através da prática pode estar instruindo o aluno. Essa prática pode até vir após a teoria porque o aluno tem capacidade de associar, de transpor, de



pensar.

Então, no meu modo de pensar, hoje mudou, a gente procura passar isso daí até para o funcionamento da escola. Como a gente tem uma certa ascendência, por causa do tempo que está aqui, todo mundo respeita, pede opinião, então procuro direcionar todo o esquema de funcionamento (...)

A gente procura dar informação ao aluno na sala de aula, na parte teórica e há, também, as aulas práticas, onde eles vão receber a técnica em si, como regular o implemento, alguma técnica que na sala de aula não é possível porque envolve destrezas e habilidades manuais, também.

Agora, existe na escola, o estágio que é utilizado para fixação dos conhecimentos, adquirir segurança profissional e ter contato real e concreto com aquilo que é ensinado em sala de aula na forma de teoria.

Agora, a gente procura fazer com que através desse trabalho do aluno no estágio nos setores produtivos da escola, venha promover uma redução nos custos já que aquilo que vai ser produzido vai ser destinado para o abastecimento da escola.

Hoje, o estágio é feito de maneira moderna, utilizando insumos e tecnologia modernos, levando o aluno, que está desenvolvendo a atividade a um mínimo de trabalho manual.

Na parte teórica, a gente procura dar informação ao aluno em sala de aula, enquanto que, nas aulas práticas, ele tem informações sobre a técnica em si. Agora, através do trabalho do aluno, durante o estágio nos setores produtivos da escola, procura-se, também, promover a redução dos custos de manutenção da escola. Hoje, procura-se desenvolver o trabalho agrícola de maneira moderna, conforme os recursos da escola, porém o que não pode ser esquecido é que os alunos, em grande

número, são provenientes do meio rural, filhos de pequenos proprietários ou de arrendatários, são jovens que já têm experiências e hábitos de trabalho.

Quando, numa época anterior, foi proposto um sistema em que o aluno não precisava trabalhar, pois a escola seria gerenciada por técnicos agrícolas e as atividades de produção seriam desenvolvidas por trabalhadores braçais, a gente tinha o receio de que a escola levasse o aluno a perder esse hábito de trabalho que ele trouxe da família.

Eu não vejo como penoso esse trabalho do aluno, porque ele faz esse trabalho por volta de quatro aulas diárias, além disso, ele não permanece em um único setor e nem com uma única cultura.

O aluno passa pelos diferentes setores da escola, inclusive nos de manutenção das áreas coletivas. Ele percebe que aquilo que ele está produzindo vai reverter para uso próprio dele e da comunidade de maneira geral, então quando ele está plantando milho, ele sabe que aquele milho vai ser conduzido para fábrica de ração, vai ser transformado em ração que vai alimentar os animais, que por sua vez, irão abastecer o restaurante na forma de alimento.

Quando ele cuida dos animais, quando cuida do gado de leite, o que for produzido por estes animais, vai ser consumido no refeitório. Quando ele está trabalhando na limpeza do pátio, ele é escalado para isso também, ele está fazendo isso para o bem-estar da comunidade, então o trabalho aqui dentro da escola, a gente encara dessa forma, agora o trabalho é sempre vinculado a um todo, a uma unidade, a um projeto.

Então, quando o aluno está capinando o milho, ele não está lá apenas como trabalha-



dor braçal. Ele participou do planejamento daquela cultura, do preparo do solo, ele acompanhou a semeadura e a adubação desse milho, fez o cultivo manual ou mecanizado, fez pulverizações, fez a colheita, pesou esse milho, ele faz uma análise do que foi gasto.

A gente procura fazer com que as atividades agropecuárias estejam todas dentro de técnicas modernas e que a escola, a fazenda-escola, seja um estabelecimento modelar tanto para os alunos, quanto para a região, que ela sirva de modelo, não só para os alunos, mas também para os agricultores. A gente vê, por exemplo, que a produtividade do milho da escola agrícola é maior do que da região. Os animais da escola agrícola, suínos por exemplo, servem de modelo. O pessoal vem ver, porque são desenvolvidos, são bem tratados, o número de leitões é maior - o número de leitões por parição -, e a gente procura fazer com que as atividades da escola sejam um modelo, apesar das dificuldades por falta de recursos.

Com relação aos conteúdos das disciplinas, a gente sempre procura analisar o perfil, traçar os conteúdos em cima do perfil do profissional que se quer formar.

Por exemplo, na parte do Núcleo Comum, para definir os conteúdos, a gente (a equipe de professores) trabalhou junto, fizemos reunião com professores de cada disciplina, sempre tendo em mente a manutenção das características de 2º grau, de aprofundamento das ciências naturais, das ciências sociais para conduzir o aluno ao desenvolvimento da cidadania, buscando uma formação humanística e científica que um aluno deve ter, então, a gente procurou pensar nisso. E procurou ver, também, no que essas disciplinas do Núcleo Comum poderiam contribuir para as disciplinas da Parte Diversificada que daria formação profissio-

nal do aluno. Então, a gente fez isso com todas as disciplinas, trabalhou com Português, com Matemática.

Isso foi uma idéia que a senhora deu início, eu me lembro, na disciplina de Inglês, chamou a professora e tentou com ela trabalhar um conteúdo mais voltado para a atividade agropecuária, não aquela atividade urbana, que talvez não interessasse muito à formação do profissional, do técnico.

Também no laboratório, que são as práticas de Física, Química, Biologia procurou-se garantir essa característica de 2º grau, mas também, que fossem direcionadas, não sei se direcionadas é o termo certo, para a área de formação profissional do aluno, que seria trabalhar com o real dele. Então isso a gente sempre retoma e até, neste ano, no planejamento nos reunimos - professores do Núcleo Comum e da Parte Diversificada - e tentamos trabalhar novamente. A gente sugeriu acrescentar, por exemplo, para a disciplina de Matemática, se ela poderia trabalhar um pouco com estatística, que é muito importante e não tinha no conteúdo.

Então, seria importante que, quando eles usassem os conceitos dessa disciplina, procurassem criar situações-problema utilizando coisas gerais aqui da escola, poderia até nos procurar que estaríamos dispostos a colaborar, todos nós professores da Parte Diversificada, sugerindo exemplos, situações hipotéticas com dados ligados

à área de cada um.

Agora, nas disciplinas da Parte Diversificada, a gente sempre analisou a formação profissional, o mercado de trabalho onde o técnico irá atuar e os conhecimentos que ele precisa.

Então, a gente procurou montar o conteúdo da disciplina e até a disciplina em si mesma, voltada para isso. Nesse quadro curricular que está em vigor, nós incluímos duas aulas a mais de mecanização na segunda série. Essas duas aulas seriam voltadas para a tração animal, que a gente, no nosso curso, não trabalhava com tração animal. A pequena propriedade e até grandes propriedades estão usando a tração animal como forma alternativa. Para o pequeno proprietário que não pode ter um trator ou um micro trator, a tração animal já ajudaria bastante.

Com relação ao avanço tecnológico, a senhora sabe que eu estou lendo uma revista feita em 1988, pela EPAMIG, que é a empresa de pesquisa agropecuária de Minas Gerais. Eles fizeram uma revista com produção, pequena produção agrícola. Eles têm uma visão muito positivista, eles tentam conduzir para uma transição. Eles chamam o produtor, o pequeno produtor rural de tradicional, aquele que trabalha com agricultura de subsistência, não conhece a tecnologia e planta apenas culturas de subsistência como mandioca, e essas coisas assim. Vivem precariamente, pois a produtividade é baixa, mas na outra ponta eles estão vendo uma empresa capitalista e eu acho que não é por aí não. Ele tem que receber informações sobre tecnologia moderna, mas acho que ele tem que continuar fazendo a subsistência dele, da família dele lá. E a gente chamaria até de empresa familiar, não empresa capitalista.

É importante a tecnologia, mas existem técnicas que civilizações antigas, como os egípcios usavam, que estão atualizadas até hoje, mas que nosso agricultor desconhece.

Você tem o caso da conservação do solo, da preservação de grão, da irrigação e drenagem que

são técnicas tradicionais, mas que continuam atualizadas, e é importante, também, que a pesquisa continue produzindo novos conhecimentos, havendo atualização.

É preciso atualização pela educação, porque o que a gente vê a assistência técnica fazer é a instrução, a extensão rural.

Então, reúne um grupo, ensina uma técnica, um processo e tal, mas isso é instrução, por isso que eu acredito muito na escola técnica agrícola, quando ela vai educar, a coisa é mais ampla, aquela parte de formação de idéias, de conceitos, que o adolescente, passando pela escola, vai adquirir e vai levar, é necessária. isso é indispensável.

A gente vê, que o Brasil produz hoje 500 Kg de alimento por hectare enquanto a Argentina produz 1.500 Kg. Pensando dessa maneira, nós poderíamos produzir 3 vezes mais na mesma área, é uma calamidade.

A gente poderia definir dois papéis do técnico: seria o técnico, um agente de produção e o técnico prestador de serviços.

Então, o técnico prestador de serviços estaria voltado para trabalhar na empresa, na fazenda, na usina, na cooperativa, vender insumos e dando até assistência técnica para o governo. Acho que a grande preocupação é o agente de produção, aquele elemento que tem que ir para o meio rural e dinamizar, produzir através de uma aplicação, além de acreditar naquilo que ele está fazendo, ele tem condições de aplicar uma tecnologia e elevar a produtividade, vai, assim, conduzir a uma melhoria social e econômica dele, da família, da região, do município.

Agora, o grande problema é o seguinte: o ensino agrícola sempre foi mal assistido, sempre foi relegado a um plano inferior. Sempre enfeitado, deram-lhe oxigênio para



que não morresse, mas não deram vitaminas para que crescesse.

Os governos que passaram por aí, olharam meio de lado, optaram por mantê-lo, mas sem investimentos. A gente nunca viu diretrizes muito claras para o ensino e, por essa falta de diretrizes, o que se vê é uma escola fazendo uma coisa, outra fazendo outra. Por exemplo, um diretor, ele é removido para uma escola agrícola, o órgão responsável deveria chamar esse diretor para bater um papo com ele, conversar, tentar passar as diretrizes, dizer do funcionamento da escola que é totalmente diferente. Não acontece isso, o diretor vai lá na escola, diz eu sou o diretor, assume, aí tem alguns professores em que ele se apoia. Se forem pessoas bem intencionadas, tudo bem, mas geralmente são pessoas mal-intencionadas quando ele acordar, passaram-se dois ou três anos e a "vaca já foi para o brejo" (sic).

A gente vê um desperdício de coisas, de material, dentro da escola, a gente tem até uma preocupação: não estamos roubando tempo do aluno que passa três anos aqui dentro da escola, e no final desse tempo, ele está indo embora daqui e não está levando nada?

Às vezes, as pessoas que estão nos órgãos de decisão, nos órgãos normativos, são pessoas que não são do ramo, nem da produção, nem da educação.

São, às vezes, aventureiros que politicamente galgam aquele posto, fazem reformulações de acordo com a própria cabeça, com o sonho, com a idéia que passaram para ele.

Depois vão embora e a escola tem que ficar digerindo, tentando se adequar àquilo que ficou. Dali a alguns anos, "pinta" outro que vai de igual forma lá para cima, que não tem conhecimento nem de educação, nem de produção, que vem com outras idéias, e o ensino está nessa situação.

A escola é improdutiva como escola, a fazenda é improdutiva como fazenda, há um desperdício de material, vem o recurso para comprar semente, adubo, o óleo diesel, a escola tem a máquina, tem a terra, e depois de algum tempo, a Secretaria tem que mandar o dinheiro para comprar o milho, porque não conseguiu produzir o milho.

Então, para mim, além das diretrizes claras, falta uma supervisão mais eficiente dentro da escola, o supervisor, não vou dizer exclusivo, mas que ele pudesse ir ao menos uma vez por semana à escola.

Tratar junto com a equipe, tentando direcionar ou conduzir no rumo daquelas diretrizes e metas que deve ter. A escola tem suas especificidades, tem que manter isso daí, mas aquela idéia geral, aqueles princípios tem que ter, isso não existe. A gente visitou algumas escolas e vê que o pessoal está lá cumprindo o horário, o quadro curricular, são até bem intencionados, mas falta orientação.

Portanto, considero dois problemas fundamentais: a questão das diretrizes e a supervisão.

Mas uma supervisão para ver, para ajudar, para dialogar, para conversar. Ainda há o problema dos recursos. A escola precisa de recursos, e se a escola tivesse recursos na quantidade certa, recursos financeiros, materiais, humanos, na hora certa, na quantidade ideal, ela poderia até gerar recursos depois. Como o recurso é pingado, deficiente e tal, o gasto é maior.

Ao longo do tempo, passei por várias políticas de ensino agrícola.

Na primeira fase que foi a implantação da Escola-Fazenda, houve coisas boas e coisas ruins. Entre as boas havia, naquela época, um entusiasmo muito grande, recursos, muita disposição.

Agora, porque que não deu certo? No meu entender, as coisas devem ser feitas gradativamente, o crescer tem o nascer antes de tornar-se grande. Não dá para tornar-se grande da noite para o dia. Um dos pecados da Escola-Fazenda foi ela querer ser grande muito rapidamente. Além dos objetivos grandiosos, um dos problemas de inviabilização do Sistema foram os relativos ao preparo do pessoal, eram todos muito novos, pessoal de faculdade, muita teoria, pouca experiência. Existiam muitas coisas utópicas naquela época, quando pensava-se na auto-suficiência da escola, que ela poderia ter uma produção tal em termo de quantidade, que com aquela produção ela venderia uma parte que pagaria todos os custos de produção e o excedente iria como lucro para o refeitório.

Teoricamente, se pode pensar numa escola auto-suficiente, mas aí seria muito complexo em termos de instalações, de área, de aptidão para plantar determinadas coisas, que é fundamental, que é básico.

As terras das escolas, geralmente, não foram as melhores dos municípios, terras fracas, terras mais baratas, com relação à topografia, com relação ao tamanho das propriedades. Então, isso daí levou talvez a um insucesso, mas depois veio a reformulação, quando as escolas saíram do seu "ninho", da sua Coordenadoria e foram juntar-se às escolas da rede. Então, ficou muito difícil administrar(...)

Agora, depois que as escolas vieram para a rede, ficou muito difícil pela subordinação às Divisões Regionais, onde não existia pessoal com conhecimento dessa escola diferente que é a escola técnica.

A escola agrícola é escola, é fazenda, é hotel, então, daí a dificuldade triplice. A Divisão de Ensino nunca tinha trabalhado com fazendas, nem com hotéis, com restaurante, com alojamento,

então, foi difícil até o pessoal se adequar, se entender. Além disso, os recursos sempre foram escassos na Divisão Regional. Apesar disso, eu acho que a resposta era mais rápida quando a gente tinha uma necessidade na escola, a resposta, às vezes, era mais rápida, e eu achava que era mais fácil a gente falar com o diretor da divisão e colocá-lo a par de um problema. Naquela época então, dentro da rede foram criados grupos de trabalho para assessorar a Secretaria em termos de organização das escolas técnicas agrícolas.

Aí teve o GETEP, depois veio o GEAGRI e depois, a partir do Fórum de 83, houve a reivindicação de um órgão para congregar as escolas agrícolas para que tivessem autonomia, autonomia administrativa, financeira porque um dos grandes problemas das escolas, além da falta de recursos, é a burocracia.

A Secretaria de Educação não iria produzir uma legislação de exceção para um grupo pequeno de escolas, dentro do seu universo que é muito complexo.

Por isso foi solicitado pelo Fórum que se criasse um órgão que tivesse autonomia financeira, administrativa para livrar um pouco as escolas da burocracia da Secretaria de Educação para que a escola pudesse ser mais ágil, no comprar, adquirir os materiais que ela precisava, no vender, e tomar atitudes, mesmo administrativas, para ser mais ágil.

A DISAETE não o fez também, porque a estrutura permaneceu e ela não conseguiu a liberdade pretendida.

O grande problema é que sempre faltou à escola agrícola a autonomia para agilizar as coisas.

A escola agrícola não é como a escola comum em que fecho as portas, encerrou o expediente.

Agora, um outro estudo
perativa é que o trabalho é
limitado, mas três
normalmente, o cooper
cio.

Aqui, continua a plantação, os animais, tem o internato, até o pessoal de apoio é diferente do pessoal de uma escola comum. A gente tem aqui outras funções, diferentes instalações, não apenas laboratório e prédio com sala de aula ou prédio da administração, tem tudo isso, mas ainda tem restaurante, alojamento, instalações zootécnicas, as plantações e os animais. De repente, a gente precisa comprar um medicamento, uma torneira, uma peça, um equipamento, consertar uma máquina e não dá para se submeter aos trâmites burocráticos. Às vezes, quando o recurso é liberado já não adianta, pois a gente precisava resolver o problema momentaneamente. Então essa foi sempre a dificuldade que a gente teve, a falta de agilidade para resolver os problemas e a escola em si não ter autonomia, o diretor não tem autonomia, em qualquer atitude administrativa, ele é subordinado ao Delegado de Ensino, ao Diretor de Divisão, ao Secretário da Educação, então, há uma legislação que existe que emperra a atuação do diretor dentro da escola. Além disso, os recursos são muito escassos, falta investimento mesmo, tanto na parte pedagógica quanto na parte produtiva da escola e se houvesse mais investimento na parte produtiva, poderia até ter um retorno maior. Às vezes, todo mal é esse, falta de investimento, recursos deficientes, isso aí atrapalha a escola.

Como eu já disse, um dos pecados da escola-fazenda foi ela querer ser grande muito rapidamente.

Então, poderia começar com uma cooperativa mais simples, com menos atribuições e à medida que a escola fosse evoluindo, a cooperativa também iria se equipando, criando departamentos, ampliando sua atuação dentro da escola.

Agora, um outro problema que eu via na cooperativa é que o associado tinha um prazo limitado, eram três anos e depois acabava, normalmente, o cooperado é um sócio vitalício.

Então, isso daí tornava muito difícil, a responsabilidade do aluno, quando ele estava começando a entender a cooperativa, tinha que ir embora. Então, talvez o órgão ideal não fosse a cooperativa, talvez o órgão ideal fosse o diretor ter mais liberdade, até um conselho de escola, uma co-gestão na escola, na administração da escola, da parte produtiva da escola. Eu acho que não precisava da cooperativa. Esse cooperado dentro da escola é transitório, é passageiro por aqui, ele não é fixo aqui. Não é um cooperado cativo, que passaria longos anos, ao contrário, ele fica no máximo três anos.

Sobre as novas perspectivas, a proposta parece muito frágil, está muito frágil. Inclusive no manifesto.

Eu tenho um receio... a Secretaria de Ciência e Tecnologia deveria vir à escola, conversar, fazer um estudo. Eu até briguei na DISAETE, o pessoal da DISAETE deveria fazer um estudo in loco, sobre o profissional, o perfil dele, o que a escola pensa. A partir daí, então, elaborar as diretrizes, se organizar, pensar a organização do sistema de ensino. Agora, a gente não sabe nem o que se passa na cabeça deles, se é uma escola empresa, que profissional a escola vai formar, quem vai custear essa escola, o que vai acontecer com o pessoal dentro da escola. Esse é um cosmos muito grande, e a gente tinha vontade de conversar com esse pessoal. A nossa escola tinha vontade de conversar, que eles viessem aqui e que houvesse diálogo, porque, de repente, se o que eles estão propondo é uma idéia muito melhor do que a

nossa, e conseguirem nos convencer, nós estamos aqui para tudo.

O duro é um retrocesso. A grande preocupação nossa é que houve sempre uma grita dentro da DISAETE que a escola tinha que tentar baixar os custos. Houve uma sugestão para a gente tentar conseguir empresas para custear a nossa escola, que o aluno precisava trabalhar mais e de repente num certo contato que tivemos, a gente sentiu que, pelo simples fato de passar para uma outra Secretaria, a idéia não existe mais.

Quer dizer, o que até ontem era uma verdade, hoje já não é mais. Isso me deixou muito preocupado. Então, nós temos aí muitas interrogações com relação a isso.

Eu sei que eles vão ter coisas difíceis, como por exemplo, o pessoal efetivo, pessoal estável, e se as escolas se mobilizarem, eles vão ter uma missão muito grande. Só na hora que o pessoal começar sentir que eles vão ficar prejudicados(..

..)

Querem eliminar o internato da escola agrícola. Não há possibilidade, porque nenhum município tem a clientela para satisfazer as exigências de uma escola agrícola. E além disso, a escola é irradiadora em relação à região.

Atendemos aqui uns sete municípios que são pequenos, que tem problemas agrícolas, precisam desenvolver sua agricultura. Um menino que mora no sítio, por exemplo, no município de Ocauca e tem que sair do sítio, vir para a sede do seu município, depois se deslocar até Marília, de Marília para Vera Cruz, de Vera Cruz para a escola agrícola, não pode fazer isso todo dia. Na última conversa que nós tivemos, o pessoal da DISAETE falou que seriam colocados ônibus, mas é inviável. Então, se o internato, do jeito que está, está errado, vamos repensar uma moradia, uma residência com assistente social, psicólogo ou al-

guém que vá trabalhar com esse aluno. Ele não pode ficar abandonado aqui à noite, mas é condição fundamental para existência da escola. Além disso, esta não é uma escola que fechou as portas acabou a atividade. Se uma porca tiver que parir de madrugada, o aluno tem que aprender, para isso, deve estar lá junto. Ou se tiver uma geada e tiver que fazer uma irrigação rápida na hortalica para a geada não queimar, e ele tem que aprender aquilo ali, ou acender um nebulizador para que não dê geada no café, vai ser de madrugada, e se esse aluno estiver na casa dele, como é que ele vai aprender?

Eu não acredito muito, em dar uma teoria numa sala e depois o aluno sair por aí fazendo estágio em fazendas.

Ele vai ver uma coisinha aqui, na cooperativa vai ver outra coisinha, isso para mim não é um estágio profissional. Isso não é educação, mal-e-mal é instruir. Eu acho que no ensino agrícola para adquirir o hábito, para formar, acho que o caminho tem que ser outro, de estar junto no dia-a-dia, vendo e produzindo. Para mim isso é que é aprendizagem. Descartar aquela idéia de uma formação de mão-de-obra para atender uma necessidade do setor, não, nós estamos pensando em habilitar um jovem, para ser um cidadão, para atuar nesse setor que é o mais importante de uma nação.

É um absurdo, hoje, a gente saber que vai ter que importar milho, arroz e feijão, com a extensão territorial e com o clima que nos temos. Então porque ?

Porque o governo não está incentivando é que a produtividade é baixa. Nós poderíamos estar produzindo o triplo. Em tudo nós perdemos: milho, arroz, feijão, leite, carne, em tudo. A produtividade no Brasil é inferior, é uma questão de tecnologia. Essas são as minhas preocupações.



A gente detectou algumas coisas nas reuniões que tivemos na DISAETE. Quando ela entregou uma grade curricular e solicitou para que fosse dada um "enxugadinha", porque a grade deveria ficar com 36 aulas semanais. Quer dizer, reduziu a questão a uma solução aritmética.

Para se chegar àquela quantidade de horas-aula, deve ter alguma razão. Em nossa escola, temos 36 horas-aulas semanais e mais 20 horas de estágio, são 56 horas semanais. Eu acho que a gente não pode ter uma "ilhazinha" de um grupo privilegiado. A escola agrícola tem que ser igual à realidade do 2º grau, daquele menino que trabalha o dia inteiro e vai correr para a escola noturna, então quando a gente exige que o aluno trabalhe um pouco aqui, é até para ele não perder o hábito do trabalho e não sermos injustos socialmente.

Se a gente coloca o aluno para morar aqui gratuitamente, dá comida de excelente qualidade, um local para ele morar, "esse cara" vai ficar um "reizinho" aqui dentro. E isso seria injusto em relação a uma maioria de jovens da mesma idade que estão penando no comércio, na indústria, prestando serviços, para ir, correndo e sem jantar, assistir o curso noturno.

Então quando eu vejo alguém dizendo que trabalha muito na escola agrícola, eu acho que o que está errado é a maneira como se está trabalhando em algumas escolas agrícolas, em que o aluno é um trabalhador braçal. Agora, quando o aluno está trabalhando dentro de um contexto, por exemplo, eu estou capinando, hoje, esse milho, mas participei de outras fases da plantação desse milho, aqui, eu sei que em uma das fases é necessário capinar, isso é importante. Então, eu estou fazendo trabalho manual, mas vou participar das fases seguintes, vou colher esse milho, vou pesá-lo, vou ver quanto deu, ver quanto foi gasto, e



esse milho que eu ajudei a produzir, vou também, consumir. Então eu acho que isso daí não é trabalhar muito.

6.3.2 Antonio Carlos Otoboni de Oliveira

Em 1962, fui transferido para a escola agrícola em janeiro de 1962. Vou completar agora 30 anos. Sou casado, tenho 10 filhos, e sou de profissão livre. Em 1962, no dia 18 de janeiro de 1962, entrei na escola para ensinar português, para dar aulas de português.

Assumi um número maior de aulas, com 120 aulas por semana e estou aqui até hoje. No dia 18 de janeiro de 1962, fui transferido para a escola agrícola em Zootecnia e tenho 30 anos de profissão.

6.3.2 Antonio Carlos Otoboni de Oliveira

Em 1962, fui transferido para a escola agrícola em Zootecnia, para dar aulas de português. O curso de português da escola agrícola em Zootecnia foi criado em 1962, com o objetivo de preparar os alunos para o curso de português da Universidade de São Paulo. Fiz a inscrição e fiquei aguardando ser chamado para fazer um teste para disputar uma vaga, no fim não comparei. O número de alunos foi reduzido e foi cancelado o curso na UNESP. Então, fui fazer na Faculdade de Educação para fazer o curso de Pedagogia na Unimar.

Só trabalho aqui na escola agrícola. Eu penso assim: o que acontece com a gente, nessa área de Agricultura? A gente dá uma assistência técnica ali, vamos dizer, um conselho para os alunos, mas não é trabalho, geralmente não é remunerado. Aqui a gente tem um salário fixo.

Em relação ao desenvolvimento das aulas, a gente tem que cumprir o conteúdo programático que é comum a todas as escolas. Até 1967, havia uma diferença muito grande entre o conteúdo da disciplina de Criação na 2ª série da nossa escola, por exemplo, e disciplina de Criação na 2ª série da escola de Espirito Santo do Pinhal, por exemplo. Do mesmo, Criação e Desenvolvimento Administrativo e Economia Rural e, em 1980, unificou (até).

A DISNET convocou todos os professores das disciplinas, por etapa, e nós chegamos, depois de um trabalho, nos chegamos a um único conteúdo, comum a todas as escolas.

Eu comecei a trabalhar na escola agrícola em janeiro de 1982, vou completar agora no ano que vem, 10 anos, e eu só lectionei aqui. Eu me formei no dia 18 de janeiro de 1982 e entrei na escola uma semana depois, para dar umas aulas de substituição.

Apareceu um número maior de aulas, completei a carga e estou aqui até hoje, são 10 anos até hoje. Sou formado em Zootecnia e tenho Diploma de Esquema I. Eu fiz Esquema na Faculdade de Presidente Prudente, na época, devia haver um curso patrocinado pela Faculdade de Botucatu da Unesp, ela ofereceu o curso de Esquema, fiz a inscrição e fiquei aguardando ser chamado para fazer um teste para disputar uma vaga, no fim não completou o número de alunos e foi cancelado o curso da UNESP. Então, fui fazer em Prudente para não perder tempo e fiz Pedagogia na Unimar.

Só trabalho aqui na escola agrícola. Eu pensei assim, o que acontece com a gente, nessa área de Agropecuária? A gente dá uma assistência esporádica aí, vamos dizer, um conselho para um amigo, mas não é trabalho, geralmente não é remunerado. Aqui a gente tem um salário fixo.

Em relação ao desenvolvimento das aulas, a gente tem que cumprir o conteúdo programático que é comum em todas as escolas. Até 1987, havia uma diferença muito grande entre o conteúdo da disciplina de Criação na 2a. série da nossa escola, por exemplo, e disciplina de Criação na 2a. série da escola de Espírito Santo do Pinhal, por exemplo. Ou mesmo, Irrigação e Drenagem, Administração e Economia Rural e, em 1988, unificou (sic)

A DISAETE convocou todos os professores das disciplinas, por etapa, e nós chegamos, depois de um trabalho, nos chegamos a um único conteúdo, comum a todas as escolas.

Então, a gente tem que seguir esse conteúdo. Eu como professor - leciono Criações na 2a. série-, procuro fazer com que aquilo que a gente passa, as informações que a gente passa na sala de aula, informações teóricas, sejam praticadas o máximo possível. Ou seja, sair a campo e usar aquilo que aprendeu, aquilo que eu passei para o aluno, a gente procura passar para ele a nível de campo realmente (sic).

Falando, por exemplo, na alimentação dos animais: no caso do suíno, todas as informações, as exigências nutricionais, a formulação da ração, a gente faz, a gente ensina a fórmula para o aluno e ele vai fazer, ele vai confeccionar.

Então, o aluno sabe que material ele está usando para que se serve esse ou aquele material, não é um "negócio mecânico". A gente procura não deixar acontecer assim, um trabalho mecânico.

O aluno vai lá na fábrica e simplesmente aperta um botão, tritura o milho, etc. utiliza a soja como ingrediente da ração, mas não sabe o que é soja, para que serve o milho, então, a gente procura passar essas informações a nível de sala de aula e depois vai para prática e volta para aquele comentário, aquela discussão de sala de aula.

Nessa aula prática, a gente procura fazer uma demonstração de algum assunto relacionado com a disciplina e seria uma demonstração feita pelo professor.

O aluno participa, depois, o aperfeiçoamento e a utilização disso, desse determinado assunto, ele vai fazer no estágio supervisionado que é durante o ano todo. Seria o caso, só para exemplificar, a utilização dos equipamentos da fábrica de ração, na aula prática a gente demonstra o funcionamento, quanto tempo pode ficar ligado, a capacidade. Isso é o que eu considero uma aula



prática, depois de ter comentado isso em aula teórica e num estágio ele vai utilizar, ou seja, ele vai confeccionar a ração para tratar dos animais, etc, então isso é o dia-a-dia, então isso eu considero isso o estágio (sic).

O estágio seria a execução dos Projetos Agropecuários pelos alunos e supervisionado pelos professores.

Então, o estágio seria o desenvolvimento dos Projetos Agropecuários, no meu caso seriam os projetos da área de criação. Então, a gente procura ao máximo relacionar a teoria, dessas disciplinas da área diversificada, da Parte Diversificada e procura demonstrar na prática e aí, vamos supor assim, desenvolver o estágio do aluno.

A nossa escola dobrou a carga-horária, inclusive. Antigamente, eram duas horas-aulas de estágio, hoje são quatro. Então o aluno passa praticamente um período no campo.

É dessa maneira que eu procuro fazer o relacionamento entre a teoria e a prática. Não é fácil, encontro uma série de dificuldades, mas, a gente procura demonstrar da melhor maneira, vamos dizer, sem contar a falta de equipamento, a falta de insumo geral, o atraso, mas melhorou bastante isso aí.

Hoje, nós temos as instalações novas, modernas, quer dizer atendem às necessidades. O aluno sai daqui com consciência, eu acho que ele sai capacitado para enfrentar uma propriedade comum.

O programa de conteúdo unificado, a gente procura seguir, tem uma liberdade de um adicional. Vou dar um exemplo, da disciplina de Criações da 2a. série. O projeto agropecuário que eles desenvolvem na área de criações, na 2a. série, é suinocultura. Na maioria das escolas também é, ocorre é que existe uma escola em outra região onde é mais comum a criação de coelhos,

por exemplo, então, muda de suíno para coelho. Mas voltando ao conteúdo, a gente pode adicionar e a gente procura fazer isso. Além de passar para frente, falando o ano todo sobre a espécie de suíno, nós podemos, se sobrar tempo - esse ano creio que vai sobrar -, falar um pouco de cunicultura (criação de coelhos). Então, aumenta o conteúdo, acho que não existe uma proibição, mas é tentar vencer o programa.

Em relação aos equipamentos, hoje, está praticamente resolvido. Há uns quatro anos atrás, estava difícil, porque tudo que a gente passava para o aluno em termos de conhecimento teórico, na prática, nós não tínhamos equipamento algum, ou senão muito antigo, quebrado, fazia muita adaptação.

Até certo ponto era bom, o aluno ficava mais criativo, ele tinha que inventar e a obrigação do técnico hoje é fazer, nós temos que preparar o aluno para todo tipo de situação, o professor não pode se prender muito ao conteúdo, e ficar firme ali, então a gente procura dar mais liberdade para o aluno criar, inventar, ele tem que aprender a "se virar".

Ele não vai encontrar tudo "de mão beijada" aí nesse "mundão", então a gente procurava, e até hoje procura criar.

É o que eu sempre falo para eles, a gente precisa criar um ambiente tal para os animais que eles possam se desenvolver normalmente, produzir normalmente, agora de maneira, aí cada um tem que usar o bom senso, e agir da melhor maneira, utilizar os equipamentos da melhor maneira, se não tem todos os equipamentos, procurar dar um jeito, adaptar, criar.

Então, em questão de material seria isso aí, agora, material teórico, nós temos que preparar as aulas, "mastigar", depois passar (sic).

Normalmente são alunos pobres, exigir apostilamento de material fica difícil. A gente consegue alguma coisa em termos disso aí, mas é o mínimo, mas, temos que preparar as aulas e passar para eles.

Em relação ao avanço técnico na agricultura e a modernidade, é aquilo que eu estava dizendo: a escola progrediu muito. Eu acho que a escola progrediu bastante, e a gente tenta mostrar para o aluno a realidade, são práticas simples de manejo, que é o dia-a-dia.

A gente poderia, um dia, ter até condições de criar ou demonstrar para eles outras espécies, por exemplo, que não são assim muito comuns. No mais, tenho essa preocupação e acho que os outros professores, também. É o caso de culturas, é o arroz, feijão, milho, que são culturas básicas. No caso do café, que é a principal atividade da nossa região, então, no caso de criação, seria a criação que nós temos aqui, a criação de aves de corte, postura, sericultura que é comum, a bovinocultura - leite e corte - que também é comum na região.

Então, dentro dessas espécies, procurar ensinar da melhor maneira e mostrar aquilo, realmente que ele vai usar lá fora. O que o aluno precisa saber para poder, vamos dizer, trabalhar numa propriedade, gerenciar uma propriedade, uma propriedade agropecuária, no caso.

Eu acho que a escola avançou bastante nesse setor de equipamentos, tudo que há de moderno a gente procura passar, nós professores temos que andar atualizados para poder passar para o aluno.

Quer dizer, a medida que se vai avançando, vão surgindo novas técnicas, a gente tem que "se virar", antigamente havia cursos de reciclagem, isso era importante, ajudava bastante.

Nós formamos a relação. Depois parou. Então, a gente tem que ir por conta, acompanhar essa modernidade, vamos dizer.

No mais, é aquilo mais comum que é preciso ensinar. Com relação a esse avanço técnico, eu acho que a escola progrediu bem.

Em relação aos professores da educação geral, com esses professores da área comum, a gente vem tentando fazer, de uns anos para cá, a integração de disciplinas. Há um tempo atrás a gente falava muito, vamos sentar, vamos fazer e tal e não sei se havia alguma coisa "barrando" isso aí.

Parece que de uns dois anos para cá a coisa, eu não sei, parece que ficou um "tiquinho emaranhado" alguma coisa, parece que acabou, então a gente, na confecção dos conteúdos, senta com os professores da área comum, Matemática, Física, Química, Biologia, principalmente no caso de Criações, e procura ver o que é que eles vão passar, o que aquele conteúdo que o professor resolve passar para o aluno se tem interação com a parte de criações, se tem, porque e como nós vamos fazer. Então, há um contato, há um acordo na confecção. Então a gente faz junto, ela faz o trabalho dela junto com a gente. Está havendo integração entre os dois setores, esse ano principalmente.

Nós temos aqui, quatro professores com Projeto Curricular. Um Projeto Curricular é chamado grupo de estudo, já estás no segundo ano. No primeiro ano, foi um pouco embaraçoso, acho que era por ser a primeira vez. Este ano, a coisa parece que melhorou bastante, está desenvolvendo melhor. Eu acho importante, não sei se eu vou estar falando certo, com essa recuperação paralela que nós somos obrigados a fazer com o aluno, durante o ano todo, então, a gente procura passar essas informações para esse professor.

Nós fornecemos a relação dos alunos que precisam de um reforço, vamos dizer, em que parte do conteúdo esse aluno está precisando de um reforço, e o professor do Projeto Curricular vai cobrando do aluno, vai ensiná-lo estudar, e está surtindo efeito isso aí (sic).

Um outro projeto do professor de Educação Física, eu confesso que estou meio por fora do que está fazendo e os outros dois são projetos para assistente técnico. Então, tenho um projeto de 13 aulas e o professor Antúlio de 13 aulas para dar apoio na área de cultura, no caso do professor Antúlio, e eu na de criações. Seria um elo de ligação entre o diretor que é leigo, na área de agropecuária, e os professores da área técnica. É o segundo ano que a gente está trabalhando, eu acho que é importante e tem ajudado bastante. Dá mais tempo para ele trabalhar com o aluno, com professor da área comum, etc.

Para falar sobre as alterações nos órgãos centrais e a escola, acho que eu vou entrar em detalhes, por exemplo, em questão de ajuda financeira, aí complica um pouco mais. Vamos ver se eu consigo falar alguma coisa sobre, o que existe na realidade desde quando eu cheguei aqui. Há uma vontade muito grande na maioria dos professores, de um grupo, de mudar o próprio funcionamento da escola em relação ao aluno, ao projeto agropecuário e, volto a dizer, essa parte de aula teórica, aula prática, estágio supervisionado.

Então, acho que se houve mudanças foi bem devagar, mas houve mudanças e da maneira que a gente queira. Só que todo ano é o seguinte, há uma dificuldade muito grande, há muita mudança, insegurança há uma instabilidade muito grande, principalmente quando muda o governo e entra outro(...)

Houve muitas mudanças, troca de pessoal, de diretores, etc. Foram tantas vezes que aconteceu

isto, que a gente passa até a se acostumar com essas mudanças, mas no fundo não mudou muita coisa. O esquema é mais ou menos o mesmo. O que houve quando eu entrei aqui, pela Divisão de Ensino que coordenava essa parte da fazenda, da escola, depois foi criada a DISAETE. E praticamente o esquema é o mesmo em questão de fornecimento de insumos, orientação dos projetos agropecuários, houve melhorias, houve controle, organização.

Está mais organizado, há uma preocupação maior, há uma cobrança maior, não sei se para outras escolas também.

Acho que evoluiu, não tanto. A gente vem atendendo a essas cobranças, e eu particularmente me sinto até mais tranquilo em trabalhar nesse esquema, tudo certinho, o preto no branco.

De falta de insumos, vamos dizer, falta de verba, sempre ouvi falar, desde quando entrei aqui.

Sempre o mesmo problema, todo ano a gente tem a idéia de plantar mais milho, mas não tem dinheiro. Tem a idéia de aumentar o projeto de suinocultura, aumentar um pouco, falta dinheiro, mas já melhorou, aumentando, modernizando. Eu acho que nos ganhamos muito na área de criações, principalmente.

Mas todo ano tem problema de verba: quando não falta, atrasa.

Mas a gente vem dando jeitinho e não deixando de executar os projetos e etc. Pode, às vezes, reduzir um pouco a área plantada, mas em compensação, aumenta em outro tipo de cultura e assim por diante.

Então, essa evolução eu acho que houve, inclusive para melhor, principalmente na parte de organização. Eu acho que a coisa começou a se organizar, a fazer um trabalho mais sério do 2º ano do governo Montoro para cá.

Acho que tem solução para o problema. Tem que melhorar, pior do que está, não pode ficar.

Melhorou bastante, nós tivemos uma assistência boa, depois no governo Quéricia não mudou muito, nós sentimos um pouco mais de falta de incentivo, de apoio do governo, não falo tanto de abandono, mas "afrouxou" um pouco a parte do governo. Mas tocou, e agora parece que está havendo um pouco mais de interesse em reestruturar, porque a gente não pode tomar por base só a nossa escola, e eu não posso ficar fazendo propaganda da minha escola, mas, de modo geral, não está bom, acho que o ensino em si.

Acho que evoluiu, não tanto, mas melhorou, mas não mudou muito não, é aquela velha história.

Há alguma melhoria, mas os problemas ficam. Eu sinto que não há desinteresse, pelo contrário, acho que há interesse de melhorar, acho que ninguém assume um cargo, aí, a fim de "botar coisa para quebrar", para destruir, todo mundo que entra quer o melhor, ou pelo menos tem boas intenções.

Entra governo, sai governo, todo mundo quer melhorar, tanto na área de educação, transporte, saúde, a questão é que a gente sabe que a coisa não está boa, mas os problemas na realidade é que continuam existindo, houve solução para alguns problemas, mas muito pouco.

Mas, eu percebo que há uma preocupação, tanto há, que nós fomos transferidos de Secretaria, há um grupo de estudo para reestruturação do ensino técnico, tanto do industrial como agrícola. Então, se estão fazendo alguma coisa, acho que é para melhorar. Eu estou esperando um apoio maior para o ensino agrícola.

Em geral, eu acho que eles vão enfrentar, "pegar um abacaxi" para descascar, e se o pessoal tiver vontade, "garra", e o governo der apoio, acho que tem solução para o negócio. Tem que melhorar, pior do que está, não pode ficar.



Eu acredito que eles vão exigir mais, e devem exigir, quem tem vontade de trabalhar, quem trabalha sério, eu acho que não vai sofrer tanto. É duro quem não está "a fim, aí é fogo". Eu espero maior apoio por parte do governo, dessa nova Secretaria.

Acho que eles deveriam ouvir mais a gente que trabalha a mais tempo, está "dentro do barco, no meio do rio", para depois tomar uma atitude assim de mudança prática em qualquer setor.

Eu acho que eles deviam consultar a gente primeiro, não que são obrigados a fazer isso, é uma sugestão.

Agora, acho que aqui já mudou. Esse governo quando entrou, já elegeu aí um grupo para estudar a educação em geral e está começando a fazer mudanças para melhoria, diz que vai investir e tal. A gente espera um apoio firme, aí, vamos ver se melhora. O que a gente pode reafirmar aqui, de uma maneira geral, é a apreensão da gente que está trabalhando e está bastante insegura.



6.3.3 José Fernando Peloso

FOR CANCELLATION OF ORDER FOR THE CANCELLATION OF
ORDER FOR THE CANCELLATION OF ORDER FOR THE CANCELLATION OF
ORDER FOR THE CANCELLATION OF ORDER FOR THE CANCELLATION OF

Estou aqui há sete anos, desde abril de 84. Sou Engenheiro Agrônomo, formado pela escola de Paraguaçu Paulista, no ano de 80. A gente mora num sítio até hoje, nasci lá, e a gente cuida disso aí, mas só que não tem remuneração nenhuma. Só que a gente mantém, tem um irmão que depende disso aí, eu, particularmente, só da escola (sic).

Em relação às aulas teóricas e práticas, eu procuro dar teoria antes de qualquer prática.

Por exemplo, a gente vai ver enxertia, enxertia de s

citros, então procuro passar para os alunos toda a teoria, depois a gente tem aquelas aulas práticas, a gente leva para prática e procura fazer isso aí. Que nem a capina, é uma atividade que os alunos fazem muito aqui na escola.

Eles tem que criar uma rotina, mas eles tem que ver que tem que ser feito isso. Então, se a gente tem que, por exemplo, manter o café limpo é porque vai produzir mais.

Então, é visando aumentar a produção, certo. Outro exemplo, vou falar da matéria orgânica: para que serve a matéria orgânica? Então, sempre a gente procura o melhoramento da cultura, visando o aumento da produção. Como no caso de Topografia que é uma matéria que usa muito Matemática, então, a gente tem na teoria que praticar bastante, fazer muito exercício, ensinar o manuseio do aparelho, depois os alunos vão a prática, vão usar esses aparelhos. Então, a gente sempre vai da teoria à prática, e a prática nossa é forte. Metade das aulas são totalmente práticas. Os alunos tem uma boa experiência, também, eles saem da escola, comparando com agronomia, por exemplo, em agronomia tem seis meses de Topografia, aqui na

escola são 2 anos. Então, eu tenho certeza que o aluno sai muito melhor, em Topografia, daqui da escola agrícola do que de uma faculdade, isso a gente sentiu porque a gente já fez.

Em relação ao conteúdo, eu procuro, quando a matéria é técnica, livros técnicos. Por exemplo, o assunto é café, eu faço pesquisa em vários livros, e eu não tiro o conteúdo de um livro só, então, eu formulo um conteúdo baseado em vários livros, sempre procurando livros atuais.

Em relação ao avanço técnico da agricultura, isso é uma coisa que esse ano a gente está fazendo bastante (sic).

os vamos começar agora uma estufa, porque estufa está em pauta, está na moda aí.

Então, essa estufa é uma coisa atual, é uma coisa nova. Enxertia de café, na época que eu fui passar essa matéria para os alunos, eu fui na Com-pemar para ver como é que fazia, como é o procedimento para enxertar café, porque enxerto de café é uma coisa que se faz de uns cinco anos para cá, antigamente nem se falava nisso. Então eu fui lá, trouxe para cá, fizemos e deu certo.

Com relação aos professores de educação geral, a gente tem bastante integração.

Por exemplo, a profa. de Biologia, ela vai falar sobre flor, então ela vem e pergunta para gente, nós temos um bom relacionamento. No caso de Matemática com Topografia, o Desenho também com Topografia. Que a Topografia, usa muito desenho e fórmulas de matemática, trigonometria, então tem que ter um relacionamento constante com esses professores, no caso de cálculo de área, então, isso aí, a gente tem que estar sempre, tratando, conversando com os professores, fulano está mal em tal parte, não sabe fazer, usar, fazer por exemplo, regra de três. É constante esse



relacionamento.

A evolução da escola em função das políticas adotadas, eu acho uma coisa meio polêmica, eu não sou muito político. Desde que estou aqui, acho que foi o Montoro em 84, depois foi o Quéricia, dos dois, quem fez mais foi o Montoro, foi a época em que não faltava nada para escola, e isso em termos de salário do professor também, comparado com o governo passado do Quéricia, o do Montoro era muito melhor. O governo Montoro foi assim, nunca pode dar grandes coisas, mas também nunca penamos com ele. Agora o Quéricia, na minha opinião foi pior.

Essa mudança da DISAETE, essa mudança do quadro curricular nosso foi no tempo do Quéricia. Eu senti como uma melhora, embora em termos de salário fosse pior. A mudança que teve na grade da escola, melhorou visível, melhorou 50% a mais do que era (sic). Embora, muitas vezes, o recurso chegasse para gente atrasado, por exemplo, o adubo para plantar milho vinha em dezembro, quando a época de plantar milho é em outubro.

Então nessa parte, havia muito atraso, mas para a escola, a gente que está aqui, teve uma melhora. Agora, o governo novo vamos ver, a gente ainda não sabe. A gente espera que toda mudança que melhore, não que piore, mas não sei. As vantagens que eu vi no governo Quéricia foram as mudanças como essa abertura que teve, que cada escola podia fazer a grade.

Na época que a gente era novato aqui, não enxergava as coisas, mas eu acho que a ligação direta daqui a São Paulo, sem passar pela Divisão, na minha opinião foi melhor.

As coisas assim, no contato mais direto com o pessoal de São Paulo, se precisava de qualquer coisa ligava direto para eles, falava com eles, mandava ofício. Então, eu acho que teve uma melhora quando foi criada a DISAETE, sem ter que



Agora já está decidida passar por Marília, a verba vinha direto de São Paulo para cá, e era liberada na mão do diretor. Então, tinha, assim, maior facilidade porque é a gente que faz a lista do que precisa, dos insumos, tudo, e a gente mesmo que procura o melhor.

O grande problema que eu acho aqui, eu não sei se a senhora notou, que a gente perde muito aluno, a evasão é grande.

É uma das causas que a gente luta, embora fique limitado sempre no dinheiro, mas o que a gente precisa é o o apartamento. As condições, o alojamento dos alunos que está em estado precário.

Então, no começo do ano, o aluno vem animado, na hora que vê as condições de moradia, como são difíceis, ele não fica. Essa é uma das causas do grande problema da evasão.

Um outro problema é que a escola, nem sempre, tem os recursos para a gente poder trabalhar como quer, como no caso de insumos, na parte de cultura. Muitas vezes, a gente quer usar um herbicida, por exemplo, mas o dinheiro do Estado não dá para comprar. A gente tem muitos implementos, às vezes, tem em excesso de um e tem outros que faltam. Isso aí é um problema.

Não tem um planejamento para compras. Por exemplo, a gente já tinha roçadeiras, mandaram mais uma. Quando a gente precisa de um pulverizador tratorizado, que a gente pede, não tem. Então, não tem uma ordem. Isso tudo é um problema.

Problema com relação a aluno, eu nunca tive e não tenho, a gente sabe "domar eles". A gente se dá bem nessa parte aí (sic).

O maior problema é o dinheiro mesmo. Faz uns três anos que precisa dar uma reforma nos aparelhos de topografia e não tem jeito. A gente conversa com o pessoal de São Paulo, eles não dão chance de resolver isso aí. Então isso é problema.



Agora já está decidida a mudança para uma outra Secretaria, a gente fica com um "pé na frente e outro atrás". Porque a gente não sabe o que é que vai ser. No caso, o maior medo das pessoas seria perder o emprego, a gente não sabe, se essa mudança, como é que vai ser, no caso de atribuição de aula, se a gente fica na escola, se não fica.

Uma segurança precisa ter, isso é o que penso. É aquilo que eu falei, toda mudança a gente acha que é para melhorar. Em termos de recursos, diz que não vai ter problema. A gente vê isso aí bem animado. Agora, vamos ver. Pelo seguinte, a gente montou a escola, depois dessa mudança da grade, então tem um período de estágio, um período de aulas teóricas, então tem mais tempo para trabalhar. A escola engrenou dum jeito! Já faz uns três anos que a coisa está desse jeito e, cada vez, a gente sente que a coisa está melhorando. A produtividade aumentou, então, a gente se anima. Agora vem essa mudança aí, se a gente muitas vezes começa a pensar até desanima, porque a gente não sabe, por exemplo, se para o milho que nós plantamos na semana passada, se o recurso vai vir, ou se não vem. Então, a gente fica as vezes meio apreensivo.

Sinceramente, a gente vê que o mercado não está absorvendo tantos técnicos como antigamente, mas de uma maneira geral, tudo está relacionado com a agricultura, com a agropecuária. A coisa não está indo bem, então, a gente não está tendo valor quando deveria ser o contrário.

Então, a gente espera que haja uma melhoria na agricultura, que o governo incentive mais para ter um campo maior para o técnico.

Faz quatro anos que estou na escola, fez em abril, dia 14, antes eu trabalhava em firmas, trabalhei na Xereta, então era outra experiência. Aí, terminei Matemática, depois fiz também Administração e Orientação.

Minha experiência como docente teve início começando direto aqui, é uma escola diferente das outras, a gente percebe, tem alunos de vários Estados, várias cidades, cada um vem com uma cultura, vem com aprendizagem diferente.

Sempre tem que fazer um apanhado e dar uma volta. É preciso, queira ou não queira, não dá para correr o programa. Eu não corro, não sei se estou certa, se estou errada, que eu tenho que fazer um apanhado, dar uma volta, ver em que ponto eles estão, porque tem uns que viram demais e outros viram de menos, então tem que deixar mais ou menos no mesmo nível, é a nossa parte (sic).

Em Matemática, o material que a gente usa mais, não tem como, o material para eles é a sala de aula, o giz, o caderno.

Livro não dá para adotar, que o conteúdo aqui não é aquele comum, tem que ser adaptado do curso dali que aqui é curso técnico em agropecuária.

Então, a matéria não é pegar do 1º colegial e por aqui, não, não é.

Entre as matérias de educação geral e especial, é feita integração todo começo de ano. Nós já fizemos desde o 1º ano que estou na escola, já fizemos essa integração. Então, o que tem que usar mais na parte de Zootecnia, na parte de Criações, por exemplo, é regra de três. Tem que dar um reforço muito grande, de porcentagem eles precisam muito, eles usam o dia todinho, eles tem que fazer o cálculo da ração, cálculo de irrigação, para plantar, na silagem, então tem que fa-

zer essa integração de disciplinas e isso é feito todo começo de ano, no planejamento.

Eu sigo um programa, mas se eu precisar voltar, explicar uma coisa que eles não tenham visto de 5%, 8%, eu paro meu programa e volto. Eu não fico preocupada, se tenho que dar aquilo, se tenho que terminar, acho importante ter a base, porque, depois sozinhos, eles podem estudar.

Eu tenho feito isso e dá certo. Eu faço assim: volto, paro, explico a matéria. Depois, eles mesmos falam: é só isso? Então, depois eles mesmos conseguem acompanhar.

Eu comecei a aprender junto com eles (professores da área técnica) muita coisa de agricultura que eu não sabia, eu aprendi, porque a gente é professor, mas também aprende muito com eles. Eu aprendi muita coisa que não sabia.

Eu acho, que cada um aprende com o outro. É uma ajuda mútua, um explica para outro, e também, aqui para nós, parece que não, mas mesmo que a gente seja da parte comum há entrosamento. Quando a gente precisa conversa com eles, a gente senta, explica na parte da avaliação, mesmo com o programa, se a gente tem dúvidas, um auxilia o outro.

Quanto ao Projeto Curricular de Orientação de Estudo, tem alunos que não se interessam mesmo, eles estão mal de nota e não adianta a gente forçar. Eu não vou "pegar no braço", agora, para aqueles que se interessam, a nota deles aumentou, todo rendimento escolar deles.

Não só em nota, eles estudam, é um enriquecimento cultural para eles. Tem havido sim, um bom desempenho. O ano passado, eu achei que o ano passado não teve tão bom rendimento como neste ano. No ano passado, eles não tinham entendido o que era esse projeto de estudo. Este ano, já houve uma conscientização da parte dos alunos, eles

achavam que era "besteira" - é o palavreado deles, "besteira" -, perder tempo. Agora um menino falou: que pena eu não ter seguido o projeto ano passado, o que eu pensei estava errado, não é perda de tempo, e sim é bom para nós e não sabíamos.

Nesse projeto entram todas as áreas. Os alunos, por exemplo, de Agricultura, ou Zootecnia ou de Criações, que não estejam correspondendo, ou na aula não aprendem, o professor encaminha para o meu projeto. Então no projeto, ele passa a matéria a ser estudada, o aluno estuda, mas a cobrança, é do professor da área. No meu caso, é só a orientação mesmo, porque tem aluno que não sabe estudar. Eles acham que é só ler, ler sem compromisso nenhum. A gente tem que mostrar que passa por várias etapas, que de uma vez só a gente não grava nada, e decorar também, não é aprender. Então tem que aprender a escrever com as palavras dele, o que eles entenderam, tem que ser com as palavras deles, como eles entenderam de fato. Eu não sei se esse é o processo certo, é assim que eu explico para os meninos e, também, oriento como fazer pesquisas. A gente orienta, fala que no curso não é só sala de aula não, tem que fazer pesquisa.

Só agora que eu estou começando a entender as mudanças de Secretaria, de governo, porque eu nunca tinha parado e pensado em política. Eu era aquela que não ligava, eu não me preocupava, só comecei a me preocupar agora.

E a gente ouvindo, os demais falarem, então acho que a mudança que tem ocorrido foi para pior, pelo menos, esse é o comentário que eu ouço.

Analisando, todos falam que em vez de melhorar está piorando.

Agora, com essa nova mudança, vamos ver. Tem que esperar um tempinho, vamos esperar um ano para ver o que vai ser, mas eu não estou muito otimista não. Não estou, porque eles (governo) pensam mais neles do que no próprio aluno. Outra coisa, eles não estão pensando no professor também. Eles estão pensando mais neles, vamos ver se vai dar resultado.

Por exemplo, no curso noturno, não é o nosso caso aqui, mas será que aumentando a duração do noturno, vai melhorar? O aluno já está cansado, se está cansado, aumentando o horário eles também não vão aguentar. Eu acho que vai ter mais evasão, ainda. Eu lecionei, há dois anos atrás, no noturno. Chega sexta-feira, depois do recreio, a gente tem que ser malabarista, criativa, porque senão, eles vão embora, e é na base da opressão, da nota, dando provinha, senão não segura o aluno (sic). Tem que forçar nota, falar que vai descontar, exigir, tem que adotar aquele método de olhar o caderno, assinar embaixo, porque senão eles vão mesmo. Mesmo fazendo isso tudo, tem aluno que prefere perder prova, mas não fica. O aluno não está mais preocupado com nota, com nada. Eles vão à escola, mais para descansar de casa. Não sei se a senhora já teve oportunidade de ver aluno dizendo: aqui na escola eu descanso, na minha casa não.

Então, eu acho que isso tinha que mudar, tinha que conscientizar mais esses alunos, mesmo aqui, tem aluno que fala: eu trabalho menos aqui do que na minha casa, principalmente alunos que vem de sítio, que tem o pai que é agricultor ou trabalha em fazenda.

Todo mundo tem a idéia de que aqui na escola o aluno trabalha muito. Não é não. Não é trabalhar excessivo, ele vem para cá para

aprender, eu acho que o aluno que não sabe carpir, não sabe mandar. É uma coisa minha, tem que saber fazer, para poder mandar. Quem não sabe fazer, não sabe mandar.

Então, tem aluno que fala: eu não vou para a escola agrícola porque lá eu vou ter que trabalhar, que nem um camelo, e de graça! Não, não é assim, eles têm que saber carpir, saber plantar, saber semear, saber a erva daninha que têm que tirar, porque senão, como vão tomar conta de um sítio, de uma fazenda, serem bons técnicos?

Então, para ser um bom técnico tem que haver esse aprendizado.

Agora, na perspectiva da mudança, eu já falei, acho que tem que esperar para a gente ver.

Agora, nessa mudança de Secretaria, nós não estamos muito ao par, ainda. Uma falha minha, eu não li o Diário Oficial, mas, também, conversando com a Zinha (Assistente de Direção), ela falou que veio pouca coisa.

Ela falou vamos esperar que ele (Diretor) está na reunião, vamos ver o que ele vem falando. Eu acho que a mudança vai vir para melhorar. Penso que a mudança vai ser brusca.

Eu acho, também, que nós deveríamos incentivar mais o pequeno agricultor a fazer com que os filhos venham para a escola agrícola, porque senão vai começar aquele êxodo rural, que já tem (sic). O agricultor já vem demais para a cidade.

A gente vê, não sei se em outras regiões, mas na nossa região tem ônibus escolar que é uma oportunidade para os alunos.

O que acontece?

Os pais aproveitam o ônibus do transporte escolar e vem comprar um quilo de tomate na cidade, pé de alface e tal. Isso eu não aceito. Isso acho que deveria ser mudado, ou a prefeitura, proibir de fato, se é um caso de doença, esse é outro caso. Mas, vir a cidade comprar alface, batatina, alho, cebola, essas coisas, eu não aceito.

to. Não sei se eu estou errada, se não estou dando oportunidade para o pessoal do sítio, mas eu não concordo. Todo mundo está pondo aquele "tampão", fazendo que não enxerga. Depois fala, tem que fazer reforma agrária, como fazer reforma agrária se esse povo não trabalha?

Então, eu acho que tem que ter uma conscientização, não sei se parte da escola, da comunidade, da prefeitura ou mesmo do governo para que haja essa mudança.

Começar a conscientizar desde pequeno, mesmo nessas escolas isoladas, como a Santana e a Bandeirante.

Então, começar dali a seção agrícola, para começar desde pequenininho, para melhorar, porque o estudo deles vai melhorar a produtividade da terra.

Eu acho que a criança vê que o pai vem para a cidade, a mãe vem, eles também vão vir. Então, fica a parte agrícola abandonada, com erosão, esse é um grande problema que nós temos aqui: erosão, desmatamento.

Essa conscientização tem que começar desde os pais, passar para os filhos para, quando entrarem na escola, já terem pré-concebida essa idéia de conservação.



Estou aqui desde 1964. Aqui não tinha telefone, nem condução para a cidade. Em meu trabalho de enfermeiro, sentia-me mais útil, era mais procurado pelos alunos que eram pequenos. Cheguei a morar aqui, nesta casa onde estou. Aqui era Iniciação Agrícola. Eram alunos de grupo escolar, faziam aquela preparaçãozinha para ir para o ginásio. Depois, a escola foi evoluindo, passou a Colégio. Com os alunos mais velhos mudou.

Sou enfermeiro, sempre tive essa função aqui de modo que já tive melhores condições na farmácia, tinha estante de medicamentos, depois, a coisa aqui foi estacionando e, hoje, em dia quase não temos medicamentos. O que eu posso dizer é muito pouco. Quando tem necessidade de remédios, o diretor faz um ofício, manda para o Centro de Saúde. Quando tem os medicamentos pedidos, eles mandam, se não fica por isso mesmo.

Sobre a escola em geral, é difícil dizer, a gente sempre foi fora desse setor.

Minha vidinha sempre foi aquela de fazer uns curativinhos, dar aquela medicaçãozinha para desintetria, dor de cabeça, essa coisa toda (...).

Quer dizer, que eu não estive no meio, mas teve uma cooperativa aqui na escola, mas para mim era a mesma coisa, não tinha integração nenhuma.

Quer dizer, para mim foi a mesma coisa, como se tivesse, se não tivesse a cooperativa, porque não tinha integração nenhuma.

Nós tínhamos verba para certos remedinhos, vinham, eram bem administrados, tudo mais, porque antes tinha uma certa dificuldade, agora não, qualquer coisinha que precise, o Centro de Saúde está aí, tem condição. Antigamente era bem mais difícil, mas está bem.

Estou quase saindo daqui, quase fim de carreira, são 30 e tantos anos, só aqui no colégio 28.

Mudou um tanto, parece que naquele tempo, os alunos eram mais chegados.

Mas não tenho nada contra esses alunos de agora, mas eram mais assim, a gente sentia melhor, eles precisavam mais da gente, mas era uma porçãozinha muito pequena, mas sempre recorriam mais e é diferente (sic). Hoje em dia, por exemplo, corre para um médido, já compra isso, compra aquilo, antigamente era mais difícil.

Não sei explicar direito, em relação a antigamente achho que eram mais unidas as turmas, hoje é cada um mais para o seu lado.



carreira.

Quando a gente começou parece que era mais fácil, não sei se produzia mais, se era o governo que colaborava mais, mas tinha mais fartura, mais facilidade, trabalhava bastante.

Em tudo aqui a gente trabalhou muito. Mas depois mudou, foi mudando para colégio, sei lá. Quando passou para colégio parece que deu um aperto.

Depois parece que melhorou, foi indo. Sabe como é, quando muda a direção, muda um, muda outro, e quando muda a direção, sempre muda tudo.

Os diretores, cada um tem uma cabeça, então muda tudo.

Agora, eu fui pulando de galho em galho, fui ajudante de cozinha, depois entrei na lavanderia, era pesado. No começo, a gente tinha muita fartura de roupa, agora ajudo na faxina.

Teve também o incêndio, queimou muita coisa, defasou, queimou tudo, e vamos tocando. Mas está bem, a gente já está cansada. Estou esperando a aposentadoria sair, agora entrei para faxineira, ajudo na faxina (sic).

Nós temos muita falta de funcionários aqui, o número de funcionários está defasado, mas o trabalho na faxina continua o mesmo.

Eu entrei aqui em 64, quer dizer, todo ano terminava o meu compromisso com o Estado, aí começava tudo de novo.

Era aquele negócio, ficava, às vezes, três ou quatro meses sem receber, era muito difícil. A diretoria em São Paulo debatia, debatia, aí vinha esse pagamento, foi continuando.

Aí, depois, passei a CLT, os outros funcionários do meu tempo mudaram de nível, de braçais foram para auxiliar de serviço, não sei porque eu continuo como braçal até hoje.

Não temos muito direito junto ao Estado, muito pouco, mas também já estou no fim da



carreira.

Fiquei muito contente em poder aposentar com 55 anos, já estou com 56, mas ainda não saiu. Mas a escola agrícola não muda muito, é sempre aquela rotina, rotina de casa, uma hora cai, outra hora torna a levantar, mas aqui continua. Acho que escola agrícola é tudo assim.

Hoje, os alunos estão mais rebeldes. Do começo para cá, os alunos mudaram 100%.

Eles, no tempo que eu entrei, eram ótimos, depois aí, varia a turma, mas agora estão piores. Parece que eles estão revoltados com mundo, eles quebram as coisas, eles destroem, eles não tem amor às coisas.

Então, o aluno mudou muito, precisa de uma mão-de-obra muito grande para dominar o aluno na escola agrícola.

Não é aquele aluno que a senhora falava e eles procuravam sempre estar atentos. Tens uns 10, 12 que são bons, que são calmos, mas a maioria não.

Era melhor quando vinham aqueles alunos do Acre, do sul, daqueles lugares, era melhor, muito melhor do que agora. Eles eram mais obedientes, eram mais homens, não sei, era muito melhor.

Agora, só com esses alunos da redondeza é difícil. Quando ele vem de longe, ele vem para estudar, então, eu tenho a impressão que, quando eles vem de perto, são aqueles filhos que os pais já não estão aguentando mais, então enfia o filho na escola agrícola. Aí vem tudo quanto é coisa (sic).

Nos apartamentos são terríveis, eles não limpam, eles não conservam. Se não estiver em cima, eles quebram vidro, quebram porta, devoram tudo de um ano para o outro. Eles devoram tudo, devoram carteira, devoram cadeira, devoram tudo, tudo, tudo. É impossível dominar (sic).

Eu não tenho noção da direção, de tudo, mas no tempo que o aluno era de longe, era melhor.



Agora, "pega" os alunos de perto, mas também pega os de longe. Aí vem bons meninos aqui, normalmente aquele que quer se informar, é o de longe. Quando eles voltam, eles aparecem, de cinco, seis anos, se fizer uma reunião, de 64, para juntar tudo, não sei, vão buscar aluno no exterior para reunir tudo (sic).

A coisa mais linda! Tinha aluno "pequeno", mas a maioria, agora, está em cima. Tem doutor no Rio, formado, aqui de Lácio, muito bom. Mas os de agora eu não sei.

Agora, eu estou com muito medo, com muito medo, porque a Secretaria da Educação sempre existiu e essa agora é nova (Ciência e Tecnologia). Então, na Secretaria da Educação nós temos certeza de não cair, continua.

Eu, principalmente, tive vontade de ir embora, estou com medo.

Eu "pego" minha aposentadoria daqui uns três anos, tenho medo, também, de dobrar o serviço e eu já não aguento mais também. Agora, eu já trabalhei bastante sim, mas sempre tem aquelas horas em que a gente não aguenta mais também.

Já não tenho braço, não tenho perna, já não tenho nada mais e a gente tem muito medo, no fim está todo mundo assim.



ENSINO AGRÍCOLA : PAULISTA :
DISPOSITIVOS LEGAIS.

LEI Nº 34 DE 16/2/1897. Altera a Lei nº 12 de 1897, que cria a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de São Paulo.

LEI Nº 367 DE 17/2/1897. Altera a Lei nº 34 de 1897, que cria a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de São Paulo, em relação ao ensino prático de agricultura no curso de Engenharia Agrícola, município de São Paulo.

LEI Nº 587 DE 3/5/1898. Cria a Faculdade de São João de Boa Vista, município de São João de Boa Vista, com o curso de Engenharia Agrícola, com um curso de Engenharia Agrícola e um curso de Engenharia Técnica, que lhe seja anexa.

LEI Nº 478 DE 13/2/1899. O ANEXO 7 do Agradecimento do Estado
Relação de Dispositivos Legais
(1892-1991)

DECRETO Nº 843/91 DE 13/2/1899. Cria a Faculdade de Engenharia e de Estado de São Paulo

DECRETO Nº 882 DE 10/3/1901. Altera para Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz" a denominação da Escola Agrícola Prática de São Paulo.

LEI Nº 849 DE 26/12/1902. Altera a Lei nº 34 de 1897, que cria a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de São Paulo, em relação ao prédio destinado para habitação dos alunos, professores e pessoal do estabelecimento.

DECRETO Nº 1074 DE 12/12/1902. Altera algumas disposições provisórias no Regulamento da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", aprovado pelo Decreto nº 843 de 13/2/1899.

DECRETO Nº 1026 DE 08/7/1904. Revoga o Decreto nº 1026 de 22/12/1902, referente à Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", e dá outras providências.

DECRETO Nº 1221 DE 18/2/1905. Determina a criação da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz", em São Paulo.

DECRETO Nº 1447 DE 20/2/1907. Altera a Lei nº 34 de 1897, que cria a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de São Paulo, em relação ao ensino prático.

DECRETO Nº 1574/9 DE 24/2/1908. Altera os regulamentos e programas dos cursos de Engenharia e Medicina Veterinária e Faculdades, com o curso de Engenharia Agrícola e o funcionamento das Faculdades "Luiz de Queiroz" e "Hard-booke", das Faculdades de Engenharia Agrícola e de Engenharia Técnica, conforme o estabelecido nos artigos 12 e 13 do Decreto

ENSINO AGRÍCOLA PAULISTA :
DISPOSITIVOS LEGAIS.

LEI Nº 26 DE 11/5/1892. Autoriza o Governo a fundar uma Escola Superior de Agricultura e outra de Engenharia.

LEI Nº 367 DE 3/9/1895. Autoriza o Governo a criar uma escola prática de agricultura na fazenda São João da Montanha, município de Piracicaba.

LEI Nº 587 DE 3/8/1898. Cria na fazenda de São João da Montanha, município de Piracicaba, uma escola prática de agricultura, com um campo de experiências e um posto zootécnico, que lhe serão anexos.

LEI Nº 678 DE 13/9/1899. Organiza o Serviço Agrônômico do Estado.

DECRETO Nº 863/A DE 29/12/1900. Cria a Escola Prática de Piracicaba e dá o respectivo Regulamento.

DECRETO Nº 882 DE 18/3/1901. Altera para Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz" a denominação da Escola Agrícola Prática de Piracicaba.

LEI Nº 849 DE 20/10/1902. Autoriza o Governo a mandar construir na Escola Agrícola Luiz de Queiroz, em Piracicaba, os prédios necessários para habitação dos alunos, professores e pessoal do estabelecimento.

DECRETO Nº 1076 DE 22 /12/1902. Adita algumas disposições provisórias ao regulamento da Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz, aprovado pelo Decreto n 863 A de 29/12/1900.

DECRETO Nº 1226 DE 20/7/1904. Revoga o decreto n 1076 de 22/12/1902, referente à Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1266 DE 18/2/1905. Reorganiza e dá novo regulamento à Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz.

DECRETO Nº 1447 DE 28/2/1907. Altera o artigo 110 do regulamento da Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz, de Piracicaba.

DECRETO Nº 1579/B DE 29/2/1908. Aprova os regulamentos e programmas dos cursos de Zootecnia e Higiene Animal, Alveitaria e Lacticínios, bem como as instruções para o funcionamento dos livros genealógicos "Stud-books" e "Herd-books", das Escolas do Posto Zootécnico Central, conforme o determinado nos artigos 4º e 9º do Decreto

1460, de 10/4/1907, que organizou o aludido Posto Zootécnico.

DECRETO Nº 1684 DE 21/12/1908. Reorganiza a Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz, de Piracicaba.

LEI Nº 1185 DE 16/12/1909. Cria trinta escolas preliminares para servirem aos Centros Agrícolas do Estado.

DECRETO Nº 1982 DE 13/1/1911. Modifica alguns dos dispositivos do regulamento da Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz, constante do decreto nº 1684, de 21/12/1908.

LEI Nº 1299/A DE 27/12/1911. Cria o Patronato Agrícola.

DECRETO Nº 2214 DE 15/3/1912. Aprova o regulamento para execução da Lei 1299-A que criou o Patronato Agrícola.

LEI Nº 1340 DE 14/12/1912. Autoriza a transferência à Associação de Educação e Assistência de Campinas, por doação, dos terrenos conhecidos por Campo do "taquaral" ou de "Experiências" naquela cidade.

LEI Nº 1356 DE 19/12/1912. Reorganiza a Escola Agrícola Luiz de Queiroz, de Piracicaba.

DECRETO Nº 2536 DE 7/10/1914. Fixa as atribuições dos Professores da 4ª e 5ª cadeiras da Escola Agrícola Luiz de Queiroz, como diretores técnicos da Fazenda Modelo, do Posto Zootécnico e da Leiteira, anexas à mesma Escola, assim como do pessoal de nomeação desses estabelecimentos.

LEI Nº 1534 DE 29/12/1916. Institui um curso fundamental na Escola Agrícola "Luiz de Queiroz".

LEI Nº 1711 DE 27/12/1919. Organiza as Escolas Profissionais do Estado.

DECRETO Nº 3188 DE 7/4/1920. Aprova o Regulamento para execução da Lei 1711 de 27/12/1919, que organiza as Escolas Profissionais.

LEI 1750 DE 8/12/1920. Reforma a Instrução Pública do Estado.

LEI 2209/A DE 23/11/1927. Criando o Conselho Superior do Ensino de Agricultura do Estado.

DECRETO Nº 4917 DE 3/3/1931. Transforma a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior em Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública e dá outras providências.

DECRETO Nº 5206 de 24/9/1931. Transforma a ESALQ em Escola Superior .

DECRETO 5249 DE 30/10/1931. Transfere para a Secretaria da Agricultura , Indústria e Comércio a Escola de Pesca do Guarujá.

DECRETO 5425 DE 1932 E DECRETO 5884 DE 1933 . Instituem o Código de Educação do Estado de São paulo.

DECRETO Nº 6047 DE 19/8/1933. Instala uma Escola Normal Rural em Piracicaba, e dá outras providências.

DECRETO 6566 DE 13/7/1934. Concede regalias às escolas profissionais mantidas pelas municipalidades e estabelece condições para a criação dos Aprendizados agrícolas municipais.

DECRETO 6604 DE 13/8/1934. Cria a Superintendência da Educação Profissional e Doméstica da Secretaria da Educação.

DECRETO 6841 DE 4/12/1934. Estabelece condições para registro, funcionamento e equiparação das escolas e cursos profissionais particulares.

DECRETO 6851 DE 6/12/1934. Transforma em Aprendizado Agrícola o Patronato Agrícola "José Bonifácio", de Jaboticabal e dispõe sobre seu funcionamento.

DECRETO Nº 6989 DE 26/2/1935. Autoriza a Fazenda do Estado a adquirir parte, e aceita doação de outra parte do imóvel situado em Espírito Santo do Pinhal, destinado a uma Escola profissional regional, agrícola-industrial.

DECRETO 7073 DE 6/4/1935. Cria uma Escola Profissional Agrícola Industrial e Mista em Espírito Santo do Pinhal.

DECRETO Nº 7319 DE 5/7/1935. Cria uma Escola Profissional Agrícola-Industrial Mista , em Jacareí.

DECRETO 9255 DE 22/6/1938. Reorganiza a Diretoria do Ensino transformando-a em Departamento de Educação, Subordina a este repartições e serviços que devem ficar sob sua imediata dependência; cria e suprime cargos e dá outras providências.

DECRETO 8896 DE 3/1/1938. Organiza o quadro de pessoal da Superintendência da Educação Profissional e Doméstica que passa a denominar-se Superintendência do Ensino Profissional.

DECRETO 10123 DE 14/4/1939. Cria uma escola profissional para ministrar educação técnica-profissional aos internos do Educandário D. Duarte.

DECRETO 10210 DE 22/5/1939. Cria uma escola Profissional Agrícola-Industrial Mista regional em São Manuel e introduz modificações nas escolas profissionais agrícola-industriais mistas de Pinhal e Jacareí.

DECRETO-LEI Nº12465 DE 30/12/1941. Reorganiza a Escola Profissional anexa ao Educandário D.Duarte.

DECRETO-LEI Nº12 742 DE 3/6/1942. Dispõe sobre a criação de escolas práticas de agricultura e sobre a criação da Diretoria de Ensino Agrícola na Secretaria de Agricultura

DECRETO 12 983 DE 8/10/1942. Estabelece normas para especialização de auxiliares da organização dos cursos das Escolas Práticas de Agricultura.

DECRETO 12 800 de 8/10/1942. Aprova as diretrizes gerais e programas de ensino para as Escolas Práticas de Agricultura

DECRETO -LEI nº 13992 de 23/5/1942.Cria curso de formação de professores para o magistério rural em Pinhal.

DECRETO-LEI Nº 13 625 DE 21/10/1943. Dispõe sobre a criação da Assistência Técnica do Ensino Rural e dá outras providências.

DECRETO 15064 DE 24/9/1944 . Dá denominação à Escola de Pinhal

DECRETO-LEI Nº15005 de 4/9/1945. Dispõe sobre reestruturação do Quadro do Ensino e dá outras providências.

DECRETO 15823 DE 23/5/1946. Regula o provimento dos cargos no Quadro do Ensino da Superintendência do Ensino Profissional.

DECRETO 15934 DE 9/8/1946.Subordina em caráter de experiência, a Escola Profissional Agrícola Industrial Mista Cônego José Bento, de Jacareí, à Diretoria Geral do Departamento do Serviço Social, da Secretaria de Justiça.

DECRETO-LEI Nº 16 039 DE 4/9/1946. Subordina a Escola Prática de Agricultura José Bonifácio à Diretoria do Ensino Agrícola.

DECRETO-LEI Nº 16 088 DE 14/9/1946. Aprova o acordo sobre educação rural.

DECRETO-LEI Nº 16 108 DE 14/9/1946. Dispõe sobre criação de Cursos Práticos de Ensino Profissional.

DECRETO-LEI Nº 16 297 DE 16/11/1946. Dispõe sobre reorganização da Diretoria do Ensino Agrícola.

DECRETO 16663 DE 31/12/1946. Dá nova redação ao art.16 do Decreto-Lei 15005/45 e dá outras providências (regime de trabalho docente).

DECRETO Nº 16883 DE 11/2/1947. Dispõe sobre a criação das Escolas de Horticultura de Jundiaí e Água Funda e dá outras providências.

DECRETO 17327 DE 26/6/1947. Dispõe sobre transferência da Escola Profissional Agrícola-Industrial Mista Cônego José Bento, de Jacareí, para a Superintendência do Ensino Profissional, da Secretaria da Educação.

DECRETO 17 698 DE 26/11/1947. Aprova a Consolidação das Leis do Ensino.

DECRETO 17910 DE 27/1/1948. Institui o Curso de Especialização Agrícola para o Magistério Rural nas Escolas Profissionais Agrícolas Industriais Cônego José Bento, de Jacareí e D. Sebastiana de Barros, de São Manuel.

LEI 82 DE 25/2/1948. Faculta aos alunos do Curso de Formação Profissional de Professores das Escolas Normais de Píthul, Jacareí e São Manuel a realização do Curso de Especialização de Professores Normalistas para o Ensino Rural.

LEI 239 de 5/1/1949. Dispõe sobre concessão de regalias a docentes interinos do ensino industrial e profissional agrícola e dá outras providências.

LEI Nº 313 DE 6/7/1949. Estabelece preferência para as matrículas nas escolas profissionais agrícolas-industriais e nas escolas práticas de agricultura.

LEI Nº 477 DE 3/10/1949. Dispõe sobre ano escolar e alteração de regime de férias no ensino profissional agrícola e dá outras providências.

DECRETO 19006-A de 12/12/1949. Aprova o Regulamento da Diretoria de Ensino Agrícola da Secretaria de Agricultura.

LEI Nº 848 DE 16/11/1950. Regulamenta a forma de provimento dos cargos de diretor e vice - diretor dos estabelecimentos de ensino industrial e profissional agrícola-industrial do Estado.

LEI 1069 DE 26/6/1951. Altera a denominação da Superintendência do Ensino Profissional.

LEI Nº 1617 de 23/6/1952. Facilita à Organização Social Pio XII, a matrícula de menores sob sua guarda, nas Escolas Práticas de Agricultura.

LEI Nº 2521 de 12/1/1954. Transforma em agrotécnicas as atuais Escolas Profissionais.

LEI Nº 2663 DE 21/1/1954. Transforma em escolas artesanais ou escolas de Iniciação Agrícola, os atuais cursos praticos de ensino profissional, criados nos moldes do Decreto-Lei 16 108, de 14/9/1946, e dá outras providências.

DECRETO 24 748 de 12/7/1955. Dispõe sobre a administração das Escolas Práticas de Agricultura que especifica

DECRETO 24 809 DE 25/7/1955. Dispõe sobre a administração pela Secretaria da Agricultura de bens de várias escolas do Departamento de Ensino Profissional.

DECRETO-LEI Nº 26 395 DE 12/9/1956. Dispõe sobre o funcionamento das Escolas subordinadas à Diretoria do Ensino Agrícola da Secretaria da Agricultura.

DECRETO Nº 26060 DE 28/6/1956. Dispõe sobre a criação na Diretoria de Ensino Agrícola da Secretaria da Agricultura, do Fundo do Ensino Agrícola.

DECRETO Nº 27113 DE 26/12/1956. Dá nova redação ao DEC.19006-A que regulamenta a Diretoria de Ensino Agrícola.

DECRETO 27184 DE 5/1/1957. Autoriza a DEA da Secretaria da Agricultura a publicar folheto com trabalhos desenvolvidos.

LEI Nº 3093 de 18/6/1957. Cria Escola de Iniciação Agrícola de Monte Aprazível.

LEI Nº 4318 de 30/10/1957. Cria Escola de Iniciação Agrícola de Rancharia.

DECRETO 36 961 .Cria a Escola de Iniciação Agrícola de Itu.

DECRETO Nº 38 328 DE 14/4/1961. Dá regulamento à Lei 5994, de 30/12/1960, que estabelece normas de estímulo à exploração racional e econômica da propriedade rural e dá outras providências.

LEI nº 6077 de 31/5/1961. Escola Agrotécnica José Bonifácio.

LEI Nº 6 201 DE 16/8/1961. Cria Escola de Iniciação Agrícola.

LEI Nº 7175 DE 17/10/1962. Cria Escolas de Iniciação Agrícola nos municípios indicados.

LEI Nº 7 887 DE 26/4/1963. Cria Escolas de Iniciação Agrícola.

DECRETO Nº 41895 DE 30/4/1963. Altera denominação e estabelece categorias de estabelecimentos de ensino subordinadas ao Departamento de Ensino Profissional da SE

DECRETO 42 151 DE 5/7/1963. Transfere a administração da Diretoria do Ensino Agrícola da Secretaria da Agricultura para a Secretaria da Educação.

DECRETO 43113 DE 3/3/1964. Dispõe sobre criação nas Escolas de Nível Médio da Diretoria de Ensino Agrícola, da Secretaria da Educação, de curso preparatório.

LEI Nº8407 de 14/11/1964. Transfere da Secretaria da Agricultura para a Secretaria da Educação a Diretoria de Ensino Agrícola.

LEI Nº 10038 DE 5/2/1968. Dispõe sobre a organização do Sistema de Ensino do Estado de São Paulo.

DECRETO 49402 DE 28/3/1968. Revoga o Dec. 43113 que dispõe sobre a criação nas Escolas de Nível Médio da DEA, da SE, de curso preparatório.

DECRETO 51 094 DE 16/12/1968. Dispõe sobre expansão do ensino agrícola.

DECRETO Nº 52 553 DE 6/11/1970. Cria Colégios Técnicos na rede estadual de ensino e dá providências correlatas.

DECRETO 52803 de 1971. Dá nova redação ao decreto 51319 .

DECRETO S/N DE 21/12/1971. Autoriza a instituição de Cooperativas Escolares de Produção e Serviços e o seu funcionamento junto aos estabelecimentos estaduais de ensino de 2º grau.

RESOLUÇÃO SE Nº 5, DE 11/08/72. Dispõe sobre o Acordo Especial a ser firmado entre as Cooperativas Escolares e os respectivos Colégios Técnicos Agrícolas Estaduais, da Diretoria do Ensino Agrícola, da Coordenadoria do Ensino Técnico, para o pleno funcionamento do Sistema Escola-Fazenda e dá outras providências.

PORTARIA CET, Nº 8/72. Baixa normas complementares à Resolução SE n 5 de 11/08/72.

DECRETO 7510 De 29/1/1976. Reorganiza a SE:

RESOLUÇÃO SE Nº 41, DE 21/5/1979. Dispõe sobre instituição de Grupo de Trabalho para assuntos relativos ao Ensino

Profissionalizante (GETEP).

DECRETO Nº 16 269 DE 2/12/1980. Dispõe sobre abate, venda de bens móveis (semoventes) e de bens consumíveis das Escolas Agrícolas.

PORTARIA CEI DE 13/11/1981. Dispõe sobre o planejamento das atividades práticas das Escolas Agrícolas de acordo com o Manual de Projetos Agropecuários.

RESOLUÇÃO SE Nº 17, DE 20/1/1984. Dispõe sobre a criação de Grupo Executivo de Trabalho-Ensino Agrícola - GEAGRI.

RESOLUÇÃO SE Nº 18, DE 20/1/84. Dispõe sobre designação de membros do Grupo Executivo de Trabalho Ensino Agrícola - GEAGRI.

DECRETO Nº 23 544, DE 10/6/1985. Cria e organiza, na Secretaria da Educação, a Divisão de Supervisão e Apoio às Escolas Técnicas Estaduais.

DECRETO Nº 34 032 DE 22/10/1991. Dispõe sobre a transferência da Divisão de Supervisão e Apoio às Escolas Técnicas Estaduais para a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e dá providências correlatas.

